



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

BEATRIZ MACÊDO REIS

“COM MUITA RESISTÊNCIA, VIREI REFERÊNCIA”: a questão racial na produção
teórica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE

RECIFE

2024

BEATRIZ MACÊDO REIS

“COM MUITA RESISTÊNCIA, VIREI REFERÊNCIA”: a questão racial na produção teórica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Flávia da Silva Clemente

RECIFE
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Reis, Beatriz Macêdo.

"Com muita resistência, virei referência": a questão racial na produção teórica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE / Beatriz Macêdo Reis. - Recife, 2024.

99 p., tab.

Orientador(a): Flávia da Silva Clemente

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social - Bacharelado, 2024.

Inclui referências, apêndices.

1. Racismo. 2. Raça. 3. Serviço Social. 4. Produção Científica. I. Clemente, Flávia da Silva . (Orientação). II. Título.

360 CDD (22.ed.)

BEATRIZ MACÊDO REIS

“COM MUITA RESISTÊNCIA, VIREI REFERÊNCIA”: a questão racial na produção teórica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 03/09/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Flávia da Silva Clemente (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Tatiane Michele Melo de Lima (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

A minha mãe (Rosário) por sempre ter me incentivado a buscar a educação, por acreditar em mim durante todo esse tempo, mesmo nos momentos mais difíceis.

A minha família, tias/os e primo/as, pelo apoio no início da minha jornada.

As minhas amigas-irmãs, Letícia e Ruana, que entraram na minha vida pela UFPE e espero que continuem após nossa passagem por ela, a graduação foi melhor por ter vocês comigo.

Ao meu grande amigo de anos, Anthonys, pela paciência e acolhida por tanto tempo e por viver tantas fases e eras comigo.

As minhas amigas que os espaços de fandom me deram, Irene (Iry), Malyette (Mal), Lorena, Nicole e Sophia (Sam). Vocês tornaram a minha vida mais leve e divertida quando o mundo real era sufocante.

A minha orientadora Flávia Clemente, por aceitar me orientar neste trabalho e por ser um exemplo pessoal e referência intelectual.

A professora Tatiane Melo, por aceitar compor a banca de avaliação do TCC e por todo encorajamento durante a defesa.

A minha supervisora de estágio, Alba Valéria, por todo o aprendizado, conversas e orientações que foram fundamentais nessa trajetória.

A companheira de estágio Maria Luiza pelas trocas, apoio e compreensão e por tornar a experiência de estágio em algo leve.

As professoras do Serviço Social que marcaram a minha graduação, em especial Delaine Melo, por me ensinar a ser melhor com muita dedicação e delicadeza.

Aos colegas da turma de graduação de 2019.2, tenho muito orgulho de ter feito parte de nossa classe.

A Hudson, Heloisa, Jorge, Carla e Isabella por estarem comigo durante o intercâmbio no Chile, vocês tornaram essa experiência a melhor que ela poderia ser.

Aos artistas do *rap* e *hip-hop* brasileiro e internacional, Djonga, Racionais Mc's, Sabotage, Black Alien, Drik Barbosa, Clara Lima, Negra Li, MV Bill, Kendrick Lamar, Tupac, Megan Thee Stallion, por serem referência nos espaços em que academia não chega.

As feministas negras pelas importantes contribuições que tornaram este trabalho possível.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente fizeram parte da minha caminhada e da construção dessa monografia.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as relações entre racismo e o Serviço Social por meio das produções teóricas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) entre os anos de 1999 e o primeiro semestre de 2024. O estudo buscou responder ao seguinte questionamento: quais são as relações entre o racismo e o Serviço Social nas produções teóricas? Para alcançar o objetivo proposto utilizamos a pesquisa documental como recurso metodológico para a coleta de dados que se deu no repositório digital da UFPE – ATTENA, com as dissertações e teses disponíveis de forma *online* na plataforma. Adotamos uma posição teórico-metodológica baseada na teoria social crítica de tradição marxista e nas contribuições desenvolvidas pelo feminismo negro. Os resultados encontrados confirmam o pressuposto de que existe uma tendência de silenciamento e tangenciamento da questão racial na produção teórica do Serviço Social, resultado dos processos de racismo estrutural e institucional existentes na sociedade e universidades brasileiras. Desse modo, ao entender que a dimensão investigativa da profissão está em constante articulação com a dimensão interventiva, ao longo do trabalho questionamos a razão da quantidade insuficiente de discussões da questão racial na produção de conhecimento do Serviço Social.

Palavras-chave: Racismo. Raça. Serviço Social. Produção Científica.

ABSTRACT

This study aims to analyze the relationship between racism and social work through theoretical productions in the Postgraduate Program in Social Work (PPGSS) of the Federal University of Pernambuco (UFPE) between 1999 and the first semester of 2024. The study sought to answer the following question: what are the relationships between racism and Social Work in theoretical productions? To achieve the proposed objective, we used documentary research as a methodological resource for data collection, that took place in the UFPE digital repository - ATTENA, with dissertations and theses available online on the platform. We adopted a theoretical-methodological position based on the critical social theory of Marxist tradition and the contributions developed by black feminism. The results confirm the assumption that there is a tendency to silence and circumvent the racial issue in the theoretical production of Social Work, resulting from the processes of structural and institutional racism existing in Brazilian society and universities. Thus, by understanding that the investigative dimension of the profession is in constant articulation with the intervention dimension, throughout the work we question the reason for the insufficient number of discussions on the racial issue in the production of knowledge in Social Work.

Keywords: Racism. Race. Social Work. Scientific Production.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1. Relação de dissertações do PPGSS-UFPE que abordam a temática racial.....	66
Tabela 2. Relação de teses do PPGSS-UFPE que abordam a temática racial.....	71
Gráfico 1. Percentual de dissertações do PPGSS-UFPE que abordam a temática racial.....	67
Gráfico 2. Percentual de teses do PPGSS-UFPE que abordam a temática racial.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANB	Associação Negro Brasileira
CadÚnico	Cadastro Único
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CCEPE	Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão
CECAN	Centro de Cultura e Arte Negra
CEP	Código de Ética
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EIR	Estatuto da Igualdade Racial
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Financiamento ao Estudante de Ensino Superior
FNB	Frente Negra Brasileira
GTP	Grupo Temático de Pesquisa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
MUCDR	Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial
PC	Partido Comunista
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PPGs	Programas de Pós-Graduação
PPGSS	Programa de Pós Graduação em Serviço Social
PPI	Pretos, Pardos e Indígenas
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSD	Partido Social Democrata
REUNI	Programa de Reestruturação das Universidades Federais
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SISU	Sistema de Seleção Unificada
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TEN	Teatro Experimental Negro
UDN	União Democrática Nacional
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. RAÇA, RACISMO E MOVIMENTO NEGRO.....	16
2.1 “Na derrota se dá valor à caminhada”: origens e consequências do racismo no Brasil	16
2.2 “A fúria negra ressuscita outra vez”: lutas e conquistas da população negra no Brasil	23
3. QUESTÃO SOCIAL, RACISMO E SERVIÇO SOCIAL.....	34
3.1 Mudando certezas de lugar: questão social, questão racial e interseccionalidade.....	34
3.2 “Se na sua cabeça, eu estou equivocado, desça da cobertura e passe aperto do meu lado”: Serviço Social e questão racial no Brasil.....	42
4. PÓS-GRADUAÇÃO, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E QUESTÃO RACIAL... 53	
4.1 Nós que fazemos acontecer: a pós-graduação e a produção de conhecimento em Serviço Social.....	53
4.1.1 “Não ir pra frente é retrocesso”: Apresentando o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE.....	62
4.2 “A luta pela liberdade só acaba quando ela for encontrada”: produções sobre a questão racial no PPGSS-UFPE.....	66
4.2.1 “Nada que vale a pena é fácil”: reflexões sobre a produção de conhecimento....	80
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	86
APÊNDICES.....	96

1. INTRODUÇÃO

*Com muita Resistência
Virei Referência pra outros que vêm de onde eu vim*

— Raízes, Negra Li & Rael

O presente trabalho busca compreender como se dá a relação entre a temática racial e a produção teórica no Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), partindo do pressuposto de que raça e racismo são categorias analíticas fundamentais para a compreensão da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do estabelecimento do capitalismo como modo de produção no país. Desse modo, a pesquisa visa analisar como a questão racial aparece nas produções acadêmicas de mestrado e doutorado de um dos principais programas de pós-graduação em Serviço Social do Nordeste.

A desvalorização de pessoas negras na sociedade brasileira é resultante de um longo processo histórico iniciado a partir da escravização de pessoas negras no período de colonização. Após a abolição oficial em 1888, a condição dos libertos foi apenas modificada em termos “jurídico-formais”, trazendo uma nova forma de ser alienado da sociedade, passando de mercadoria e propriedade dos senhores de escravos para um sub-cidadão (Jesus, 2017). Com o advento dos processos de mercantilização e início do capitalismo, o sujeito negro precisa se inserir no mercado de trabalho assalariado para sobreviver, no entanto, sem políticas públicas de reinserção e integração do negro na sociedade, ser absorvido pelo mercado formal foi uma tarefa extremamente difícil para essa população.

Nesse sentido, podemos perceber a estruturação da desigualdade racial nas relações de trabalho, o racismo se tornou requisito para a população sobrando e/ou excedente – aquela que não é absorvida pelo mercado de trabalho –, já existindo uma tendência da população negra ser colocada em condições de superexploração da sua força de trabalho. A partir da propagação do mito da democracia racial e da ideologia do branqueamento se consegue instaurar uma “inferioridade naturalizada” (Jesus, 2017) ao sujeito negro, esses processos colaboram para delinear o local do negro nas relações sociais. Essa lógica de dominação permite que o negro internalize e reproduza os valores de brancos ocidentais como universais (Gonzalez, 2020), a rejeição social dos valores, da cultura, da estética e do próprio corpo negro resulta numa rejeição interna, o intuito é levar a uma negação e desconhecimento de si mesmo.

À vista disso, é certo que a educação se coloca como um campo essencial para produzir mudanças no imaginário social, no que tange a esta pesquisa, concebemos o curso de Serviço Social como espaço fundamental para reconhecer e promover discussões acerca das diversas formas de opressão, discriminação e exploração (classe, raça, gênero, entre outras). Em especial, na Universidade Federal de Pernambuco, o curso de Serviço Social, atua não só como espaço de formação profissional, mas também ético-político, dimensão essencial para que as/os estudantes negras/os do curso possam abordar questões relacionadas à sua identidade, bem como, organizar formas de resistência e fortalecimento. Enquanto área do conhecimento e profissão, o Serviço Social assume como compromisso em seu Código de Ética de 1993: empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. Sendo assim, a categoria pode dar contribuições relevantes ao debate do tema.

Com base na apreensão de que a teoria e a prática estão em constante articulação e correspondem a dimensões inseparáveis do fazer teórico-profissional, o presente trabalho questiona quais são as relações entre o racismo e o Serviço Social nas produções teóricas? Quais os temas abordados nessas produções? Quais as abordagens teórico-metodológicas utilizadas? E ainda, a quantidade de trabalhos produzidos reflete a importância do debate racial para a formação e fazer profissional?

Para responder às indagações propostas, estabelecemos como objetivo geral deste trabalho analisar as relações entre racismo e o serviço social por meio das produções teóricas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E como objetivos específicos a) descrever criticamente sobre o racismo no Brasil e suas consequências nos povos atingidos; b) estudar a relação entre racismo e formação profissional em Serviço Social; e c) investigar as abordagens que vêm sendo utilizadas nos estudos sobre raça e racismo nas produções acadêmicas do PPGSS da UFPE.

Com relação a nossa posição teórico-metodológica, compreendemos que a problemática está situada em uma sociabilidade burguesa e capitalista, assim, utilizamos o materialismo histórico-dialético para buscar desvelar a dinâmica das determinações que compõem a totalidade do fenômeno em análise. Ademais, entendendo as particularidades da realidade brasileira, nos apoiamos nas contribuições de feministas negras – estadunidenses, brasileiras e latino-americanas – para fazer as mediações necessárias para a compreensão das experiências e trajetórias do povo negro brasileiro. Esse posicionamento reflete nosso entendimento de que toda epistemologia reflete interesses políticos específicos, toda produção

parte de um local e tempo específico na sociedade e na história, esses discursos não são neutros. Assim, abandonamos qualquer pretensão de ser neutras durante o trabalho aqui desenvolvido, entendendo que isso não afeta a objetividade da pesquisa.

A pesquisa é de caráter crítico e analítico, utilizando-se principalmente da pesquisa documental para a coleta de dados. A abordagem da pesquisa é qualitativa, mas também fazemos usos de dados estatísticos e quantitativos para subsidiar a discussão realizada. O levantamento se deu através do repositório digital da UFPE – ATTENA utilizando as dissertações e teses do PPGSS-UFPE, a partir de 1999, ano de publicação do trabalho mais antigo na plataforma até o primeiro semestre de 2024. Em julho de 2024, a base de dados do PPGSS-UFPE contava com 282 dissertações de mestrado, apenas 3,5% dessas publicações abordando temáticas raciais e 167 teses de doutorado, com 6,6% dos trabalhos sobre as questões raciais.

A monografia está estruturada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. Salientamos que o título desta monografia e todos os subtítulos do trabalho são nomeados ou inspirados por versos de músicas do *rap* e/ou *hip-hop*, a escolha se deu por compreender que a produção do saber ocorre em diversos espaços da sociedade. Em particular, o pensamento negro historicamente se fez presente através da mistura com arte, cultura e conhecimento, assim, ao entender a universidade como local privilegiado de produção do saber, utilizamos o espaço desse trabalho para convergir esses dois campos do saber.

O capítulo *Raça, Racismo e Movimento Negro*, discorre acerca do mito da democracia racial e da ideologia do branqueamento no contexto pós-abolição e como esses processos contribuíram para a construção das categorias de raça e racismo no Brasil. Também remonta brevemente como se deu a trajetória do movimento negro em nosso país, passando pelas principais organizações, reivindicações e conquistas de marcos legais.

O capítulo *Questão Social, Racismo e Serviço Social*, promove algumas discussões acerca da categoria “questão social”, objeto de intervenção do Serviço Social, trazemos alguns dados que refletem as condições de vida da população negra que auxiliam na reflexão acerca das particularidades da questão social na realidade brasileira. Em seguida, recuperamos como a questão racial tem sido tratada historicamente no Serviço Social e quais ações promovidas pelas entidades representativas da categoria têm produzido avanços.

Por fim, o capítulo *Pós-Graduação, Produção de Conhecimento e Questão Racial*, destaca a trajetória da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil e em Pernambuco e como a produção teórica foi essencial para a consolidação da profissão também como área do

conhecimento. Ademais, apresentamos o PPGSS-UFPE e compartilhamos os resultados da pesquisa, realizando algumas reflexões sobre a produção de conhecimento com relação à questão racial.

2. RAÇA, RACISMO E MOVIMENTO NEGRO

*Ela quis ser chamada de morena
Que isso camufla o abismo entre si e a humanidade plena
A raiva insufla, pensa nesse esquema
A ideia imunda, tudo inunda
A dor profunda é que todo mundo é meu tema*

— *Ismália, Emicida part. Larissa Luz & Fernanda Montenegro*

Neste capítulo visamos demonstrar um panorama da história da população negra no Brasil. A música *Ismália*, escolhida para abrir este capítulo, retrata parte das consequências que o racismo produz no desenvolvimento da subjetividade da pessoa negra e no imaginário da sociedade brasileira. Desse modo, a princípio realizamos um breve resgate histórico do contexto pós-abolição, perpassando pelas teorias raciais eugenistas, a formulação da ideologia do branqueamento e a propagação do mito da democracia racial, e ainda, estabelecemos o que entendemos por raça e racismo. No momento seguinte, tivemos em vista evidenciar as formas de resistência da população negra, demonstrando que apesar da marginalização a luta por efetivação dos nossos direitos foi contínua ao longo da história do país, e por fim, apresentamos algumas das conquistas materializadas em marcos legais.

Além disso, esclarecemos que todos os subtítulos no decorrer deste trabalho serão inspirações ou citações diretas de músicas do *rap* e/ou *hip-hop brasileiro*. A escolha se deu pela presente autora considerar o *rap* uma parte fundamental em minha história de reconhecimento com a identidade e cultura negra. Este gênero musical tem sido, por décadas, uma ferramenta de luta para as comunidades negras marginalizadas, deste modo, acreditamos que aproximar o *rap* da produção acadêmica é uma forma de descolonizar esse espaço.

2.1 “Na derrota se dá valor à caminhada”¹: origens e consequências do racismo no Brasil

A história do Brasil é profundamente entrelaçada pela história de sequestro e dominação de povos africanos, sendo em meados dos anos 1500 que a escravidão é estabelecida formalmente por meio de medidas que efetivam a colonização portuguesa em nosso território. Estima-se que quase 2 milhões de pessoas negras² foram trazidas do

¹ Trecho retirado da música Santa Ceia (2017) do *rapper* Djonga.

² Esses dados encontram-se sistematizados pelo Portal Geledés, disponível em: <https://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

continente africano para os portos coloniais brasileiros, com maior intensificação durante o período de 1700 e 1800. No decorrer da colonização, a formação social escravista era constituída na dicotomia entre senhores e escravizados/as, aos quais eram forçados a trabalharem em plantações de algodão, cana-de-açúcar, café, mineração do ouro, e para as mulheres africanas, atuavam ainda nos serviços domésticos, como amas de leite e cuidadoras de crianças.

A produção obtida através do trabalho escravo se dava a partir de uma expropriação absoluta, Jesus (2017) pontua como a mercadoria produzida pela pessoa escravizada seria imediatamente alienada, pois a própria pessoa era mercadoria. Ou seja, não só o seu produto e/ou atividade são alienados, mas sua condição enquanto pessoa também é expropriada, esse é o nível de violência que perpassa as relações sociais de produção durante o período escravocrata. É nesse sentido que Moreira (2019, p. 26) afirma que no contexto de escravidão, o trabalho jamais representou o seu propósito fundante de transformação da natureza e por consequência transformação do homem, mas sim, “se constitui enquanto o processo que desumaniza e aliena de forma exponencialmente mais avassaladora”, mais do que a exploração por horas de trabalho, a pessoa negra se vê alienada de sua condição enquanto ser humano. Moura (1989) ratifica ambas interpretações ao afirmar que,

A história do negro no Brasil confunde-se e identifica-se com a formação da própria nação brasileira e acompanha a sua evolução histórica e social. Trazido como imigrante forçado e, mais do que isto, como escravo, o negro africano e os seus descendentes contribuíram com todos aqueles ingredientes que dinamizaram o trabalho durante quase quatro séculos de escravidão. Em todas as áreas do Brasil eles construíram a nossa economia em desenvolvimento, mas, por outro lado, foram sumariamente excluídos da divisão dessa riqueza (Moura, 1992, p. 7).

Desse modo, percebemos que não só a escravidão atua como processo fundamental e estruturante do nascente capitalismo brasileiro de caráter dependente, mas também o racismo se consolida enquanto elemento estrutural e constitutivo da formação social em nosso país. À medida que se inicia a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, percebe-se que este é um processo que ocorre de forma gradual, complexa e atravessado de contradições, mas uma coisa é fato, o escravismo colonial foi fator decisivo para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

No período de escravidão colonial, a pessoa negra experimentou todas as formas possíveis de desigualdades, submissão e exploração. O Brasil foi o último país do mundo a abolir o trabalho escravo e essa mudança tardia trouxe para a população negra novas formas de experienciar a alienação, conforme Ianni (1978), à medida que a mercantilização da força de trabalho aliena o produto do trabalho, e pelas construções em torno do que é ser negro/a,

esse sujeito passa a experimentar uma alienação social e racial. Logo, não seria com a formalidade jurídica de liberdade que as condições da população negra mudariam de imediato com o estabelecimento da sociedade burguesa de classes.

Na realidade, no contexto pós-abolição, poucas foram as mudanças concretas na vida de pessoas negras, constatamos que “a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre os seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideias de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo” (Fernandes, 2008, p. 35). Sem políticas públicas que garantissem a integração de pessoas negras na sociedade, a maioria da população apresentou dificuldades na inserção no regime de classes, como coloca Fernandes (2008), o liberto passou a ser senhor de si sem dispor de nenhum meio de produção para adentrar o modelo de economia competitiva. Além disso, com a virada do século, o Brasil entra numa corrida para expandir e solidificar o capitalismo como modo de produção, a consequente urbanização e industrialização associada às políticas higienistas, resulta num processo de expulsão da população negra do centro para às margens das cidades.

É nesse período que se observa o adensamento da condição do negro e do termo enquanto marcador racial carregado de pré-conceitos e estigmas negativos, Quijano (2005) demonstra bem essa relação entre raça e as relações de trabalho assalariado.

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos (Quijano, 2005, p. 120).

É essencial observar como essa transição do escravismo para o capitalismo adensa as percepções raciais, pois o racismo torna-se elemento estrutural das desigualdades que perpetuam até hoje, bem como, demarca o lugar da pessoa negra na sociedade (e também o lugar de pessoas brancas). Associado ao fim da escravidão e ao processo de industrialização surgem, paralelamente, teorias raciais que serviriam para ratificar a ideia que o negro não seria mão de obra qualificada para o ambiente das indústrias. Nesse momento, surge o racismo científico como tentativa de “explicação” para uma suposta supremacia racial, cultural e econômica que continuaria a intensificar o processo de dominação dos europeus sob a população negra e indígena.

O termo “eugenia” foi cunhado por Francis Galton em 1883, e refere-se a um conjunto de ideias que buscava hierarquizar as “raças humanas” mediante explicações científicas, ou

seja, naturalizar as desigualdades percebidas socialmente. No Brasil, o movimento de Eugenia inicia-se por volta de 1914, organizado e formalizado por diversos (pseudo)intelectuais – Arthur de Gobineau, Oliveira Vianna, Nina Rodrigues, Renato Khel, entre muitos outros – que acreditavam numa “raça superior” (branca) e propaga a ideia de que o branqueamento da população era um passo para a modernidade, seria a ferramenta necessária para guiar o país rumo ao progresso.

Existia uma relação profunda no movimento de eugenia com as teorias do evolucionismo, determinismo biológico e darwinismo social, visto que se utilizavam do pensamento científico para fundamentar teorias raciais baseadas na presunção de superioridade/inferioridade de grupos humanos. Esse tipo de classificação não só conseguiu hierarquizar as relações sociais entre brancos e não-brancos, mas também legitimou os processos de dominação e exploração ocorridos. Ademais, no Brasil, essa lógica de superioridade racial está intimamente relacionada a busca pela identidade nacional brasileira, a eugenia não só permite a manutenção das hierarquias raciais, como também, “instaura princípios norteadores para políticas públicas, normas de comportamento religioso, familiar, de trabalho e educação no Brasil” (Maia; Zamora, 2018, p. 268).

Assim, o embranquecimento progressivo seria a saída civilizatória do Brasil, o objetivo era levar a uma redução da população negra, por vias de superioridade social, patológica e econômica (Maia e Zamora, 2018). A busca por uma homogeneidade na constituição de nação brasileira, resultou em uma tentativa (e em partes, com sucesso), de aniquilação da cultura negra e indígena. Em vista disso, o negro é descartado pelas classes dominantes e o Brasil buscará “em outros países aquele tipo de trabalhador considerado ideal e que irá, também, corresponder ao tipo ideal de brasileiro que as classes dominantes brasileiras escolheram como símbolo: o branco” (Moura, 1983, p. 133), conseqüentemente, é estabelecido uma política imigratória visando a industrialização e embranquecimento do país.

Isso nos permite perceber como a população negra foi historicamente desumanizada e desvalorizada em nossa sociedade, faz parte da constituição histórica deste país rebaixar constantemente o desenvolvimento intelectual e moral da pessoa negra. Além disso, o incentivo a imigração europeia relega a massa de trabalhadores não-brancos a uma situação de subalternidade social e econômica, que se reflete até hoje. O branqueamento e a miscigenação não atuam apenas como projetos ideológicos, segundo Santos (2016) podemos compreender que,

[...] o branqueamento por meio da promoção da mestiçagem transforma-se em novo projeto político de engenharia racial. Além do mais, o embranquecimento

significava passaporte e condição necessária para transformar o Brasil em uma nação digna desse nome. Embranquecer tinha o mesmo significado que modernizar. Todo o aparato estatal da época foi mobilizado a fim de possibilitar a importação de imigrantes europeus, considerados racialmente superiores e mais aptos ao trabalho agrícola e ao desenvolvimento industrial (Santos, 2016).

A ideologia (e política) do branqueamento não só solidifica um “não-lugar” para o negro na sociedade, como também materializa um profundo desprezo e negação da cultura e costumes da população negra, conseqüentemente, os rebatimentos desses processos foram consolidados no imaginário social brasileiro. Vassalo (2018) indica que para além de uma colonização territorial, no Brasil contamos com uma colonização mental, a ideologia racista penetra todos os âmbitos e confere à pessoa negra uma inferioridade naturalizada, “aqui vemos o racismo expressando-se ideologicamente e construindo o imaginário social em torno do/a branco/a, do/a negro/a e da figura que emerge do/as mestiço/a” (Vassalo, 2018, p. 61).

É a partir do sujeito mestiço que a visão sobre miscigenação passa a mudar na realidade brasileira, começa-se uma transformação da perspectiva de embranquecimento – que nunca é completamente superada, mas se reconfigura com novas determinações na contemporaneidade. A figura do mestiço contribui para a idealização do mito da democracia racial, nesta concepção todas as raças se encontram em harmonia, suprimindo as desigualdades raciais, gerando uma convivência igualitária e superando o tenebroso passado colonial. Essa mitologia é perpetuada, especialmente, por Gilberto Freyre a partir de sua obra *Casa grande & Senzala* (1933), no qual retrata uma sociedade integradora de todas as etnias/raças com um convívio harmonioso e equilibrado das diferenças culturais.

No entanto, concordamos com Moreira (2019) quando indica que este mito não passa de uma falácia, visto que apenas serve para mascarar a existência do racismo como elemento estruturante de nossa sociedade, e conseqüentemente, dificulta o entendimento do que é racismo. A partir do momento que esse mito não admite a realidade do racismo, as desigualdades entre pessoas negras e não-negras torna-se um problema de responsabilidade individual.

Essa concepção, eminentemente perversa, ao mesmo tempo em que tenta esconder o racismo, contraditoriamente, o justifica moralmente a partir da responsabilização dos/as próprios/as negros/as. Ou seja: na medida em que se dissemina que não há diferenças de oportunidades entre negros/as e não-negros/as e que fomenta-se que a realidade vivenciada pela população negra é decorrente do seu não esforço há, inversamente, a transferência de uma responsabilidade/culpa que não existe, pois a desigualdade racial existente é constituinte da própria estrutura social (Moreira, 2019, p. 41).

Dessa maneira, a ideologia do branqueamento associada ao mito da democracia racial não só se coloca no campo ideológico, mas também se concretiza objetivamente na

materialidade à medida que restringe a potencialidade social da pessoa negra (Moura, 1988). É interessante perceber que essas ferramentas precisam ser operadas em conjunto, e uma se coloca como continuação da outra, pois as políticas de imigração (e branqueamento) por si só não conseguiram apagar demograficamente a população negra. Constatando essa realidade, a miscigenação passa a não mais ser vista como uma forma de degeneração da raça pura ou apenas como meio para o fim do embranquecimento da população, “a mestiçagem deixa de significar um problema para a identidade brasileira e passa a ser vista como o principal atributo da nacionalidade. Torna-se um valor. O mestiço e/ou mulato passam a ser vistos como o brasileiro por excelência” (Santos, 2016), assim, a miscigenação passa a ser o símbolo da brasilidade.

Como mencionado, o mito da democracia racial configura-se como um grande desafio para as lutas antirracistas, quando se é extirpado de sua identidade racial em favor de uma identidade nacional enquanto brasileiro, torna-se cada vez mais difícil para pessoas negras se identificarem com o que é *ser negro*. O negro – que não se entende como negro – possui dificuldade em identificar-se com sentimentos de solidariedade e coletividade relacionados à cultura negra, esses valores são assimilados e, em partes, tidos como cultura brasileira, encobrando as fortes influências negras e indígenas. Munanga (1999) chama a este processo de mestiçagem biológica e cultural, o qual se efetiva a partir do mito da democracia racial

[...] encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas” em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (Munanga, 1999, p. 80).

Tendo em vista o desenvolvimento desse sentimento de repúdio à raça e desejo em omitir o racismo, convém tratar do que queremos dizer quando empregamos esses termos. Como foi possível observar, o conceito de “raça” foi capturado, reformulado e reconstruído com o intuito de legitimar hierarquias e desigualdades, ainda que tenha sido aplicada para classificar a humanidade em tipos naturais, “a difusão desta ideia possuía *interesses políticos* ao arbitrarem a partir das características fenotípicas em demasia para diferentes grupos humanos” (Guedes, 2012, p. 26, grifos nossos). Ou seja, desde o seu início, antropológica ou socialmente falando, a raça nunca remeteu ao seu sentido puramente biológico, afinal existe apenas a raça humana, mas serviu sempre aos interesses políticos do período histórico em que foi usado.

Quijano (2005) também aponta que a concepção de raça, neste sentido moderno, é algo que começa na América, a partir da colonização. As relações sociais estabelecidas aqui

não só criaram novas identidades (indígenas, negros, mestiços, etc.), como também, redefiniram os significados de espanhol, português e europeu. E conforme o autor,

[...] na medida em que essas relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, a raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial (Quijano, 2005, p. 117)

Desse modo, entendemos que o conceito de raça não foi empregado somente para classificações, mas também foi necessário para legitimar as relações de dominação estabelecidas a partir do período de colonização. Essas relações de hierarquia e superioridade já existiam desde a Antiguidade – a exemplo das categorias de *bárbaro* que se contrapunham à *civilização* grega –, no entanto, a raça tornou-se um instrumento mais eficaz para a propagação das relações de dominação, pois algo tão inato à sua constituição, colocava os povos dominados em uma “situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais.” (Quijano, 2005, p. 118). Logo, tudo associado às raças tidas como inferiores era também inferior.

À vista disso, concordamos com Munanga (2003) em seu entendimento sobre o conceito de raça, não o utilizamos como um termo biológico, e sim como uma construção social, em verdade, “é um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação” (Munanga, 2003, p. 6). Isso foi perceptível no breve histórico exposto até aqui, a raça foi e continua sendo utilizada como um elemento determinante para a constituição política do Brasil enquanto sociedade.

Prosseguindo neste debate, acreditamos ser pertinente diferenciar o preconceito racial e a discriminação racial, concepções que se relacionam profundamente com o racismo. Conforme Gomes e Munanga (2006), o *preconceito racial* apresenta uma certa especificidade:

É um julgamento negativo e prévio que os membros de uma raça, de uma etnia, de um grupo, de uma região, de uma religião ou mesmo de indivíduos constroem em relação ao outro. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade, pois tende a ser mantido a qualquer custo, sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se do conceito ou opinião formado antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos (GOMES; MUNANGA, 2006, p. 181-182).

Ou seja, é um julgamento ou juízo de valor concebido a partir dos estereótipos sobre indivíduos pertencentes a um grupo racializado, por exemplo, o ato de atravessar a rua quando

se vê um jovem negro à noite caminhando em sua direção. O racismo, portanto, enquanto elemento estruturante da sociedade brasileira, continua impedindo a população de realizar sua humanidade em plenitude. Contudo, isso não quer dizer que a população negra aceitou todos esses acontecimentos passivamente, no segmento seguinte visamos explorar algumas formas de resistência e como as lutas antirracistas tomaram forma em nosso país no contexto pós-abolição, como também percorrer alguns dos marcos legais conquistados averiguando suas possíveis contradições e limitações.

2.2 “A fúria negra ressuscita outra vez”³: lutas e conquistas da população negra no Brasil

Consideramos emblemático intitular esta seção remetendo ao verso do grupo Racionais Mc's, pois as lutas e resistências afro-brasileiras passam por diversos momentos de supressão e renascimento, a nossa história é constantemente marcada pela resistência em face da opressão. Apesar do enfoque neste momento ser para o contexto de pós-abolição, é pertinente ressaltar que a resistência da população negra já se fazia presente durante os séculos de escravidão. Clóvis Moura, em sua obra *Rebeliões da Senzala*, originalmente publicada em 1959, produz uma reconstrução emblemática do papel do negro escravizado ao traçar os processos de resistência da população negra, o autor ressalta “o papel do negro escravo não apenas na *construção da riqueza comum*, mas como contestador da construção desse tipo de riqueza, da qual ele foi sistemática e totalmente excluído” (Moura, 1981, p. 11, grifos do autor).

A construção de quilombos, insurreições e revoltas são extremamente importantes para consolidar o movimento negro brasileiro. Com a abolição da escravatura em 1888, e a falta de integração político-social na sociedade de classes, Domingues (2007) indica que como tentativa de atenuar essa marginalização, diversos clubes e associações surgiram no momento da Primeira República: Sociedade Progresso da Raça Africana (1891), em Pelotas/RS; Clube 28 de Setembro (1897), Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917), Centro Cívico Palmares (1926) em São Paulo, entre muitos outros. Essas organizações possuíam um caráter assistencialista e recreativo/cultural, mas foram consideradas precursoras interessantes para a *Imprensa Negra*.

Existia uma palpável necessidade de a população negra ter jornais que tratassem de suas questões, conforme Domingues (2007), em 1930 foram contabilizados cerca de 31

³ Trecho retirado da música Capítulo 4 Versículo 3 (1997) do grupo de *rap* Racionais Mc's.

jornais negros em circulação. O primeiro destes, datado de 1899 foi *A Pátria*, em São Paulo, o *Clarim da Alvorada* (1923) dirigido por José Correia Leite e Jayme Aguiar foram um dos principais jornais desse momento, juntamente com o *Alvorada* (1907–1965), jornal negro com maior longevidade no Brasil. Os jornais tiveram um papel significativo na denúncia das condições de saúde, trabalho, moradia e educação da população negra, bem como, apontava ocorrências de preconceito racial e racismo em várias cidades do país, segundo Nascimento (2003),

[...] um objetivo geral dessas entidades e de sua imprensa era contestar a pejorativa identificação do negro com a condição escrava, bem como a atribuição de inferioridade congênita que lhe era impingida pela adoção de políticas públicas fundamentadas na eugenia, princípio inscrito na Constituição de 1934 com o aval da ciência da época (Nascimento, 2003, p. 224).

É nesse contexto que surge a Frente Negra Brasileira (FNB) fundada em 1931, protestando explicitamente contra a discriminação racial, essa organização consolida o movimento negro como movimento de massas (Nascimento, 2003; Domingues, 2007). A Frente dialogava com uma dinâmica de educação e protesto: conseguiu organizar uma escola dentro de sua sede para alfabetização e educação de crianças e adultos, grupos musicais e de teatro, assim como fornecia cursos de formação política e serviços médicos e odontológicos. A entidade possuía mais de 20 núcleos e filiais, e contava com 6 mil membros em São Paulo e 2 mil em Santos (Nascimento, 2003), e possuía o jornal *A Voz da Raça* (1936) como órgão oficial, isso consolida a FNB como a organização negra mais importante do país naquela época.

Apesar de sua importância, a Frente não existiu sem contradições. Domingues (2007) aponta que o líder da FNB, Arlindo Veiga dos Santos, defendia uma ideologia autoritária e ultranacionalista, chegando a elogiar os governos ditatoriais de Mussolini, na Itália, e Hitler, na Alemanha. Apesar de Francisco Lucrécio – cofundador e secretário-geral da FNB – negar que as posições políticas pessoais de Arlindo influenciassem nas ações e ideologia da Frente⁴, “o subtítulo do jornal *A Voz da Raça* também era sintomático: *Deus, Pátria, Raça e Família*, diferenciando-se do principal lema integralista (movimento de extrema direita brasileiro) apenas no termo *Raça*.” (Domingues, 2007, p. 107, grifos nossos). Logo, não é inconcebível sinalizar que existia uma influência dessas ideologias no âmbito da Frente.

Ainda assim, embora concorde que a luta antirracista desse momento tinha um caráter integracionista e que “não questionava de forma sistemática as estruturas de dominação

⁴ QUILOMBOHOJE (org.). **Frente Negra Brasileira: depoimentos**. Entrevistas e textos de Márcio Barbosa. São Paulo: Quilombhoje Literatura, 1998.

econômicas e socioculturais mais amplas, nem reclamava de forma direta uma identidade cultural específica afrodescendente” (Nascimento, 2003, p. 238). A autora chama a atenção para a importância de situar a FNB em seu contexto histórico, no mesmo ano em que a entidade estava organizando ações coletivas, Oliveira Vianna publicava *Raça e Assimilação* (1934) e *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, tinha sido lançado a pouco menos de um ano. Desse modo, entendemos Nascimento (2003) quando enuncia,

Creio que a linha de atuação desses movimentos reflita, antes de mais nada, as prioridades de luta definidas pelos seus protagonistas. E as condições históricas impuseram-lhes duas prioridades nítidas: recusar e combater o predominante estereótipo de inferioridade fundado na ciência da época, revelando-o equívoco, e superar a miserável condição de pária a que estava relegada a população afrodescendente, alijada da sociedade industrializada em fase de construção (Nascimento, 2003, p. 240-241).

O avanço da conjuntura não melhorou as perspectivas do movimento negro, o estabelecimento da ditadura do Estado Novo em 1937, pôs na ilegalidade as atividades políticas de diversas organizações e entidades, entre elas, a Frente Negra, que pouco depois é extinta. Esse processo da expressão da consciência política negra é complexo, multifacetado, e por vezes contraditório, e se torna primordial refletir a importância de entender contra o que se luta. Sobre isso, Moreira (2019, p. 41) ressalta que “só se combate o racismo quando se identifica sua existência e, mais que isso, quando se desvela o que lhe dá sustentação. E isso só é possível, quando conseguimos apreender a raiz do problema, ou seja, o fundamento da produção dessa situação de desigualdade”. É nesse sentido que apesar de compreender as circunstâncias e importância da FNB, também compreendemos que jamais seria possível conseguir uma efetivação dos direitos de pessoas negras em sua plenitude sem apreender a profundidade das relações entre racismo e o capitalismo nascente do Brasil.

Durante o regime do Estado Novo (1937–1945), a militância negra é esvaziada, as organizações ficam restritas aos clubes de danças ou comunidades religiosas afro-brasileiras. É somente com o fim da ditadura que se observa uma abertura política para novas formas de agrupamento, podemos destacar a fundação em 1945 da Associação Negro Brasileira (ANB) em São Paulo por José Correia Leite. A ANB, através do jornal *Alvorada* publica o *Manifesto em Defesa da Democracia*, um documento com críticas pertinentes ao governo ditatorial de Getúlio Vargas, bem como, representa uma nova tentativa de organizar a coletividade negra. Em seu programa de reivindicações, a ANB remete a legislação penal contra a discriminação racial, e foi uma organização importante para as ações coletivas que deságuam na primeira lei antidiscriminatória do país: a Lei n.º 1.390 de 1951, chamada de “Lei Afonso Arinos”. (Nascimento, 2003).

Nesta fase pós-Estado Novo e pré-Ditadura Militar, podemos ainda destacar o Teatro Experimental Negro (TEN) fundado em 1944 no Rio de Janeiro, sob liderança de Abdias do Nascimento. Mais do que um grupo teatral formado por atores negros (algo revolucionário por si só), o TEN se configura como “a primeira entidade do movimento afro-brasileiro a ligar, na teoria e na prática, a afirmação e o resgate da cultura brasileira de origem africana com a atuação política” (Nascimento, 2003, p. 251). Como os movimentos anteriores, o TEN também colocava a educação como prioridade de ação, assim, eram oferecidos cursos de alfabetização complementados por aulas que resgatassem elementos culturais, visando a valorização da herança e identidade negra.

Com publicações através do jornal *Quilombo*, o TEN mostrava-se fortemente engajado na defesa dos direitos civis de pessoas negras e na luta por uma legislação que definisse a discriminação racial enquanto crime. Nascimento (2003) mostra que paralelamente, o TEN participava também da organização de eventos sociopolíticos importantíssimos para o movimento negro, entre eles podemos citar a Convenção Nacional do Negro (1945 e 1946), a Conferência Nacional do Negro (1948 e 1949) e o 1º Congresso do Negro Brasileiro (1950). Já voltando-se para as atuações artísticas, o TEN também organizou concursos de artes plásticas e de beleza que enalteciam os padrões estéticos de pessoas negras, promoveu a eleição da Rainha da Mulata e o Concurso de Belas Artes que teve como tema o Cristo Negro (Domingues, 2007).

É importante destacar que é também nesse período que o movimento negro mais se vê isolado politicamente, tanto Nascimento (2003) quanto Domingues (2007) demonstram que não se podia contar efetivamente com apoio de forças políticas de direita ou da esquerda marxista. O primeiro *incidente* ocorreu com o Comitê Democrático Afro-Brasileiro liderado por Abdias do Nascimento, Aguinaldo Camargo e Sebastião Rodrigues Alves, o Comitê aliou-se à União Nacional dos Estudantes (UNE) e emprestou a sede para reuniões e atividades. O Comitê recebeu apoio da UNE para realizar atividades em favor da anistia para os presos políticos e pela restauração da democracia, no entanto, quando esses objetivos em comum foram alcançados os militantes da UNE recusaram-se a continuar apoiando os trabalhos do Comitê e da ANB em defesa da população negra, alegando um certo perigo de “racismo às avessas”. Acreditamos que Nascimento (2003) analisa a situação de forma clara e contundente.

A esquerda, em resumo, aceitou com entusiasmo um Comitê Afro-Brasileiro que pudesse ser usado para os seus fins políticos, mas o rejeitou como “racista” quando este tentou lograr as finalidades para as quais havia sido criado. Esse episódio marcou profundamente, como exemplo ilustrativo, a natureza do relacionamento

entre a esquerda marxista e o movimento afro-brasileiro. O argumento do perigo de divisão da classe operária e a alegação de que não existe uma questão “racial”, mas apenas “social”, continuam atuais e constituíam até bem recentemente obstáculos à construção de alianças com a esquerda (Nascimento, 2003, p. 254-255).

O segundo episódio nesse sentido envolve a promulgação da Lei “Afonso Arinos”. A Convenção Nacional do Negro Brasileiro reuniu diversas organizações do movimento negro e sua assembleia votou pela deliberação do *Manifesto à Nação Brasileira*, com várias reivindicações pertinentes, a principal delas era que se tornasse matéria de lei na forma de crime o preconceito contra cor e raça. O documento foi enviado a todos os partidos políticos e recebeu cartas de apoio da União Democrática Nacional (UDN), do Partido Social Democrata (PSD) e do dirigente do Partido Comunista (PC) Luís Carlos Prestes. O senador Hamilton Nogueira (UDN) foi o responsável por apresentar um projeto de lei antidiscriminatória para a Assembleia Nacional Constituinte em 1946. Entretanto, durante as votações, Claudino José da Silva (PC) – o único representante negro na Assembleia – discursou contra o projeto de lei, segundo relatos analisados por Nascimento (2003, p. 258), ele confessou ter agido sob ordens estritas do partido, o qual alegava que a medida restringiria o sentido amplo da democracia.

A lei só foi aprovada em 1951 após uma sequência de casos de discriminação racial, estes os quais foram notificados e receberam alguma atenção da imprensa geral brasileira. O primeiro em 1948 quando a antropóloga negra norte-americana Irene Diggs foi barrada em um hotel no Rio de Janeiro, o segundo em 1949 quando um grupo de atores do TEN foram barrados numa festa também em um hotel no Rio de Janeiro e, o terceiro, que seria a “gota d'água” em 1950, no qual a bailarina negra norte-americana Katherine Dunham foi discriminada em um hotel em São Paulo. Esses “exemplos” concretos foi o que levou o projeto a ser apresentado novamente no Congresso e resultou na lei já mencionada.

A lei trouxe poucas mudanças tangíveis para a população negra no Brasil, e com o golpe militar de 1964 o movimento negro mais uma vez é desarticulado, o TEN foi praticamente extinto em 1968 quando Abdias do Nascimento partiu para autoexílio nos Estados Unidos. Domingues (2007) evidencia que,

O golpe militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalização de forças que palmilhava no enfraquecimento do “preconceito de cor” no país. Como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil. [...] A discussão pública da questão racial foi praticamente banida (Domingues, 2007, p. 111).

A ditadura militar representou um ataque para os movimentos sociais no geral, mas também colocou em evidência o movimento estudantil e de trabalhadores que representavam

forte resistência ao regime. O período final da década de 1970 também é quando outros atores sociais ganham atenção e consolidam suas lutas, a exemplo do movimento de mulheres, o movimento LGBTQIA+ e o movimento negro. Em 1972, as organizações negras dão sinais de agrupamentos com a formação do Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), a imprensa negra tem novos agentes como *O Quadro* (1974), *Biluga* (1974) e *Nagô* (1975), nasce também o Grupo Palmares (1971) em Porto Alegre (Domingues, 2007). Contudo, essas iniciativas ainda são esporádicas e possuem dificuldades de se articular enquanto movimento político, é somente em 1978 com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU) que ocorre uma virada para as lutas antirracistas no Brasil.

O contexto internacional influenciou fortemente o discurso radical contra o racismo trazido pelo MNU, em especial nota-se a presença dos pensamentos propagados por Malcom X e os Panteras Negras, que eram notoriamente marxistas. Segundo Domingues (2007) isso se deve ao fato de que vários líderes do MNU vinham da Convergência Socialista, uma organização marxista de orientação trotskista, e aqui começa o desenvolvimento da compreensão de que o capitalismo e o racismo estavam intimamente relacionados, no qual um se alimenta e se beneficia do outro.

Essa conjuntura de rearticulação do movimento se materializa em uma reunião em São Paulo, 18 de junho de 1978, com outros grupos e entidades negras, no qual decidem pela fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR)⁵.

[...] a primeira atividade da nova organização foi um ato público em repúdio à discriminação racial sofrida por quatro jovens no Clube de Regatas Tietê e em protesto à morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador e pai de família negro, torturado até a morte no 44º Distrito de Guaianases. O ato público foi realizado no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo, reunindo cerca de 2 mil pessoas (Domingues, 2007, p. 113)

O ato representa um marco importante na história política do movimento negro brasileiro, que agora passa a atuar com uma direção política e ideológica clara, dialogando com as lutas da classe trabalhadora. É interessante ver o Programa de Ação do MNU de 1982 e perceber como algumas reivindicações foram alcançadas, como a organização política da população negra e luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares. E outras seguem pertinente ainda hoje, como a organização para enfrentar a violência policial e a formação de um amplo leque de alianças (sindicais e políticas) na luta contra o racismo.

⁵ Pontuamos que na 1ª Assembleia Nacional de Organização e Estruturação do movimento, a palavra *negro* foi adicionado ao nome, tornando-se Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). E, posteriormente, no 1º Congresso, o nome foi simplificado para Movimento Negro Unificado (Domingues, 2007).

O MNU também provoca muitas contestações e mudanças na forma como a pessoa negra se relaciona com a história afro-brasileira. O 13 de Maio passa a ser o Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo, elege-se o dia 20 de Novembro como Dia Nacional da Consciência Negra em homenagem à Zumbi dos Palmares e o termo “negro” é ressignificado como termo oficial para identificar todos os descendentes de africanos no Brasil. Essa “africanização” do movimento (Domingues, 2007) foi importante para nortear a militância rumo a uma promoção da negritude como motivo de orgulho e conotação positiva. Relacionado a esse aspecto de valorização da identidade negra, o debate sobre mestiçagem e/ou miscigenação é reaberto.

O movimento negro ainda desenvolveu, nessa terceira fase, uma campanha política contra a mestiçagem, apresentando-a como uma armadilha ideológica alienadora. A avaliação era de que a mestiçagem sempre teria cumprido um papel negativo de diluição da identidade do negro no Brasil. O mestiço seria um entrave para a mobilização política daquele segmento da população (Domingues, 2007, p. 116).

Apesar da miscigenação ter sido utilizada como ferramenta contra a população negra, as pessoas resultantes desse processo também experimentam as consequências dessas políticas racistas. O mestiço, ou hoje o pardo, vive num dilema no qual por mais que se aproxime dos privilégios de branco, quando tem alguma passabilidade racial, nunca será de fato pertencente a esse grupo. Jesus (2017, p. 78) indica que “o problema não é de definição, antes sim, de aceitação da identidade da população negra com a sua realidade negra”, assim essa recusa ou dificuldade de reconhecimento fragiliza a articulação entre os sujeitos negros. Desse modo, as ações do MNU em promover um resgate das raízes africanas e exaltar a identidade negra foram essenciais para mobilizar a coletividade em nossas comunidades.

Como demonstrado até aqui, houve uma ausência de promoção de políticas públicas que incentivasse a igualdade racial no Brasil, é somente com a Constituição de 1988 que o Estado passa a reconhecer o racismo de forma legítima. Em seu Art. 5º, inciso XLII indica que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (BRASIL, 1988). No ano seguinte, a Lei n.º 7.716/1989, conhecida como Lei do Racismo ou Lei Caó⁶, substitui a antiga lei “Afonso Arinos”, e define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Os artigos 1º e 2º da lei são, mais adiante, alterados pela Lei n.º 9.459/1997, a qual acrescenta os elementos de etnia, religião e procedência nacional aos crimes resultantes de discriminação ou preconceito e diminui a pena

⁶ O nome remete ao apelido do deputado negro Carlos Alberto Oliveira, o Caó (PDT-RJ), autor do Projeto de Lei 52/88, norma que originou a lei. Carlos Oliveira também foi o autor do inciso XLII do art. 5º mencionado anteriormente.

de reclusão de dois a cinco anos para um a três anos, com adição de multa para práticas cometidas.

Uma atualização recente se dá mediante a Lei n.º 14.532/2023, que altera as leis citadas acima, para “para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prevê pena de suspensão de direito em caso de *racismo praticado no contexto de atividade esportiva* ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público” (BRASIL, 2023, grifos nossos). Este é um desenvolvimento importante considerando a frequência de casos de racismo contra jogadores de futebol nos últimos anos, em particular os casos sofridos por Vinicius Junior desde 2021⁷.

Retornando aos anos 2000, observamos que na trajetória do movimento negro a educação sempre foi um campo considerado imprescindível para qualquer forma de luta antirracista. O MNU atuava continuamente no âmbito educacional, buscando revisar conteúdos preconceituosos em livros didáticos, capacitar professores em uma pedagogia interétnica e antirracista, assim como, ressignificar o papel do negro e da cultura afro-brasileira na história do Brasil (Domingues, 2007). Além disso, uma das principais reivindicações na área da educação era pela inclusão do ensino da história da África nos currículos escolares, demanda que é concretizada mediante sancionamento da Lei n.º 10.639/2003, a qual altera a lei de diretrizes e bases nacionais (Lei 9.394/1996) para incluir a obrigatoriedade do ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira” e também inclui o Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar⁸.

Essa conquista, resultado de intensa luta e reivindicação do movimento negro, representa um avanço importante rumo a possíveis mudanças na estrutura da sociedade e no imaginário social. A inserção da questão racial na trajetória escolar possibilita pensar um modelo educacional para além do modelo eurocêntrico, no entanto, não basta apenas a obrigatoriedade dessas temáticas. Nilma Lino Gomes (2012, p. 100) pontua que essa inserção “exige mudança de práticas e descolonização dos currículos da educação básica e superior em relação à África e aos afro-brasileiros. Mudanças de representação e de práticas. Exige questionamento dos lugares de poder.”, ou seja, exige que as instituições e os profissionais pratiquem essa desconstrução.

⁷ O jogador vem sendo alvo de ataques racistas nos últimos anos ao jogar em um time europeu. Disponível em: https://www.espn.com.br/futebol/laliga/artigo/_id/13686329/vinicius-jr-real-madrid-racismo-casos-linha-do-tem-po. Acesso em: 20 jun. 2024.

⁸ Importante destacar que as diretrizes são modificadas em 2008 pela Lei n.º 11.645 para incluir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena, reconhecendo, tardiamente, o papel fundamental dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira.

Pensar em um currículo que inclua os processos históricos relacionados aos povos negros e indígenas, ainda nas palavras de Gomes, é pedir “uma renovação do imaginário pedagógico e da relação entre os sujeitos da educação” (2012, p. 103). É uma reestruturação que se dá no campo da teoria e da prática, possibilitando abertura de novas perspectivas que superem os modelos hegemônicos. Nesse sentido, convém ressaltar que a adoção de abordagens descoloniais não vem para abandonar ou ignorar as formas de conhecimento já institucionalizadas (Mignolo, 2008), mas sim para ampliar os fundamentos dos currículos e superar o etnocentrismo.

A descolonização do currículo é um passo importante na caminhada de construção da luta contra o racismo, seguindo essa trajetória, outro marco significativo é a instituição do Estatuto da Igualdade Racial (EIR) pela Lei n.º 12.288/2010. O Estatuto foi alvo de intensos debates e críticas, e o texto original do Projeto de Lei n.º 3.198/2000 sofreu diversas alterações ao longo dos anos de tramitação⁹, mas antes mesmo de sua aprovação conseguiu instituir a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003 por meio de Medida Provisória e até as mudanças nas diretrizes curriculares eram proposições previstas no projeto do Estatuto.

Jesus (2013, p. 109) coloca que “o Estatuto da Igualdade Racial é a iniciativa mais ampla formulada desde a abolição do regime escravocrata com vistas a promover a construção de uma sociedade equilibrada sob o prisma dos grupos raciais”, concordamos com sua colocação. O Estatuto traz definições claras sobre a discriminação racial e a desigualdade racial, concepções estas que podem e devem ser complementadas, mas são importantes para o efeito da lei. Inova também em considerar como população negra o agrupamento de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas conforme os quesitos de cor/raça utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Estatuto dedica o Capítulo I para tratar do Direito à Saúde, no qual assegura a promoção de programas voltados à saúde para esse segmento da população, um ponto importante seguindo a instituição da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) em 2009. Outro capítulo que carece menção diz respeito à liberdade de consciência e crença tratados no Capítulo III, pois com a histórica demonização e preconceito contra as religiões e práticas de matrizes africanas, tornou-se imprescindível que os espaços religiosos afro-brasileiros sejam protegidos da intolerância racista. Todavia, o assunto que mais causou

⁹ Para um aprofundamento sobre o processo de tramitação da lei, bem como, análise das alterações do projeto original indicamos a dissertação de Vinicius Jesus (2013) *Do silêncio ao estatuto da igualdade racial: os caminhos da igualdade no direito brasileiro*. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.2.2013.tde-12022014-112336>. Acesso em: 21 jun. 2024

(e causa) discussões é, sem dúvidas, a respeito das ações afirmativas, ao qual o Estatuto define como “programas e medidas especiais adotadas pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades” (BRASIL, 2010).

A reivindicação por ações afirmativas no âmbito da educação e do mercado de trabalho é uma constante na trajetória do movimento negro brasileiro, no entanto, as mobilizações se intensificam com a *Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância* ocorrida em 2001 na cidade de Durban, na África do Sul. No Brasil, as primeiras universidades a adotarem medidas de ações afirmativas foram a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2001 e a Universidade de Brasília (UNB) em 2003, posteriormente, a Lei n.º 12.711 de 2012 reconhece a constitucionalidade de ações afirmativas com reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas (PPI), e em 2016 para pessoas com deficiência.

A lei determina que metade das vagas oferecidas em vestibulares das instituições federais de ensino superior sejam preenchidas por estudantes que cursaram o ensino médio completo em instituições da rede pública. Dentre esses 50%, estão reservadas vagas para estudantes que possuem renda familiar mensal de um salário mínimo e meio per capita (cotas sociais) e para os estudantes PPI, quilombolas e pessoas com deficiência. Ainda que com contradições, limitações e desafios presentes¹⁰, é fundamental reconhecer que as políticas de ações afirmativas foram fundamentais para diversificar o perfil dos estudantes das universidades públicas.

Observamos, igualmente, que houve um aumento gradual da Taxa Líquida de Frequência à Graduação da população negra, com incremento de 87% entre 2011 e 2019; para a população branca, o crescimento foi de 9%. Houve também a elevação da Taxa Líquida de Escolarização Superior, mas tomando a meta de 33% estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE), as desigualdades raciais permanecem: os brancos, em 2019, já ultrapassaram a meta (34%); negros têm 18% e indígenas, 15%. Ou seja, para esses dois últimos grupos ainda há um longo caminho no alcance da meta (Honorato *et al.*, 2022, p. 59-60)

Os dados retratam um avanço, mas não o fim da luta, a educação diz respeito a uma parcela dos direitos de pessoas negras no Brasil, para que o processo de acesso a esse direito seja de fato equânime e justo, as condições sociais precisam também ser alinhadas. Desse modo, é perceptível que apesar de pontos de atenuação, o racismo ainda se faz presente como

¹⁰ Para análise extensa da política de cotas indicamos a iniciativa do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (LEPES-UFRJ) que produz resultados e análises contundentes após os 10 anos da lei, disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/22264>. Sugerimos ainda o dossiê *Dessenhorizar a Universidade* que traz provocações fundamentais sobre o debate das cotas raciais. Disponível em: <https://revista-mana.org/dossie/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

instrumento de dominação, as políticas institucionais de promoção da igualdade racial são importantes para dar visibilidade a temática do racismo e produzir avanços, contudo, as políticas sociais são por si só contraditórias, e encontram seu limite na sociabilidade capitalista (Oliveira, 2021).

Com base nessa compreensão, reforçamos nossa posição na qual o marxismo é o referencial teórico que proporciona a apreensão da dinâmica do capitalismo, e “nos permite identificar como o sistema capitalista se apropria das diversificadas formas de opressão – neste caso o racismo – para potencializar sua exploração” (MOREIRA, 2019, p. 38). É nesse sentido que pensamos prosseguir para o próximo capítulo, teremos em vista trazer alguns dados acerca da realidade da população negra que são perpassados pelas expressões da Questão Social, e com isso, demonstrar a indissociabilidade das lutas antirracistas e anticapitalistas.

3. QUESTÃO SOCIAL, RACISMO E SERVIÇO SOCIAL

Negros falam sobre mudança e trabalhar dentro do sistema para conseguir isso, o problema de ser sempre conformista é que quando você tenta mudar o sistema por dentro, não é você quem muda o sistema, é o sistema que eventualmente mudará você¹¹

— *A pobreza da filosofia, Immortal Technique*

A reflexão trazida por *Immortal Technique* demonstra algo fundamental para a compreensão deste capítulo: não há como mudar o sistema de produção capitalista por dentro, não há como superar o racismo dentro dos marcos da sociedade capitalista. Neste capítulo abordamos como a questão racial está entrelaçada à questão social brasileira, objeto de intervenção do Serviço Social. Visamos apresentar a indissociabilidade dessas categoriais, bem como, apresentar como perspectivas do feminismo negro podem contribuir para essa apreensão em sua totalidade. Em seguida, expomos brevemente a trajetória do Serviço Social no Brasil, como a profissão tem se relacionado com a população negra e quais os esforços mobilizados para materializar o seu compromisso com a luta antirracista.

3.1 Mudando certezas de lugar¹²: questão social, questão racial e interseccionalidade

A fim de entender a importância do debate étnico racial no Serviço Social, é imprescindível compreender o racismo como elemento estruturante da questão social no Brasil, uma vez que se configura como objeto de intervenção do trabalho profissional e “razão de ser” do Serviço Social (Netto, 2001). Para o Serviço Social, a categoria de questão social é fundamental na compreensão das condições de vida sob o capitalismo, segundo Iamamoto e Carvalho (2006), a questão social:

[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 77).

¹¹ Tradução nossa do verso original “niggas talk about change and working within the system to achieve that The problem with always being a conformist is that when you try to change the system from within, it's not you who changes the system; it's the system that will eventually change you” da música *The Poverty of Philosophy* (2001) do rapper peruano e norte-americano Felipe Andres Coronel, de nome artístico *Immortal Technique*.

¹² Trecho adaptado do verso “a mesa ainda tá aqui, porém mudei certezas de lugar” da música *Que nem o meu cachorro* (2019) do rapper Black Alien.

Em outras palavras, a questão social é fruto das contradições das relações capital-trabalho inerentes ao modo de produção capitalista, é especialmente caracterizada pela pobreza em meio à abundância, assim, podemos dizer que a pauperização no capitalismo é socialmente produzida. A consolidação do capitalismo como regime de acumulação e extração de mais-valia produz uma agudização das desigualdades sociais que são expressas a partir “das mais variadas formas de pobreza, miséria, desemprego e exclusão social, desigualdade de renda, pobreza absoluta, exclusão social, privações e ausência de direitos” (Arcoverde, 2008, 102), ou seja, todas as formas de precarização da vida.

Apesar da questão social ter sua gênese na Europa a partir da Revolução Industrial com a disseminação do trabalho assalariado, no Brasil a questão social dá seus sinais nos anos 1900, também com a transição para o trabalho livre e assalariado, mas com marcas deixadas pelos processos coloniais e escravistas. Desse modo, compreendemos que as especificidades da formação social brasileira e as determinações sócio-históricas de nosso país possuem alta relevância para a apreensão da questão social, em especial, é necessário reconhecer que na realidade brasileira a questão étnico-racial está entrelaçada à Lei Geral da Acumulação Capitalista (Martins *et al.*, 2020).

É fato, o processo que constituiu as relações capitalistas no contexto brasileiro foi o mesmo que forjou a questão étnico-racial. Por esse ângulo, não se trata de processos distintos ou alheios àquele que determinou/determina a “questão social” no Brasil. Ao contrário, a questão étnico-racial é produto fundante do capitalismo forjada nos processos de colonização, escravidão e de constituição do capitalismo. Ela se construiu na relação estreita com a sua consolidação e o seu desenvolvimento (Martins *et al.*, 2020, p. 146-147).

Em vista disso, concordamos com as autoras quando afirmam que no Brasil não podemos pensar a questão social sem sua relação com a questão racial. Especialmente ao observar que as expressões da questão social afetam desproporcionalmente pessoas negras em nosso país, e essas consequências não podem ser tratadas como um problema apenas de classe ou de raça. Nesse sentido, visamos materializar essa argumentação apontando alguns dados que demonstram a realidade da população negra atualmente no Brasil, ratificando que a questão social é estruturalmente determinada pelo racismo.

Segundo o censo demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 45,3% da população brasileira se autodeclarou parda, enquanto 10,2% da população se autodeclarou preta, os dados constataam que cerca de 55,5% da população brasileira é negra (preta e parda), essa porcentagem corresponde a mais de 112 milhões de

pessoas. Através do *Observatório do Cadastro Único*,¹³ o qual permite identificar e caracterizar as famílias de baixa renda – aquelas que vivem com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa – no país, conseguimos extrair alguns dados relevantes. Até o mês de maio de 2024 o CadÚnico contava com mais de 40 milhões de famílias cadastradas, totalizando mais de 96 milhões de pessoas, dentre essas, 66 milhões de pessoas são negras. Assim, ao cruzar esses dados com o censo demográfico do IBGE, podemos constatar que mais de metade da população negra no Brasil enquadram-se como baixa renda.

Semelhantemente, a segunda edição do informativo *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil (2022)* elaborado pelo IBGE, aponta para uma persistência das desigualdades raciais, perceptível pelo acesso desigual que as populações negra e indígena têm aos bens e serviços básicos como saúde, educação, moradia, trabalho, entre outros. Segundo os dados obtidos, com relação à distribuição de renda, cerca de 20,4% da população negra (preta e parda) estão abaixo da linha de pobreza, sobrevivendo com apenas US\$ 1,90/dia e quase 73% (somando pretos e pardos) vivia com US\$ 5,50/dia em 2021.

No âmbito do trabalho as estatísticas também são expressivas, a população desocupada é representada majoritariamente por pessoas pretas e pardas, 12% e 52% respectivamente. O informativo também pontua que “as taxas de desocupação e de subutilização foram maiores entre as pessoas pretas ou pardas independentemente do nível de instrução considerado” (IBGE, 2022, p. 3), ou seja, mesmo com um nível de escolaridade maior, ainda assim existe uma tendência a que essa população continue desempregada, receba salários menores ou recorra ao mercado informal. Isto é refletido no percentual de pessoas pretas na informalidade foi de 43,4% e entre pessoas pardas de 47% em 2021, contando com resultados ainda mais elevados nas regiões Norte e Nordeste.

No tocante à moradia, os dados apontam que existem pequenas diferenças entre o quantitativo de ocupação de domicílio por fatores raça/cor, no entanto, a população preta e parda – 19,7% e 20,8%, respectivamente – eram mais propensas a residir em domicílios sem documentação de propriedade, o que coloca essa população em uma situação de maior insegurança de posse e informalidade da moradia. Segundo o informativo, essas diferenças são notáveis no acesso a serviços de saneamento, abastecimento de água e à coleta de lixo (IBGE, 2022), implicando em diversos rebatimentos na saúde e nas condições de vida da população negra.

¹³ O Observatório é uma ferramenta de acesso público com painel interativo, o qual disponibiliza acesso aos dados sociodemográficos do Cadastro Único, disponível em: <https://paineis.cidadania.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>.

Por sua vez, a Rede de Observatórios da Segurança através do relatório *Pepe Alvo* (2023) revela dados alarmantes sobre a violência letal cometida por policiais nos estados em análise (Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Pará, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo): em 2022 foram 4.219 vítimas decorrentes de intervenções policiais, das quais 2.770 (65,6%) eram pessoas negras. O estudo também evidencia uma tendência na omissão das informações de raça/cor, demonstrando a negligência e falta de transparência de alguns estados, algo que dificulta a compreensão da história desses mortos e as dinâmicas nos casos de violência policial que poderiam mudar os rumos das políticas de segurança pública.

Em Pernambuco, o estado registrou 91 mortes cometidas por policiais em 2022, apesar do número ser consideravelmente menor do que estados como Bahia (1.465) e Rio de Janeiro (1.042), 89,6% dos mortos eram pessoas negras e em Recife todos os 11 mortos eram negros. O estudo aponta ainda que a maioria das vítimas (61) possuem entre 12 e 29 anos, indicando que a juventude negra se encontra em alto risco de retaliações policiais no estado, as quais deságuam em consequências irreversíveis. Ana Flauzinha em artigo no relatório, coloca que “as estatísticas são, acima de tudo, o registro de vidas pulsantes tragicamente interrompidas. Trajetórias que devem ser contadas, honradas, partilhadas. Histórias de nós.” (2023, p. 12). A sua fala nos permite refletir que mais que um ponto percentual, cada número expressa uma vida ceifada em prol da manutenção da criminalização de corpos negros.

O Atlas da Violência (2024) elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) também traz alguns dados expressivos sobre a violência contra a população negra no Brasil, revelando que 76,5% das vítimas em registros de homicídios eram pessoas negras, correspondendo a uma taxa de 29,7 homicídios para cada 100 mil habitantes. Os dados sinalizam também que diversos estados nas regiões Norte e Nordeste superam a taxa nacional de homicídios de pessoas negras, com destaque para a Bahia (51,6), Rio Grande do Norte (45,3), Alagoas (45,1) e Pernambuco (45,1). Recife também é a quinta capital com as maiores taxas de homicídios de negros, com 55,6 por 100 mil habitantes.

Com esses números alarmantes, o relatório traz ainda uma reflexão pertinente baseada no Plano Juventude Negra Viva, lançado pelo Ministério da Igualdade Racial em março de 2024. O estudo visa verificar se o acesso a níveis educacionais elevados poderiam diminuir o conjunto de vulnerabilidades que resultam em maior risco à violência letal, o que se encontra é que “a escolaridade é um aspecto protetivo relevante contra a violência letal, com efeitos distintos para jovens negros e jovens brancos” (Ipea, 2024, p. 56). Ou seja, apesar das limitações a educação ainda se mostra como uma possibilidade para combater o mito da democracia racial, ressaltando que precisa estar articulada com políticas de saúde, cultura,

segurança, entre outras para diminuir os impactos do racismo na vida de negros e negras no Brasil.

Como demonstrado, a educação possui grande importância na construção de possibilidades de mudanças na vida de pessoas negras, no entanto, os dados ainda demonstram que o racismo não permite o acesso à educação de forma equânime e justa. A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD Educação de 2023 traz alguns resultados que expressam o panorama educacional da população brasileira, por exemplo, em 2023 o país tinha 9,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais analfabetas, sendo 7,1% de pessoas pretas ou pardas contra 3,2% de pessoas brancas. Os dados a respeito das trajetórias educacionais também revelam uma disparidade expressiva,

Com relação à cor ou raça, 61,8% das pessoas de cor branca haviam completado, no mínimo, o ciclo básico educacional. Entre as pessoas de cor preta ou parda, esse percentual foi de 48,3%, uma diferença de 13,5 p.p. entre os dois grupos analisados. Em 2023, essa diferença foi menor – era de 13,7 p.p. em 2022 – porém se manteve em um patamar elevado, indicando que as oportunidades educacionais eram distintas para esses grupos (IBGE, 2023, p. 03).

Percebemos o mesmo com relação ao número médio de anos de estudo: para pessoas de 25 anos ou mais essa média é de 9,9 anos, para pessoas brancas a média é de 10,8 anos e 9,2 anos para pessoas negras. Com relação à frequência ao ensino superior nas idades ideais (18 a 24 anos) a PNAD revela que 36,5% das pessoas brancas estavam estudando, e sua maioria (29,5%) frequentava o ensino superior, por sua vez, apenas 16,4% das pessoas negras estavam cursando uma graduação. E “adicionalmente, 6,5% dos jovens brancos nessa faixa etária já tinham um diploma de graduação, enquanto, entre os pretos e pardos, 2,9%” (IBGE, 2023, p. 09), o que corrobora com a análise de que apesar dos impactos gigantescos das cotas¹⁴, ainda existe uma disparidade no acesso, permanência e conclusão do ensino superior por pessoas negras.

Os dados apresentados aqui contribuem para evidenciar o racismo como elemento estrutural da sociedade brasileira, bem como, ratifica a compreensão de que a questão racial não é mera expressão da questão social, “ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro” (Gonçalves, 2018, p. 515). A

¹⁴ Com dados da PNAD Educação, O Globo analisa que 2022 é a primeira vez desde 2016 em que a desigualdade no ensino superior volta a crescer estatisticamente entre brancos e negros, revelando que apenas 48,3% das vagas universitárias eram ocupadas pela população negra. Segundo a matéria, essas são algumas das consequências relacionadas aos efeitos da pandemia do Covid-19, que causou impactos no âmbito da educação e na realidade de pessoas negras em todo o país. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2023/06/proporcao-de-universitarios-negros-cai-pela-primeira-vez-desde-2016.ghtml>. Acesso em: 03 jul. 2024.

classe trabalhadora brasileira não é abstrata, ela tem um marcador racial predominante, no entanto, a questão racial não está desvinculada das determinações capitalistas, assim, “as expressões da “questão social” que afetam os/as trabalhadores/as negros/as no país não podem ser tratadas ou vistas como se fossem dissociadas da relação capital/trabalho, da exploração de classe” (Martins *et al.*, 2020, p. 148-149).

O argumento trazido aqui não aspira colocar a raça acima da classe, o que se propõe é um entendimento da indissociabilidade dessas categorias. É nesse sentido que nos amparamos nas produções de feministas negras, a qual permite uma abordagem a partir das intersecções de classe, gênero e raça, essa é também uma escolha política que permite a desconstrução de modelos hegemônicos explicativos (Clemente, 2019). Com o crescente interesse na manutenção do sistema racista e capitalista, Patricia Hill Collins nos informa que a “invisibilização de mulheres negras e de nossas ideias [...] tem sido decisiva para a manutenção de desigualdades sociais” (2019, p. 34). E é na dinâmica de tensão entre a supressão de ideias negras e o ativismo intelectual contra esse movimento que o pensamento feminista negro é constituído.

Gonzalez (1988/2020) já nos alertava que o feminismo, enquanto teoria e prática, nos foi útil e fundamental, especialmente ao revelar “as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres” (2020, p. 127). No entanto, chamava a atenção para o “esquecimento” da questão racial dentro feminismo, e explica que isso se deve devido à visão de mundo eurocêntrica e neocolonial, presentes nas raízes do feminismo ocidental. Nesse sentido, o feminismo negro e latino-americano trazem perspectivas de articulações das questões de gênero com o caráter multirracial e pluricultural de nossa região, se contrapondo ao eurocentrismo, ao racismo e à colonialidade observados no feminismo ocidental branco.

El pensamiento feminista descolonial se reconoce emparentado con la tradición teórica iniciada por el feminismo negro, de color y tercermundista en Estados Unidos, con sus aportes a pensar la imbricación de la opresión (de clase, raza, género, sexualidad), al tiempo que se propone recuperar el legado crítico de las mujeres y feministas afrodescendientes e indígenas que desde América Latina han planteado el problema de su invisibilidad dentro de sus movimientos y dentro del feminismo mismo, iniciando un trabajo de revisión del papel y la importancia que han tenido en la realización y resistencia de sus comunidades (Espinosa, 2014, p. 8).

Sendo assim, o aporte teórico utilizado aqui se baseia em lentes feministas que não coloca as discussões de gênero e raciais como opostos, mas sim como complementares, de modo que o combate ao sexismo seja sempre vinculado ao combate ao racismo, considerando também, as particularidades deixadas pela colonização na América Latina e no Brasil.

Consideramos pertinente apontar que antes do termo *interseccionalidade* ser cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989, as articulações entre raça, gênero e classe, já eram trazidas em diversas discussões feitas por mulheres negras. O discurso *E eu não sou uma mulher?* de Sojourner Truth pioneiramente traz essas intersecções e questiona as matrizes de opressões que estão presentes diariamente na vida de mulheres negras. Similarmente, Audre Lorde reiterava que não existiam hierarquias de opressão, sendo uma mulher negra lésbica, declarou: “eu não posso escolher entre as frentes em que eu devo batalhar essas forças da discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir.” (Lorde, 2017, p. 6).

As feministas negras já compreendiam que para erradicar a dominação de classe e opressões de raça e gênero, essas determinações precisavam ser pensadas articuladamente, é assim que o conceito de *interseccionalidade* toma forma. Crenshaw (1991) justifica a necessidade dessa categoria, pois serve para realçar e diminuir os confrontos que podem existir entre as lutas antirracista e feminista, segundo ela, o problema não está apenas nesses movimentos não perceberem o fator “adicional” de raça ou sexismo, mas sim, que tem sido ineficientes ao articular essas duas dimensões. A interseccionalidade não vem para hierarquizar ou comparar dimensões de opressão, ou áreas do conhecimento, mas sim para reorientar os significados de nossas experiências, “a interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças” (Akotirene, 2019, p. 28). Logo, compreendemos a interseccionalidade como ferramenta metodológica essencial para apreender a inseparabilidade das categorias de raça, classe e gênero, como explicita Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Da mesma forma, Angela Davis colocava em *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*:

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que

entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2011).

Dessa maneira, Rosane Borges (2021) aponta que o feminismo negro se configura como uma plataforma de expansão da teoria marxista, exercendo um movimento de alargamento das perspectivas da teoria social. A autora argumenta que o feminismo negro já nasce como uma proposta radical à medida que compreende a luta de classes, insere a dimensão racial nas discussões sobre dominações e questiona a visão universalista de gênero. E ainda pontua que não se trata de antagonizar o marxismo, mas sim “oferecer outros ferramentais para análises mais precisas das desigualdades, mormente [sobretudo] nas sociedades marcadas pelo colonialismo e pela escravidão” (Borges, 2021, p. 57). Ou seja, o feminismo negro vem para promover uma reavaliação da lógica do capital, desnaturalizando a percepção que apenas classe pode revelar a totalidade das determinações de países como o Brasil, assim Borges conclui que,

Os vitupérios [ataques] costumeiramente deferidos contra o feminismo negro, que o encapsulam numa agenda reducionista e redutora, que o associam ao pós-modernismo, revelam uma não compreensão de sua incidência na teoria social e na prática política. Ainda que não adote, em certos casos, a régua unívoca do marxismo, mantém-se como uma práxis que por vias diversas põe em cena a exclusão do capital. Essa redução destitui o feminismo negro de seu caráter radical e pluralista (Borges, 2021, p. 60).

É a partir desse ponto de vista que acreditamos na inseparabilidade das lutas anticapitalista e antirracista, estamos em plena concordância com Devulsky (2021, p. 20) quando nos diz que essa falsa oposição entre os dois âmbitos de luta “promove o enfraquecimento teórico em sua medida epistemológica e política, bloqueando a convergência de seus potenciais de mobilização”, as estratégias de combate ao racismo estrutural no Brasil jamais podem ser alcançadas sem uma visão radical e revolucionária de combate ao capitalismo enquanto sistema produtivo.

Assim, adotar o materialismo histórico dialético para compreender a totalidade social e contradições do capitalismo, não nos exige de admitir que a teoria pode ser complementada (Ferrugem, 20022) para dar conta das particularidades que as sociedades latino-americanas e brasileiras possuem. A intenção não é fragilizar os âmbitos de luta ou atomizar a questão social, mas sim demonstrar que essas contradições e conflitos fazem parte da totalidade da vida social, “a compreensão de que as pessoas vivem e trabalham no mundo a partir de suas diferenças identitárias e são marcadas pelos sistemas de opressão racista e sexista que estruturam o mundo é uma possibilidade real de fortalecimento da luta de classes” (Ferrugem, 2022, p. 83).

Em suma, o debate de luta de classes é intrínseco aos debates de raça e gênero, pois a medida que a sociedade capitalista se desenvolve e se torna ainda mais complexa, é impossível conceber que a opressão de classe possa se reproduzir desvinculada de outras formas de opressão (Gouvêa e Mastropaolo, 2019). Para uma possível superação da lógica capitalista e neoliberal, é preciso apreender a realidade tal como ela é, com todo o seu conjunto de determinações, a classe precisa ser compreendida a partir da divisão sexual e racial do trabalho, assim como o racismo e sexismo precisam ser compreendidos nos marcos da apropriação dos meios de produção e exploração da força de trabalho.

É nesse sentido, em concordância com Tales Moreira (2019) que entendemos a questão social da seguinte forma:

A “Questão Social” aqui é concebida enquanto fruto do processo de exploração do trabalho pelo capital, sendo emergente e também característica fundante do capitalismo, o qual, a partir dessa contradição ontológica, cria um processo de produção social da pobreza e das mais variadas formas de desigualdade, exploração, dominação e exclusão – que tem como único objetivo a garantia de acumulação pelo capital – e que, especialmente no caso brasileiro, sustenta e reproduz o racismo enquanto estratégia necessária para essa acumulação (Moreira, 2019, p. 67).

Reiteramos que não é possível uma derrota efetiva do racismo nos marcos do capitalismo, e uma luta de classes que não compreende raça, gênero e classe como indissociáveis não alcança a totalidade da realidade da classe trabalhadora. A proposta não é uma via de fragmentação e hierarquização de lutas, mas sim propor que essas pautas não sejam secundarizadas, precisam estar em constante articulação. Nessa direção, o próximo segmento visa apresentar a aproximação do Serviço Social com a questão racial, e como nossa compreensão da questão social revela limites, desafios e possibilidades para a formação e o exercício profissional.

2.2 “Se na sua cabeça, eu estou equivocado, desça da cobertura e passe aperto do meu lado”¹⁵: Serviço Social e questão racial no Brasil

Como observado anteriormente, a questão social tem sua origem a partir do estabelecimento do capitalismo enquanto modo de produção, essa forma de pauperização das condições de vida da classe trabalhadora será responsável pela criação de um novo campo de intervenção, dando origem ao Serviço Social. No Brasil, a profissão nasce por volta da década

¹⁵ Trecho retirado da música *Contraste Social* (1999) do rapper MV Bill. A música é escrita como denúncia à hipocrisia da sociedade capitalista, explicitando as disparidades sociais existentes dando ênfase à criminalização da pobreza e marginalização de pessoas negras.

de 1930 durante o governo de Getúlio Vargas, com caráter messiânico e associado a Igreja Católica, os objetivos das ações eram voltadas para o controle de condutas sociais da nascente classe operária e das populações marginalizadas. Nesse primeiro momento as trabalhadoras sociais não realizam apreensão crítica da questão social, pelo contrário, ela era tida como um problema moral (Iamamoto e Carvalho, 2006) resultando na responsabilização dos sujeitos pela sua condição.

Ao mesmo tempo, como visto no primeiro capítulo, as teorias eugenistas e o mito da democracia racial também estavam se propagando na sociedade brasileira, colocando o negro em uma posição preocupante, conforme expõe Gonçalves (2018):

Na gênese do Serviço Social, na década de 1930, esta população permaneceu escanteada. **Diluída na condição de pobre e miserável, tornou-se objeto de uma caridade que, mais do que flertar, estabeleceu ligações perigosas com a política eugenista do Estado brasileiro. Produto histórico das relações sociais, a profissão esteve estreitamente vinculada às ideias da classe dominante e reproduziu ou reforçou o *status quo*.** De um lado, recebeu investidas eugenistas sob o argumento de que, para assegurar moralmente o destino da comunidade nacional, era preciso contribuir para melhorar a raça. De outro, e sem sair do universo ideológico conservantista, a categoria se viu sob o manto do mito da democracia racial, ideologia responsável por propagar a ideia de uma escravidão branda e de uma convivência pacífica entre os povos, não havendo, portanto, no Brasil um problema negro, como se reconhecia existir em outros países (Gonçalves, 2018, p.515, grifos nossos).

Essa realidade revela como as marcas deixadas pela colonização e pela escravidão afetam continuamente a população negra. Já no que tange o Serviço Social, notamos algumas transformações com a criação das primeiras escolas de Serviço Social, 1936 em São Paulo e 1940 em Pernambuco. Apesar de inicialmente ligadas a Igreja Católica, com fortes influências franco-belga e neotomista, observam-se tentativas iniciais de distanciamento da influência religiosa, reflexo do esforço da categoria para se afirmar como profissão e produzir seus próprios conhecimentos. A década de 1940 é especialmente caracterizada pelas fortes influências norte-americanas marcadas por perspectivas teóricas como o funcionalismo e positivismo, assim o Serviço Social se constitui como profissão liberal com natureza técnico-científica.

Os anos 1950 e início da década de 1960 também traz mudanças, a exemplo de adoção da ideologia desenvolvimentista característica do governo de Juscelino Kubitschek. Yamamoto e Carvalho (2006) assinalam que essa concepção busca acima de qualquer outro objetivo a expansão econômica, mesmo com a existência de políticas e esforços para a diminuição da pobreza da população, o objetivo central era o crescimento econômico do país a partir da elevação do nível de vida daqueles indivíduos. Assim o desenvolvimento de grupos e

comunidades é aprimorado nesse período se tornando o principal método de intervenção das assistentes sociais, ao mesmo tempo, o Serviço Social é institucionalizado se configurando como profissão regulamentada, possuindo um ensino superior padronizado e currículo mínimo definido para a formação.

Perceber como as modificações do Serviço Social estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo é imprescindível para localizar a profissão na realidade social. As mudanças da sociedade constroem as demandas que serão alvo das intervenções, isso demonstra que “enquanto profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social” (Netto, 1996, p.70). Assim, o Estado coloca o Serviço Social como instrumento para alcançar os objetivos nacionais, o inserindo no centro das contraditórias relações sociais de produção e reprodução da sociedade capitalista.

No entanto, é no contexto da Ditadura Militar no Brasil que a categoria passa por profundas alterações, apesar da forte repressão e censura da conjuntura, a inserção do Serviço Social no ambiente acadêmico¹⁶ representa um dos pontos-chave para a renovação da profissão, que propiciou a reorganização da prática e formação de assistentes sociais. O contato dos estudantes de Serviço Social com outras organizações estudantis e de esquerda, atores importantes na luta contra a repressão ditatorial, resulta no questionamento das bases conservadoras da profissão. É durante esse processo de renovação que surgem três tendências no Serviço Social: a tendência modernizadora, a tendência de reatualização do conservadorismo e, por fim, a tendência da intenção de ruptura (Netto, 1991).

A intenção de ruptura emerge no ambiente universitário, buscando romper com o Serviço Social tradicional em todos os sentidos, tanto teórico-ideológicos quanto prático-profissionais, também é responsável por estabelecer, pela primeira vez, uma relação do Serviço Social com a tradição marxista. Em suma, propunha uma “crítica sistemática ao desempenho ‘tradicional’ e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos.” (Netto, 2005, p. 159). Esse primeiro contato do Serviço Social com o marxismo é caracterizado pela falta de contato com as obras originais clássicas, utilizando-se, principalmente, de manuais partidários ou populares, disponibilizados por movimentos sociais (Silva, 2007), consequência da censura e propaganda anticomunista disseminada durante a ditadura. Ainda assim, é um momento importante para a produção de concepções comprometidas com a crítica às relações econômicas e sociais e com a classe trabalhadora.

¹⁶ A Escola de Serviço Social de Pernambuco é integrada à UFPE em 1969 e em 1971 é realizado o primeiro vestibular para o curso. (Vieira, 2021, p. 261).

É precisamente na perspectiva da intenção de ruptura que se plasmam as conotações inerentes a um exercício profissional (e suas representações) compatíveis com a modernidade: o reconhecimento dos projetos societários diferenciados das classes e dos parceiros sociais, a compreensão da dinâmica entre classes/ sociedade civil/ Estado, a laicização do desempenho profissional, a assunção da condição mercantilizada dos serviços prestados pelo profissional etc (Netto, 2005, p. 305).

Essa tendência tem seu ponto mais expressivo em 1979 no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), conhecido como *Congresso da Virada*, um marco para a reconceitualização do Serviço Social. A profissão sempre teve uma dimensão política, mas o III CBAS se tornou uma referência na evolução da profissão ao inaugurar uma nova direção política de caráter crítico e à esquerda (Mota e Rodrigues, 2020), comprometido com a classe trabalhadora e visando adotar um projeto voltado para a transformação da ordem societária vigente. Esse posicionamento demandou uma reconfiguração teórico-prática do Serviço Social, destacamos aqui a revisão dos conteúdos da formação profissional, resultando na adoção de referenciais teórico-metodológicos de inspiração marxista e, na prática do exercício profissional tem-se uma aproximação com os movimentos sociais, lutas sindicais e populares.

Os anos 1980 são marcados pelo processo de abertura política e redemocratização do Brasil, em 1982 temos a criação de um novo currículo, colocando como pressupostos para a formação a teoria social marxista, o trabalho como categoria fundante do ser social e articula a direção profissional com uma perspectiva emancipatória (Abramides, 2016). Algumas lacunas presentes neste currículo são superadas com as Diretrizes Curriculares de 1996 após um amadurecimento acadêmico da profissão, aqui o assistente social se reconhece como trabalhador inserido nas relações sociais e estabelece “a articulação e a indissociabilidade das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas” (Abramides, 2016, p. 471).

Esse período é o momento em que a produção acadêmica do Serviço Social se aproxima das produções originais de Marx, Engels, Gramsci, entre outros autores clássicos para a teoria social crítica. Essa aproximação não só amplia o aporte teórico da categoria, mas permite uma apreensão da relação dialética que existe entre o exercício profissional, o Estado e as políticas sociais, Silva *et al.* (2002) aponta que a percepção dessas contradições leva a categoria a pensar na formação de um novo projeto profissional:

[...] é na década de 80 que o Projeto Profissional de Ruptura se consolida e se torna hegemônico no discurso teórico-metodológico da profissão. Ou seja, é nessa década que, no nível de dimensão acadêmica do Serviço Social (formação profissional e produção científica), a hegemonia desse projeto torna-se inquestionável, dando margem a um novo projeto de formação profissional, com avanços na formação científica dos assistentes sociais (Silva *et al.*, 2002, p.102).

A tradição marxista apresentou um papel fundamental para a produção acadêmica do Serviço Social, permitiu a expansão de pesquisas, artigos e trabalhos nos programas de pós-graduação em Serviço Social e foi inserida nas matrizes curriculares dos cursos de graduação (Silva, 2007). A articulação do Serviço Social com o pensamento marxista tem materialidade na publicação da obra de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (1982), uma das principais contribuições para a categoria até hoje. Essa obra é fundamental para a apreensão das particularidades da questão social brasileira, entender como a profissão está inserida nas relações de capital-trabalho e qual sua função diante do gerenciamento da questão social, além de propor perspectivas que visam mudanças objetivas na atuação profissional.

É perceptível que a adoção do marxismo mudou fundamentalmente o Serviço Social, não só consolida uma direção sociopolítica para a profissão, como também reconhece as contradições produzidas pelo capitalismo. Não obstante, relembramos que no Brasil o processo de desenvolvimento do capitalismo é entrelaçado pelo racismo, “os vestígios escravistas são remanejados e dinamizados na sociedade do capitalismo dependente em função do imperialismo dominante” (Moura, 1983, p. 135). Consideramos pertinente lembrar esse apontamento, visto que grande parte dos usuários das políticas sociais e dos serviços sociais, são pertencentes a população negra, no item anterior estabelecemos que as expressões da questão social afetam desigualmente esse grupo.

Evidentemente, a pobreza não tem como determinação o racismo. Ela é determinada pela exploração do trabalho pelo capital, pela riqueza socialmente construída e sua apropriação privada. No entanto, na formação social brasileira, não podemos tomar essas determinações como exclusivas para a análise da condição social dos/as trabalhadores/as negros/as e de sua inserção quantitativa nas várias expressões da ‘questão social’. Primeiro, a história que concretizou o capitalismo brasileiro foi profundamente marcada pela escravidão dos/as negros/as e pela repressão. Segundo, a transição do trabalho escravo ao trabalho livre foi marcada pela ideia de uma incompatibilidade e desqualificação do negro para assumir o trabalho assalariado. Esses fatos foram decisivos na vida desses/as trabalhadores/as (Martins, 2013, p. 15).

Posto isto, entendendo a importância de uma categoria como o Serviço Social abordar a questão racial, o que percebemos historicamente é um silenciamento da profissão com relação às relações étnico-raciais, como visto nos levantamentos realizados por Ferreira (2010) e León-Díaz (2016), as autoras evidenciam uma “ausência” da questão racial na profissão, antes da virada, existem pouquíssimos registros de produções sobre raça, cor ou etnia, e as menções encontradas desses termos remetem a elementos descritivos da aparência de usuários (Ferreira, 2010). Por sua vez, León-Díaz (2016) nos revela que o primeiro livro

que de fato se refere a um estudo das questões raciais é *A ecologia do grupo afro-brasileiro*,¹⁷ publicado somente em 1966, resultado do trabalho de conclusão de curso (TCC) de Sebastião Rodrigues Alves. Sobre esse silenciamento Correia (2020) argumenta,

A “democracia racial” exerceu um papel importante na naturalização das determinações étnico-racial na conformação da “questão social” brasileira e, somam-se a ela, os meios de apropriação do marxismo pela profissão, fazendo com que a luta antirracista no Brasil fosse vista e analisada dissociada da luta anticapitalista. Dadas as constatações expostas, o silêncio em torno de uma questão histórica, tão importante com repercussões materiais fundamentais para o objeto de trabalho do Serviço Social, só pode ser atribuída ao racismo estrutural que impregna a formação, a produção intelectual e o exercício profissional (Correia, 2020, p. 134).

Reiteramos que nossa análise não intenciona assumir uma via culpabilizadora (Moreira, 2019), mas apenas demonstrar que o racismo enquanto elemento estrutural da sociedade brasileira, perpassa também as instituições e as relações sociais, o Serviço Social ao estar inserido nessa sociabilidade não está isento de reproduzir sua lógica racista. Ferreira (2010) aponta que houve uma normalização do pensamento racista no Serviço Social desde sua gênese, “com uma ‘clientela’ majoritariamente negra que aparentemente requeria drástico ajustamento, pode tê-los levado a uma naturalização não apenas da pobreza, mas da pobreza negra” (Ferreira, 2010, p. 141). Assim, esse silenciamento da questão racial é mais uma tentativa de invisibilizar esses sujeitos ao mesmo tempo, em que os torna alvo das ações racistas institucionalizadas pelo Estado, como as políticas higienistas nos anos 1930 e 1940 e atualmente pela “guerra às drogas”.

Apesar disso, a população negra resiste em todos os âmbitos em que estão inseridas, no VI CBAS de 1989 essa muralha de marginalização e silenciamento da questão racial começa a apresentar rachaduras a partir da apresentação dos trabalhos de intelectuais que pioneiramente trazem a urgência do debate racial para o Serviço Social (Ferrugem, 2022):

- a) “*A questão racial enquanto elemento de uma prática transformadora*”, das autoras Maria José Pereira, Matilde Ribeiro e Suelma Inês Alves de Deus;
- b) “*O Serviço Social e os bastidores do racismo*”, das autoras Magali da Silva Almeida e Fátima Cristina Rangel Sant’Anna.

¹⁷ “O livro publicado por Alves (1966) demonstra a consideração desses debates nas Ciências Sociais e evidencia o momento de transição entre esses dois modelos de análise. O autor da primeira publicação especializada nas “questões raciais” no Serviço Social partilha aspectos da visão culturalista sobre o negro e da exaltação da mestiçagem, em especial o aporte do negro à identidade nacional. Porém, ao mesmo tempo, ele se distancia da ideia do convívio racial e da integração do negro porque ele mesmo e outros militantes negros vivenciam a falta de integração e desigualdade de tratamento em vários cenários da vida pública, apesar de terem escalado posições sociais e econômicas na sociedade. Paradoxalmente, a ideia de mestiçagem e exaltação desse mito é utilizada por Alves para reclamar o tratamento igualitário do negro na sociedade brasileira dos anos sessenta.” (León-Díaz, 2016, p. 148)

Esses trabalhos configuram uma reivindicação da questão racial como categoria de análise para o Serviço Social, conforme indica Lima (2023, p. 23) “essas Assistentes Sociais negras romperam com os silêncios nas produções teóricas da categoria e com isso iluminaram caminhos para uma longa trajetória” de tensionamentos na produção de conhecimento. Assim, o crescimento, ainda que lento, de discussões voltadas para as questões raciais é fruto direto da luta de assistentes sociais negras que já atuavam no âmbito de lutas de movimentos sociais, reiterando nossa posição de que o feminismo negro é um aporte teórico imprescindível para o Serviço Social, pois conforme Ribeiro (2004),

Os movimentos negros, de mulheres negras e os feministas têm sido frequentes fontes de produção crítica de nossa realidade social do ponto de vista das desigualdades sociais, raciais e de gênero, além de construírem espaços fundamentais na proposição de políticas públicas de promoção da igualdade racial e dos direitos das mulheres (2004, p. 149, *apud* Moreira, 2019).

Essas assistentes sociais nos ajudam a demonstrar que não é possível negar a centralidade da questão racial para as relações capital-trabalho e nas determinações da questão social, negar essa compreensão “implica em seguir silenciando as assimetrias raciais e corroborando e reiterando o mito da democracia racial” (Ferrugem, 2022, p. 107). Nesse sentido, o Código de Ética de 1993 representa um marco importante para a categoria ao colocar como um dos princípios fundamentais o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993, p. 23). O CEP juntamente a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662/1993) e as Diretrizes Curriculares de 1996 são elementos que conferem materialidade ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, de acordo com Netto,

Este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (Netto, 1999, p. 15-16).

Esse apontamento demonstra que a profissão deve estar comprometida a uma formação e exercício profissional antirracista, no entanto, a temática racial ainda aparece como ‘identitária’ ou apartada das discussões ‘gerais’ do Serviço Social. León-Díaz (2016) indica que após a aproximação com o marxismo tem-se em 2003 a publicação do livro “O Serviço Social e a questão étnico-racial” da autora Elisabete Aparecida Pinto, a obra foi fruto de seu TCC apresentado em 1986 na Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Nele,

Pinto questiona o compromisso da profissão com as questões raciais ao denunciar a aparente desinteresse pela temática na produção de conhecimento, e como isso rebate nas intervenções com usuários/as negros/as.

[O trabalho é visto] apenas da perspectiva de classe social, não considerando gênero e etnia como categorias epistemológicas necessárias ao entendimento das especificidades temáticas do trabalho, saúde, educação e habitação, dentre outras, compreendidas como particularidades da questão social (Pinto, 2003, p. 33, *apud* León-Díaz, 2016)

Como expresso na citação acima, a autora entende o racismo como uma categoria explicativa da realidade, essencial para compreender as relações sociais na sociedade de classes brasileira (León-Díaz, 2016). O compromisso assumido pelo Serviço Social precisa refletir na produção acadêmica e na formação profissional, é perceptível que esses tensionamentos se fortalecem à medida que mais pessoas negras adentram o mundo universitário, enxergamos esses embates como formas de colaborar para uma evolução da profissão¹⁸. A presença de pessoas negras na universidade também permite sua inserção não como objetos de estudo, mas como produtores de conhecimento, permitindo aumento da visibilidade para esses grupos e chamar atenção para os silenciamentos e omissões (Gomes, 2009).

O combate ao silenciamento da questão racial começa, sobretudo, em admitir sua importância para a formação de assistentes sociais, “primeiramente é preciso assumir que incorporamos uma formação acadêmica alicerçada num modelo colonializado e racializado, e em segundo precisamos conhecer outras formas de construção de saberes, que não nega, mas integra” (Vassalo, 2018, p. 74). Ao aceitar que parte do currículo contribui para a reprodução da lógica de tangenciamento das questões étnico-raciais, permite que se pense uma nova forma de abordá-las transversalmente nas disciplinas, em especial, aquelas voltadas para a formação social brasileira, a questão social e a história do Serviço Social.

Não podemos esquecer o mito da “democracia racial”, pois, como ideologia dominante, ela serviu para esconder a existência de um racismo estrutural manifesto no plano da vida material da parcela majoritária da classe trabalhadora racialmente discriminada. Assim, como conjunto de valores interiorizados pela sociedade brasileira, o mito passou a fazer parte do conjunto de ideias explícitas e/ou implícitas em todas as dimensões da vida social, inclusive no conjunto de ideias que nortearam historicamente a formação profissional. [...] **É essa armadilha que o Serviço Social precisa enxergar na formação profissional e na produção do conhecimento para**

¹⁸ Pontuamos que apesar do importante esforço realizado por tantas e tantos autoras/es negras/os no Serviço Social, a discussão não pode ser apenas nossa responsabilidade, concordamos com Vassalo (2018, p. 73) quando coloca que “estes alunos/profissionais vêm protagonizando a elucidação da Questão Racial na profissão, mas ainda de forma individual e visceral no sentido de que a Questão Racial não seja um compromisso de pessoas negras, mas de toda a sociedade brasileira e dos assistentes sociais”.

que os/as assistentes sociais não reproduzam a lenda da “democracia racial”
(Correia, 2020, p. 132-133, grifos nossos).

Correia chama atenção para essa “armadilha”, é preciso um processo de desconstrução e renovação constante para superar as visões estabelecidas e reproduzidas pelo racismo estrutural na sociedade, e pelo racismo institucional no mundo acadêmico. A título de exemplo, em dezembro de 2023, o curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, instituiu a disciplina de Relações Étnico-Raciais como obrigatória (não sem disputas e tensionamentos), representando um marco importante na direção a uma formação acadêmica antirracista. Isso demonstra que apesar do silenciamento, não existe uma ausência de esforços e lutas, não só por parte de estudantes e profissionais, mas também das entidades representativas da categoria. Por exemplo, a gestão *Tecendo na luta a manhã desejada* (2014-2017) do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lança a série de cadernos *Assistente Social no combate ao preconceito*, com uma cartilha dedicada à temática do racismo.

Rocha e Silva (2022) desenvolveram uma pesquisa interessante mapeando as publicações do CFESS Manifesta no período de 2011 a 2020, encontrando entre as 110 publicações apenas 06 sobre a questão racial, todas publicadas no Dia da Consciência Negra (20 de novembro), são elas:

- *Zumbis e Dandaras contra a desigualdade racial no Brasil* (2011), elaborada por Magali da Silva Almeida;
- *A violência tem classe e cor!* (2012), elaborada por Heleni de Ávila;
- *O longo caminho da desigualdade* (2014), escrito por Daniela Castilho e Nazarela Rêgo
- *Quebrar correntes, resistir, desafiar, lutar, sentir, amar... É para ter orgulho, é coisa de preto e preta!* (2017), da autora Mauricleia Santos;
- *Vidas negras importam* (2018) da presidente do CFESS naquele triênio, Josiane Soares;
- *Novembro Negro arco-íris* (2020), elaborado por Liliane de Oliveira Caetano.

As poucas publicações confirmam as suspeitas de não se tratar de um esquecimento, mas sim uma supressão e silenciamento das pautas raciais. Correia (2020) entende que isso apenas reflete o tratamento marginal e/ou pontual da questão étnico-racial, no entanto, Almeida (2013) é otimista sobre a questão, e enxerga uma trajetória de possibilidades.

É importante que essa agenda seja demandada pelos assistentes sociais. Se não houver demanda, ela não vai aparecer. Se demandarem, o espaço está aberto. Será uma conquista. Hoje conquistamos um eixo temático no CBAS, a abertura da Revista Serviço Social e Sociedade para temas dessa natureza e relevância. Da ordem do CFESS, as publicações no CFESS Manifesta no 20 de novembro. A campanha nacional que fizemos em 2003 no CFESS-CRESS, em Salvador. **Acredito que, hoje, a temática relativa ao racismo é um fato a ser consumado, não tem retorno.** A criação dos GTPs pela ABEPSS. Os programas de pós-graduação estão mais sensíveis ao tema e abrindo suas pesquisas para o campo, embora a produção científica seja incipiente. Mas já existe! (ALMEIDA, 2013, p. 233, grifos nossos).

Chamamos atenção também para a campanha *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*¹⁹ lançada em 2018 pela gestão do triênio 2017-2020 do Conjunto CFESS/CRESS. A campanha não só visou debater sobre os rebatimentos do racismo na saúde, educação, habitação e assistência social, como também foi uma ação importante no sentido de materializar os princípios inscritos no Código de Ética do/a Assistente Social (1993). Ao conferir centralidade à questão racial, o Serviço Social se coloca disposto a reconhecer a indissociabilidade do racismo e questão social no Brasil, a campanha aborda desde as condições de saneamento desigual para pessoas negras, intolerância religiosa, violência contra mulheres negras até as políticas de segurança que atuam como projeto genocida contra a juventude negra.

Consideramos emblemático o slogan “*Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro*” utilizado no dia do/a Assistente Social em 2019, por expressar com maestria a relação entre questão social e interseccionalidade. Rocha (2014) alertava que era imprescindível indagar “Quem são os sujeitos sociais historicamente discriminados e alvos preferenciais das ações de violações de direitos? Quem são os sujeitos que mais demandam a intervenção do profissional de serviço social em seus diversos espaços sócioocupacionais? Sobre quem as políticas de repressão e controle do Estado agem mais fortemente?” (Rocha, 2014, p. 303-304). Assim, acreditamos que a campanha representa um passo fundamental na direção de construção de uma formação antirracista e um exercício profissional comprometido com a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

No que tange a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), destacamos a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) *Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades*, que vem atuando pioneiramente desde 2010. Enfatizamos também a publicação do documento “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social” em 2018, reconhecendo a centralidade política e sócio-histórica do racismo para a categoria. A

¹⁹ O site da campanha conta com uma amplitude de informações, materiais, ações e relatos de assistentes sociais. Disponível em: <https://servicosocialcontraracismo.com.br/>. Acesso em: 07 jul. 2024.

Plataforma Antirracista²⁰ disponível no site da ABEPSS também conta com uma variedade de materiais que tratam sobre a questão étnico-racial nos mais diversos eixos de pesquisa e formação em Serviço Social.

Em 2018, a ABEPSS também publicou uma nota de orientação para adoção de cotas na Pós-Graduação em Serviço Social. Segundo o documento, naquele momento 80,7% dos estudantes em cursos de mestrado e doutorado eram brancos, e apenas 17,1% eram pessoas negras e que apenas 02 dos 34 programas de pós-graduação em Serviço Social (UERJ e UNIFESP) possuíam cotas étnico-raciais (ABEPSS, 2018). Ressaltamos ainda a 7ª edição do ABEPSS Itinerante em 2024²¹ que teve como tema “As Diretrizes Curriculares, o Debate Étnico-racial e os Projetos Pedagógicos”, demonstrando o compromisso contínuo da organização com o fortalecimento de uma formação antirracista e emancipatória.

Acreditamos conseguir estabelecer até aqui a importância da presença da questão racial não como pauta ‘identitária’, mas como elemento fundamental para a compreensão da formação social e da questão social no Brasil. Isso significa dizer que para a questão racial ser tratada transversalmente durante a formação profissional não só é necessária a inclusão de materiais já produzidos por autoras/es negras/os nas bibliografias e evidenciar como o Serviço Social tem se relacionado com o seu público usuário, majoritariamente negro, desde sua gênese. É, igualmente, preciso que as produções acadêmicas que servirão de base teórica para assistentes sociais e expressam problemáticas da realidade reflitam esse posicionamento.

É nesse sentido que no próximo capítulo nos voltamos para a produção de conhecimento no Serviço Social, especificamente, analisamos como o Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Pernambuco, tem tratado a questão racial a partir das dissertações e teses produzidas.

²⁰ A Plataforma Antirracista foi lançada durante o XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). Disponível em: <https://www.abepss.org.br/sugestoesdemateriais-95>. Acesso em: 08 jul. 2024

²¹ “O Projeto ABEPSS Itinerante é uma capacitação continuada com formato de curso de aperfeiçoamento desenvolvido desde 2011 pela ABEPSS com o propósito de fortalecer e capilarizar as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior.” (ABEPSS, 2024). Disponível em: <https://itinerante24.abepss.org.br/>. Acesso em: 08 jul. 2024.

4. PÓS-GRADUAÇÃO, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E QUESTÃO RACIAL

*Deus ajuda quem acorda cedo
Quantas noites nem dormi pensando em chegar primeiro
Minha pele que dita pra ser boa
Vou ter que ser duas vezes
Pra sua mãe sorrir a minha
Teve que chorar mais vezes*

— *Filhas do Improvável, Clara Lima e Mc Luanna*

Para abrir o capítulo que trata da produção de conhecimento e intelectualidade negra, consideramos representativo trazer um trecho de *Filhas do Improvável*, mulheres negras que com muita luta conseguem romper com as amarras do racismo, vivenciam o impossível. Como será demonstrado aqui, grande parte dos autores responsáveis pela produção teórica sobre a questão racial no Serviço Social são mulheres negras, a música reflete os sacrifícios e esforços realizados para chegar até aqui.

Neste capítulo traçamos um breve panorama da pós-graduação em Serviço Social no Brasil e em Pernambuco, apresentando a trajetória do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS-UFPE). Também compartilhamos os resultados da pesquisa, indicando quantas dissertações e teses foram encontradas, qual o perfil da autoria desses trabalhos e quais as abordagens metodológicas e eixos temáticos presentes nessas produções. Por fim, realizamos algumas reflexões acerca da produção de conhecimento e sua importância para o Serviço Social na construção de uma sociedade antirracista.

4.1 Nós que fazemos acontecer²²: a pós-graduação e a produção de conhecimento em Serviço Social

As origens da Pós-Graduação no Brasil datam de 1930, no entanto, é a partir de 1965 que é institucionalizada como sistema através do Parecer da Câmara de Ensino Superior n.º 977/65. O contexto de ditadura reverbera nas universidades, tornando-se em espaço que tende a refletir os interesses do regime, assim as pesquisas e produções científicas/tecnológicas desenvolvidas possuem o intuito de legitimar o projeto de modernização conservadora

²² Trecho adaptado do verso “há três tipos de gente: os que imaginam o que acontece, os que não sabem o que acontece e nós que faz acontecer” da música *Um bom lugar* (2000) do *rapper* Sabotage com participação de Black Alien.

característico do período. Nesse momento, a expansão da pós-graduação e produção de conhecimento visa afirmar um “perfil de neutralidade, assepsia, tecnocratismo, conformando e sustentando uma racionalidade formal-burocrática” (Guerra, 2011, p. 129) nas universidades, essa base em ideais positivistas acaba restringindo rigidamente o que é ciência.

Sobre isso, Guerra (2011) aponta:

A criação da pós-graduação no Brasil obedece à mesma lógica de tantos outros processos históricos do Brasil e de outros países da América Latina: foi criada pelo alto, para atender aos interesses de uma burguesia nacional e, sobretudo, estrangeira. Não é casual que ela adote um formato elitista e serve para constituir o que Netto (1990) denomina mandarinato acadêmico (Guerra, 2011, p. 129).

Desse modo, a pós-graduação terá como foco a formação de docentes e pesquisadores, que buscam através da produção de conhecimento aprimorar intelectual e cientificamente a qualidade do trabalho acadêmico (Barbosa, 2023). Paralelo às mudanças no ambiente universitário, o Serviço Social vivencia sua própria trajetória de aproximação com a produção intelectual, que até aquele momento “aparecia mais como militância de um grupo da sociedade civil fora da academia do que um campo de produção de conhecimentos” (Sposati, 2007, p. 16). Devido ao contexto, não é surpreendente que produzir (e consumir) conhecimentos contra-hegemônicos era desafiador, todavia, é durante o regime ditatorial que as organizações estudantis de resistência e/ou de esquerda se fortalecem.

Assim, com a inserção nas universidades e como demonstrado brevemente no capítulo anterior, a categoria tende a refletir as marcas da conjuntura nacional em sua formação e prática profissional, logo, os primeiros cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social no Brasil²³ apresentam “perfil tecnológico e parametrizada pelo modelo norte-americano” (Guerra, 2011, p. 131). Esse perfil era reflexo do estado no qual o exercício profissional se encontrava, a título de exemplo, no Nordeste, destacamos a relação entre o Serviço Social e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que a partir do golpe de 1964, volta-se para a internacionalização da economia brasileira, descartando a perspectiva de focar nas especificidades da região (Vieira, 2021). Nessa conjuntura, as Escolas de Serviço Social e a Sudene mantêm o discurso desenvolvimentista herdado do governo JK, “mas na perspectiva de que as massas nordestinas rurais não se tornassem obstáculos ao processo de desenvolvimento da região” (Vieira, 2021, p. 258), então a expansão capitalista vem ao custo do aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais no Nordeste.

²³ Destacamos que os primeiros cursos implementados no Brasil foram nas Universidades Católicas de São Paulo e do Rio de Janeiro, em 1972. Posteriormente, temos a fundação do primeiro Curso de Pós-Graduação Latinoamericano de Trabajo Social (PLATS) na Universidade Nacional de Honduras, em 1975.

Apesar disso, o Serviço Social no Nordeste segue em consonância com a trajetória nacional da categoria, as relações com a Sudene possibilita que posteriormente se construa críticas à vertente desenvolvimentista e seu caráter conservador, expressões características da intenção de ruptura.

Esse corpo de conhecimentos ‘sincréticos e ecléticos’ dominou por quase três décadas o Serviço Social no Brasil, quando **na segunda metade da década de 60 inicia a transmutação da influência européia e americana e desencadeia o processo de reconhecimento de nova identidade social assentada em movimento latino-americano fundado na Teoria Social Crítica, na Economia Política e no confronto político aos autoritarismos dos Estados ditatoriais.** Com isto, o Serviço Social constrói novas linhas de força que o identificam com as tensões da dinâmica da sociedade brasileira no período (Sposati, 2007, p. 16, grifos nossos).

Essa reavaliação das bases conservadoras da profissão foi essencial para construir as reflexões acerca do trato da questão social e da função social da categoria nas relações capitalistas presentes na sociedade brasileira. Por outro lado, a implementação da pós-graduação em Serviço Social também significou o reconhecimento da profissão como área de estudo e pesquisa (Sposati, 2007). A referida autora aponta que essa conquista não só abre possibilidades de financiamento para a pesquisa em Serviço Social, mas também demanda da categoria um fortalecimento das bases científicas-profissionais.

Nesse sentido, a pós-graduação associada à aproximação com a teoria social crítica são os dois elementos mais importantes para a consolidação da produção de conhecimento em Serviço Social. Ao entender sua posição contraditória na sociedade capitalista enquanto profissão que implementa programas e políticas sociais do Estado e, ao mesmo tempo, se reconhecer enquanto parte da classe trabalhadora, o marxismo fornece as ferramentas de luta necessárias para a transformação da ordem societária vigente. Percebemos que desde então o Serviço Social tenta construir uma relação entre teoria e prática em que uma não anule ou supervalorize a outra (Silva, 2007), sendo um dos principais desafios articular a realidade encontrada na prática profissional com a produção teórica desenvolvida no espaço acadêmico. Assim, a pesquisa torna-se matéria obrigatória na formação profissional em 1982 (Sposati, 2007) explicitando o caráter indissociável das dimensões interventiva e investigativa.

Por sua vez, no que tange a questão racial relacionada à pós-graduação, destacamos a Portaria Normativa n.º 13 de 2016, que orientava a adoção de políticas de ações afirmativas na pós-graduação, revogada em 2020 pelo Ministério da Educação (MEC). Posteriormente, em 2023 é sancionada a Lei n.º 14.723, que altera a Lei de Cotas, a qual além de dar outras providências institui que:

Art. 7º-B. As instituições federais de ensino superior, no âmbito de sua autonomia e observada a importância da diversidade para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, promoverão políticas de ações afirmativas para inclusão de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação **stricto sensu** (BRASIL, 2023, grifos do autor).

Nesse sentido, conforme dados da Plataforma Sucupira²⁴ até Junho de 2024, o Brasil conta com 37 Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Em 2017 a ABEPSS alertava que apenas dois programas utilizavam cotas étnico-raciais para garantir reserva de vagas, em 2022 atualiza que apenas 05 programas não utilizam reserva de vagas ou ações afirmativas em seus processos seletivos, representando um avanço significativo em poucos anos. Contudo, a ABEPSS em seu relatório *A inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da pós-graduação na área de Serviço Social nos últimos cinco anos (2017-2022)*, nos revela alguns dados sintomáticos: entre os coordenadores dos Programas de Pós-Graduação (PPGs), 24 das/os 35 respondentes são brancas/os em comparação a 10 negras/os (pretos e pardos) e 01 indígena; dentre os 600 docentes credenciados nos PPGs, apenas 71 foram indicados como negros/as, indígenas e/ou quilombolas. Ressaltamos ainda que no Nordeste, temos 172 docentes nos PPGs e apenas 23 destes se autodeclararam não-brancos. Desse modo, compreendemos o quão necessárias as políticas de reparação e medidas de ações afirmativas são para a construção de uma universidade e pós-graduação que possibilite a entrada e permanência dos estudantes e também da contratação de docentes racializados que atuem em cargos de alto nível nessas instituições.

Podemos citar o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) que foram essenciais para a inserção de pessoas negras e de baixa renda no nível superior, em especial nas instituições privadas. Por sua vez, o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) instituído em 2007, permitiu o ingresso de 680 mil estudantes na graduação, suas ações previam “além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão” (Ferreira *et al.*, 2020, p. 244). Essas ações associadas a reestruturação do processo de ingresso através do sistema ENEM/SISU²⁵, assim como políticas de assistência

²⁴ A plataforma é uma ferramenta que coleta informações e funciona como base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), nela encontramos os cursos avaliados, suas produções acadêmicas, a coleta da CAPES e a avaliação quadrienal. O nome da Plataforma Sucupira é uma homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977 de 1965, documento que conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/#>. Acesso em: 01 ago. 2024.

²⁵ Nos referimos ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), atualmente é o método de ingresso para as instituições públicas de ensino superior.

estudantil foram essenciais para alterar “os padrões sociodemográficos dos corpos discentes” (Borges e Bernardino-Costa, 2022, p. 5). Os autores destacam a importância desse processo:

Essas instituições – bastante recentes na história do país – não somente herdam uma lógica de funcionamento e pensamento forjada nos países do norte global, mas também hegemonizaram a produção do conhecimento e o lugar de enunciação típico da branquidade que, numa das melhores metáforas para descrever o sistema de desigualdades raciais brasileiro, pode ser sintetizada pelo alpendre da casa-branca, habitada pelo senhor da *plantation* colonial. **Ao etnografar o processo de entrada coletiva de estudantes negros primeiramente na graduação e agora na pós-graduação estamos sinalizando para a necessidade de refletirmos sobre os dilemas éticos (Das, 2015) e enfrentarmos a violência que encharca a vida cotidiana de todos que desafiam a existência da universidade como casa-branca** (Borges; Bernardino-Costa, 2022, p. 3, grifos nossos).

Com isso em mente, relembramos que estamos inseridos em uma sociedade capitalista regida por ideais neoliberais, desse modo as políticas e programas sociais sempre exibirão caráter contraditório: na mesma medida em que são frutos de uma trajetória de luta da classe trabalhadora e consegue garantir alguns ganhos, ela não é capaz de tratar a raiz do problema em sua totalidade (Boschetti, 2016). Em vista disso, compreendemos a importância das políticas de ações afirmativas (e a defendemos), mas também, indicamos que sua implementação faz parte de um processo contraditório resultante da luta de classes e do papel do Estado, desse modo:

Significa reafirmar que **as políticas sociais são conquistas civilizatórias fundamentais, mas que não foram e não são capazes de emancipar a humanidade do modo de produção capitalista.** Em algumas circunstâncias determinadas, contudo, possibilitaram instituir sistemas de direitos e deveres que, combinados com a instituição de tributação mais progressiva e ampliação do fundo público, alteraram o padrão de desigualdade entre as classes sociais. **Alterar o padrão de desigualdade não significa superar a desigualdade, mas provocar a redução das distâncias entre rendimentos e acesso aos bens e serviços entre as classes** (Boschetti, 2016, p. 20, grifos nossos)

Por isso, em especial no que concerne ao Serviço Social, “os avanços e conquistas no âmbito da pós-graduação brasileira, devem ser compreendidas na relação entre a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo dependente e periférico brasileiro e o movimento da profissão em diferentes períodos históricos” (Amaral e Peruzzo, 2021, p. 340). Assim, as políticas de ações afirmativas, apesar de essenciais, não servem apenas o propósito de reparações históricas, são perpassadas pela lógica neoliberal que tende a afetar os padrões de ensino e pesquisa. Enquanto categoria, nosso projeto ético-político adota como horizonte civilizatório uma sociedade livre da opressão racial e da dominação de classe, para isso:

[...] a luta contra o racismo sinaliza para uma ação *contra o capital* que remete tanto a uma reconstrução da defesa política, esvaziada pela ação direta do capital, como por sua apropriação no sentido de uma profunda reforma do Estado nas perspectivas

contrárias a sua formação histórica: desconcentração de renda e patrimônio, universalização plena da cidadania e desmonte dos aparatos de violência sistêmica. O racismo deve ser enfrentado não apenas na dimensão comportamental e relacional, mas fundamentalmente como mecanismo estruturante do autoritarismo social que sustenta as várias lógicas do capital (Oliveira, 2021, p. 34)

Sposati (2007) também já alertava acerca das contradições que permeiam o Serviço Social a nível de pós-graduação, ao mesmo tempo, em que seu reconhecimento enquanto área do conhecimento por instituições como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) foram essenciais para o processo de legitimação do Serviço Social no âmbito científico, especialmente, no que concerne a inclusão de pesquisadores em núcleos e grupos de pesquisa. Ressalta também que a lógica produtivista coloca demandas altas para a pesquisa, de modo que os pesquisadores “têm que necessariamente apresentar contínua produção científica sob pena de prejudicar a avaliação do curso de pós-graduação perante a CAPES” (Sposati, 2007, p. 19). Assim, um desafio que se coloca para o Serviço Social é conseguir conciliar a produção de conhecimento relevante para a sua categoria e para o seu público-usuário, em direção contra-hegemônica e ainda se manter nos níveis de qualidade que permitam o acesso ao financiamento dessas pesquisas e produções.

Similarmente, Guerra (2011) apontava a existência de uma tendência de operar a universidade e a produção de conhecimento com base em modelos de gestão empresarial, levando a uma perda da “função crítico-formativa de formular um pensamento contestatório e autônomo” (2011, p. 142) do espaço acadêmico. A autora analisa contundentemente que os processos de avaliação, incluído o modelo Capes, tendem em sua busca por excelência, precarizar as relações e condições de trabalho de docentes e pesquisadores ao transformar a produção intelectual em algo que pode ser mensurável nos padrões de produtividade neoliberal.

A avaliação precisa ser situada dentro de seus limites. Ela vale o que vale. Ela não é mais do que uma avaliação realizada por uma agência de regulação que tem como orientação a indução da produção, o que significa **imprimir nesta avaliação uma lógica competitiva e hierárquica, dentro de critérios que fogem à natureza e à lógica da produção das ciências sociais** e, mais ainda, das ciências sociais aplicadas. Além das diferenças em termos de áreas, há que se mencionar as diferenças regionais. Ora, tem sido objeto de crítica o fato de que tais critérios não levam em conta as diferenças regionais, em termos de temas e possibilidades de divulgação da produção. **Há que se considerar que muitas vezes os temas mais importantes do ponto de vista local ou nacional não são de interesse de veiculação de revistas Qualis A1, exatamente pelo seu perfil internacional** (Guerra, 2011, p. 145, grifos nossos).

Evidenciamos essa discussão, pois à medida que mais estudantes de grupos historicamente oprimidos adentram a universidade, os padrões impostos são tensionados. A lógica competitiva no espaço acadêmico tende a gerar uma hierarquia do que é “relevante” ser estudado, o que nos leva a questionar quais pesquisas “merecem” financiamento e visibilidade. É certo que as ciências humanas e sociais sofrem uma desvalorização desproporcional se comparada às outras áreas do conhecimento, do mesmo modo que Guerra (2011) menciona como as diferenças regionais podem alterar a relevância de temas a depender de suas particularidades, entendemos que o mesmo acontece para as questões raciais. Raramente os temas estudados por pesquisadores e intelectuais negros/as são de interesse para a “ciência brasileira”²⁶, algo que reflete o racismo institucional presente na academia.

Acerca disso, Borges e Bernardino-Costa (2022, p. 09) compreendem que “nosso sistema universitário como o temos é representativo do silenciamento imposto à população não branca e suas experiências e visões de mundo. Representativo no sentido de ser moralmente inclinado a aceitar a branquidade e seus anseios como universais e desejáveis”. Assim, o silenciamento das discussões raciais não ocorre apenas na produção do Serviço Social, mas faz parte de uma estratégia de sufocamento maior fruto não só do racismo institucional, mas do racismo estrutural que alicerça a sociedade brasileira. É nesse sentido que a inserção de pessoas negras na pós-graduação tensiona a lógica racista presente na academia, ao produzir conhecimento que vai ao encontro do modelo hegemônico, estremecendo os padrões estabelecidos.

No entanto, a trajetória não é fácil, produzir conhecimento sobre as questões raciais demanda não só acesso aos materiais já produzidos de autores/as negros/as – esforço que precisa ser intencional –, mas também docentes preparados para orientar esses trabalhos. Como bem coloca Cohn, “o fazer acadêmico tem que mudar, para não falar do cotidiano das práticas pedagógicas. Para que isso aconteça, evidentemente, a universidade tem que se colocar em xeque” (2016, p. 31). Desse modo, apesar de entender que nem todo pesquisador negro almeja/precisa/deve tratar da questão racial em suas produções, é importante questionar os processos de exclusão e silenciamento que podem sofrer na universidade ao reivindicar

²⁶ É sabido que apesar das tentativas de supressão do conhecimento produzido por pesquisadores/as negros/as, elas existem e crescem em visibilidade nos últimos anos, ainda assim existe um padrão do que é considerado relevante para a pesquisa científica nacional e internacional: “Ambas as noções de mérito (individual e da “ciência brasileira”) suscitam questionamentos acerca do racismo que impregna e perpassa os critérios de validação do conhecimento e, conseqüentemente, a organização hierárquica de (i) quem são os sujeitos de conhecimento legítimos e (ii) quais são temas relevantes (leia-se: financiáveis) de pesquisa” (Borges; Bernardino-Costa, 2022, p. 10).

esses temas. Questionar os padrões de excelência acadêmica pode ser desconfortável, pois questiona as relações de poder e lugar de privilégio em que pesquisadores brancos se encontram (Borges; Bernardino-Costa, 2022), mas a crítica é necessária para construção de conhecimento que visa romper com a lógica racista.

O salutar desconforto que seu posicionamento crítico enseja compele os/as professores/as já estabelecidos/as nas universidades a dialogar com uma bibliografia e novas formas de conhecimento totalmente inéditos a eles/elas. Produzem assim, no bojo da pauta antirracista, um experimento genuíno de dessenhorização da academia (Borges; Bernardino-Costa, 2022, p. 21).

Além disso, destacamos também a importância de trazer a questão racial para as produções teóricas, pois estas servem de fundamento para o exercício profissional, são reflexões que partem do cotidiano e voltam para ele. Conforme Sposati, o Serviço Social ao se guiar por esses conflitos e heterogeneidades, “adquire o caráter de conhecimento-movimento já que não é um conhecimento conforme, e sim dirigido a um novo lugar/formato de relações e poderes. Nesse sentido é um conhecimento ao mesmo tempo movimento – utopia” (2007, p. 18). Essa interpretação permite perceber a indissociabilidade da teoria e da prática para o Serviço Social, pois as problemáticas apreendidas na prática profissional fornecem objetos de estudo para a teoria.

A pesquisa precisa ser vista como “ingrediente imprescindível para o profissional mirar a realidade, dialogar criticamente com ela” (Silva, 2007, p. 289), algo já previsto nas diretrizes curriculares de 1996, a postura investigativa precisa estar presente na intervenção da/o assistente social. Para a tradição marxista,

[...] o conhecimento teórico é o *conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. *A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa (Netto, 2009, p. 07, grifos do autor).

Portanto, a pesquisa é um processo de investigação que busca a reprodução ideal do objeto, visa compreender sua essência, assim, enquanto assistentes sociais trabalhando com a realidade, é necessário um esforço constante para desmistificar as relações sociais e apreender seu movimento real. Sendo assim, podemos entender a razão da predominância de pesquisas e produções acerca das políticas sociais, principais ferramentas de trabalho para a categoria, e sobre a questão social, objeto de intervenção do Serviço Social. No entanto, como exposto exaustivamente até o momento, os traços constitutivos da formação sócio-histórica brasileira

necessitam de mediações diferentes daquelas utilizadas em países europeus ou norte-americanos.

É nesse sentido que compreendemos a pesquisa como parte essencial para a construção de “uma intervenção profissional crítica, propositiva e, portanto, não repetitiva” (Silva, 2007, p. 292). Para tanto, a produção de conhecimento precisa voltar-se para temas que se apresentam não só em sua realidade enquanto profissional, mas também para seus usuários. A questão social não muda, em sua raiz permanece a mesma intrínseca nas relações de produção capitalista e resultando em constante precarização das condições de vida da população. No entanto, a realidade está em constante transformação, em especial com a crescente visibilidade de atores sociais historicamente subalternizados – mulheres, pessoas negras, a população LGBTQIA+, pessoas com deficiência, entre outras – produzem a necessidade de novas apreensões e reflexões da realidade.

A visão de conjunto ressalva se é sempre provisória e nunca pode pretender esgotar a realidade a que ele se refere. **A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que temos dela. Há sempre algo que escapa às nossas sínteses; isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses, se quisermos entender melhor a nossa realidade.** A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa que a visão de conjunto proporciona que é chamada de totalidade (Konder, 2008, p.36, grifos nossos).

Em consonância com esse argumento, entendemos que “o conhecimento em Serviço Social revela a leitura do objeto a partir de um determinado modo de ver. Todo o ponto de vista não deixa de ser a vista a partir de um ponto” (Sposati, 2007, p. 23). Desse modo, não podemos descartar o valor das experiências para a construção do ponto de vista do Serviço Social, Sposati a partir das contribuições de Narhi (2002), ressalta como para nossa categoria o conhecimento sobre as dificuldades e situações que permeiam as vidas dos usuários, são fontes fundamentais para a construção de conhecimento teórico. Tanto para a tradição marxista, quanto para Narhi, quanto para as feministas negras, não se pressupõe um elemento de neutralidade para a produção de conhecimento, o conhecimento e sujeito não estão dissociados (Sposati, 2007).

Assim, é preciso um esforço para compreender a totalidade dessas experiências, isso também situa a realidade no período histórico em que se encontra, considerando os elementos sócio-históricos que precedem a atualidade e as transformações que sofreram ao longo do tempo, permitindo situar a produção de conhecimento nessa realidade. Ao lembrar o passado recente no qual a ciência servia como “como um instrumento de dominação, discriminação e racismo e a universidade foi o principal espaço de divulgação dessas idéias e

práticas” (Gomes, 2009, p. 423), a entrada de negros e negras nos campos de pesquisa como produtores de conhecimento e não como objetos de estudo é um processo revolucionário por si só. Mais que isso, intelectuais negros questionam e problematizam conceitos, teorias e metodologias científicas, rompem com as pretensões de neutralidade ao evidenciar que “toda investigação científica é contextualmente localizada e subjetivamente produzida” (Gomes, 2009, p. 419).

Como estabelecido no capítulo anterior, isso não quer dizer romper completamente com todas as teorias clássicas e tradicionais, mas sim adensá-las com produções que compreendam a densidade e importância da dimensão racial para a realidade brasileira. Isto posto, ao entender que a questão social está entrelaçada pela questão racial, que grande parte dos usuários dos programas e políticas sociais são pertencentes a população negra, e que a prática profissional precisa de subsídio teórico para sustentar técnicas de intervenção que compreendam a essência dos fenômenos que encontram na realidade, questionamos a insistência em tangenciar ou silenciar as produções de conhecimento acerca da questão racial.

4.1.1 “Não ir pra frente é retrocesso”²⁷: Apresentando o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE

No cenário pernambucano, a integração do Serviço Social à UFPE em 1971 evidencia que já existia uma legitimação da prática profissional de caráter progressista, mas ainda sem validação teórica, conforme indica Mota (2021, p. 275), “pelo menos no Nordeste, ao que tudo indica, pareceu ser mais de resistência ético-política do que objeto de teorização, aspecto que carece de maior aprofundamento e pesquisa”. Essa realidade mudou, com a criação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE (PPGSS-UFPE) em 1979, mesmo ano do Congresso da Virada que traz consigo uma nova cultura crítica para análise da realidade.

A abertura do curso de mestrado aspirava, a princípio, o aprofundamento das competências profissionais com foco para o Desenvolvimento de Comunidade e a formação de docentes-pesquisadores, visando a produção de conhecimento sobre a realidade social. Naquele momento, a pós-graduação estava vinculada aos “debates intelectuais e operativos coordenados pela Sudene” (Amaral e Peruzzo, 2021, p. 342), com um caráter progressista e libertário, o PPGSS desenvolve suas primeiras produções e ações à luz da influência do debate socioeconômico regional.

²⁷ Trecho retirado da música *Área 51* (2019) do rapper Black Alien.

Salientamos que desde a inserção no ambiente universitário já existia uma diversidade de tendências no Serviço Social em Pernambuco: práticas progressistas de educação popular desenvolvidas por Paulo Freire, o desenvolvimentismo de comunidade, e traços residuais do Serviço Social tradicional conservador, além das contribuições dos intercâmbios e formações promovidas pela Sudene (Mota, 2021). Assim, nesse primeiro momento,

o PPGSS emerge e se desenvolve sob inspiração desse caldo cultural herdado da sistemática do planejamento e dos processos participativos e comunitários institucionalizados pela Sudene, por meio dos quais se procura enfrentar as tensões sociais e políticas decorrentes dos conflitos entre os trabalhadores organizados e a oligarquia rural do Nordeste. Melhor dizendo: enfrentar as expressões da questão social produzidas por essa relação (Amaral e Peruzzo, 2021, p. 345).

O PPGSS-UFPE nasce com duas áreas de concentração: a) Teoria e Investigação em Serviço Social, a qual revela as primeiras preocupações com a construção de teoria para dar suporte à intervenção profissional; e b) Desenvolvimento de Comunidade, voltada principalmente para o debate socioeconômico da região. É somente no fim dos anos 80 em contexto pós-*virada* e de redemocratização do Brasil que podemos observar um maior questionamento das bases teórico-metodológicas que alicerçaram o Serviço Social, é nesse momento que a categoria passa por uma renovação teórica e amadurecimento intelectual.

Ao que tudo indica, o Serviço Social em Pernambuco, entre os finais da década de 1970 até os primeiros anos da de 1980, privilegiou em grande medida a *legitimação da sua prática profissional progressista* e não a *validação teórica* requerida pela realidade e atuação profissional. Tal iniciativa somente se fortaleceria com a criação de linhas de pesquisa dos Programa de Pós-Graduação a partir da década de 80 do século XX, por força da participação dos novos quadros docentes, estudantis e profissionais, na ABESS/ABEPSS, nos CRAS/CREAS, no movimento sindical geral e do Serviço Social, em particular, e na prática militante junto ao PT e à CUT (Mota, 2021, p. 278, grifos do autor).

Para o PPGSS-UFPE isso ocorre em 1989 a partir do adensamento da relação da profissão com a teoria social crítica de tradição marxista, aproximação que reverbera na categoria em nível nacional, tornando-se aporte teórico hegemônico que fornece explicações acerca das relações presentes na sociedade capitalista e suas contradições. Essa virada contra-hegemônica acontece paralelo à adoção de ideias neoliberais nas políticas sociais brasileiras nos anos 90, desse modo, a educação também vai ser afetada pelas crises cíclicas do capital, resultando em formas de instrumentalização e precarização do ensino e pesquisa (Barbosa, 2023). A exemplo disso, além dos impactos financeiros advindos dos ajustes orçamentários recomendados pelo Fundo Monetário Internacional e a fragmentação do Ministério da Ciência e Tecnologia, enfatizamos ainda que,

Os maiores reveses, entretanto, foram aqueles que molecularmente, adentraram nas estruturas das Universidades, pondo em xeque as perspectivas crítico-dialéticas da totalidade, desqualificando-as e criando o ambiente cultural necessário para a incorporação de uma cultura do individualismo, competitividade e produtividade nas Instituições de Ensino Superior (IES), como parte da estratégia e de um modelo articulado às necessidades de produção e reprodução do capital. O pensamento neoliberal, e as ideias pós-modernas ganham força, e os temas que derivam dessa perspectiva são incorporados à produção do conhecimento na maioria dos programas das ciências sociais da UFPE (Amaral e Peruzzo, 2021, p. 350).

Em meio a essa conjuntura, o curso de mestrado do PPGSS-UFPE passa por reestruturação em 1995 com o intuito de se adequar às exigências da Resolução 1/90 do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE) da UFPE²⁸, e se começa a construir a proposta de criação do curso de doutorado, que seria o primeiro da região Nordeste. A instituição do doutorado é precedida por um grande envolvimento dos docentes do departamento em grupos e núcleos de pesquisa, bem como, estudantes da graduação incluídos através do Programa de Iniciação Científica, atual Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Nesse sentido, o curso de Doutorado em Serviço Social é implementado em 1999 (Amaral e Peruzzo, 2021), buscando novamente um aprimoramento na formação dos docentes, mas também incentivando a formação de pesquisadores e profissionais que articulem as dimensões investigativa e interventiva do Serviço Social. Em 2024, o PPGSS-UFPE completa 45 anos de existência com o nível de Mestrado e 25 anos no nível de Doutorado, e até 2016 era o único curso de Doutorado em Serviço Social na região do Nordeste.

Os anos 2000, representam um período de maturação intelectual para o Programa, destaca-se a obtenção do Conceito 6 pela Capes em 2017, o que consolida o PPGSS como referência local, regional, nacional e internacional. A nota aponta para um alto padrão internacional de desempenho, Amaral e Peruzzo (2021) indicam que essa avaliação evidencia um amadurecimento do programa e inicia uma nova fase do PPGSS-UFPE, que passa a se inserir “nos debates sobre as determinações da dinâmica capitalista, o lugar dos países e regiões periféricas na divisão internacional do trabalho e o caráter do Estado e das políticas sociais na sociedade de classes” (p. 353). As autoras sinalizam que esse momento configura uma transição da internacionalização passiva – remetendo as influências franco-belga, e posteriormente, norte-americana na área – para uma internacionalização ativa, caracterizada pela construção de redes de pesquisa e intercâmbios com pesquisadores de África, Europa e outros países da América Latina.

²⁸ A Resolução estabelecia o cumprimento de 36 créditos e a diminuição do tempo de titulação para os PPGs da UFPE. Atualmente, conforme o Regimento Interno vigente (2022), o mínimo obrigatório de créditos é de 24 para o Mestrado e 16 créditos para o Doutorado.

Em 2018, passa também por mudanças nas linhas de pesquisa e revisão da oferta de disciplinas, o PPGSS-UFPE conta com uma área de concentração, *Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais* e seis linhas de pesquisa²⁹: a) Estado, políticas sociais e ação do Serviço Social; b) Serviço Social, trabalho e questão social; c) Serviço Social, ação política e sujeitos coletivos; d) Serviço Social, ética e direitos humanos; e) Relações sociais de gênero, geração, raça/etnia e sexualidade; e f) Capitalismo contemporâneo, questão agrária, urbana e ambiental. Segundo documento de *Planejamento Estratégico (2021-2024)* do Programa, “a relação entre a área de concentração e as linhas de pesquisa do PPGSS evidencia os marcos teórico-metodológicos e temáticos que alicerçam a cobertura do leque de questões e fenômenos abrangidos por aquele conjunto”, algo que firma o seu compromisso com a apreensão da realidade social.

Destacamos ainda duas ações importantes que impactaram a produção de conhecimento no PPGSS: o Doutorado Interinstitucional (DINTER) realizado em parceria com o Instituto Raimundo Sá, em Picos/PI, que contribuiu para a titulação de 13 doutores no estado e o Programa Institucional de Internacionalização, através do Edital CAPES/PrInt (Edital 41/2017). O projeto do PPGSS-UFPE para o CAPES/PrInt foi intitulado de *DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADES NO SUL GLOBAL: Supressão de direitos e implicações sociopolíticas na vida e trabalho das populações periféricas*³⁰, que contava com a participação de todos os docentes permanentes do programa e foi realizado em parceria com 22 universidades e centros de pesquisa internacionais na África do Sul, Moçambique, Espanha, Itália, Portugal e México.

Essa trajetória consolida o PPGSS-UFPE como um importante centro de produção de conhecimento a nível regional e nacional, sendo essa a principal razão de escolha para analisar a incidência de dissertações e teses acerca da questão racial. No próximo segmento, iremos traçar o caminho metodológico utilizado para o desenvolvimento dessa pesquisa, bem como, analisar os resultados encontrados.

²⁹ As informações obtidas são retiradas do site institucional do programa, disponível em: <https://www.ufpe.br/ppgss>. Acesso em: 23 jul. 2024.

³⁰ O projeto abordava os seguintes blocos temáticos de investigação: a) Democracia, Desigualdades e Privação de Direitos; b) Direitos Humanos e Desigualdades; c) Desenvolvimento Capitalista Periférico. Impactos e conflitos sociais, políticos e ambientais; d) Trabalho e Migrações; e) Lutas Sociais, Movimentos de Mulheres e Enfrentamento de Desigualdades; f) Habitação e Migrações.

4.2 “A luta pela liberdade só acaba quando ela for encontrada”³¹: produções sobre a questão racial no PPGSS-UFPE

As inquietações que deram origem a este trabalho dão sinais no meio da graduação em discussões com outras/os estudantes negras/os do curso no qual debatemos sobre os desafios de abordar raça e racismo no âmbito acadêmico. Nesses espaços coletivos foram trazidas as dificuldades de se inserir em programas de iniciação científica e/ou de desenvolver temas raciais em suas produções, bem como, são pontuados a falta de debate transversal sobre raça e racismo nas demais disciplinas do curso. Assim, surge a curiosidade em aprender como a temática racial aparece nas produções acadêmicas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS-UFPE).

Netto (2009) aponta que ao buscar a apreensão da essência do objeto, o processo de produção de conhecimento que surge na sociedade burguesa, não dá espaço para que esse conhecimento seja “neutro”, ou seja, o processo de pesquisa não se configura em uma relação de externalidade. Ora, ao entender que neutralidade e objetividade são características distintas para o conhecimento teórico, pensamos, como assinala Löwy (2000), que o processo da produção de conhecimento não pode ser neutro, pois os valores do/a pesquisador/a vão determinar não somente a problemática a ser estudada, como também a delimitação do objeto e define um campo de visibilidade (e não invisibilidade) ao longo da pesquisa.

Nossa posição teórico-metodológica se faz presente no decorrer de todo o trabalho, a discussão é realizada a partir da compreensão de que o racismo brasileiro se encontra entrelaçado pelas relações sociais capitalistas. Desse modo, nos voltamos para a teoria social crítica de tradição marxista para fundamentar as análises realizadas, utilizando também as reflexões do pensamento feminista negro a fim de enriquecer nossa percepção. Tendo isso em vista, a pesquisa é de caráter crítico e analítico, o intuito é demonstrar como a temática racial aparece nas produções do PPGSS-UFPE. Para isso, a coleta de dados foi feita a partir de levantamento documental, tendo como fonte as dissertações e teses do Programa, “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (Gil, 2008, p. 51).

O levantamento se deu através do repositório digital da UFPE – ATTENA, tomando como base as dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social a partir de 1999, ano de publicação do trabalho mais antigo na plataforma até o final do primeiro semestre de 2024. O repositório foi implementado em 2014 visando “reunir, armazenar,

³¹ Trecho retirado da música *Movimento* (2020) dos rappers BK e JXNV\$.

preservar, divulgar e garantir acesso permanente à produção acadêmica e científica da Universidade em um único ambiente”³² (UFPE, 201?). Em 31 de julho de 2024, a base de dados do PPGSS-UFPE conta com 282 dissertações de mestrado e 167 teses de doutorado, foram analisados todos os títulos em ordem cronológica buscando as seguintes palavras-chave: “racismo”, “raça”, “negro/a/os/as”, “mulheres negras”, “população negra”, “negritude”, “ações afirmativas”, “cotas”, “afro”, “interseccionalidade”.

Devido à participação do Programa no projeto de Internacionalização da Capes, também incluímos os trabalhos que se voltam para as realidades dos países africanos pesquisados, como Moçambique, África do Sul e Guiné-Bissau. Além disso, identificamos alguns trabalhos que não trazem as palavras-chave nos títulos, mas que estão presentes nos resumos e ao longo do texto. Ressaltamos ainda que a plataforma escolhida tem suas limitações, cada Programa é responsável pela digitalização de seu acervo de dissertações e teses, o Mestrado do PPGSS teve início em 1979, no entanto, a primeira publicação registrada no repositório digital data de 1999, assim, não temos acesso às dissertações publicadas antes desse período³³.

Todavia, destacamos que a partir de busca na Plataforma Sucupira, encontramos o registro das dissertações *Os nós da esterilização - a história de vida reprodutiva feminina no cotidiano de uma comunidade quilombola* de Inaldete Pinheiro de Andrade e *O movimento negro: contestando o racismo e desmistificando a democracia racial* de Teresa Cristina Vital de Souza, ambas defendidas em 1997, e *Limites e possibilidades da lei de comunidades negras na Colômbia (Lei 70 de 1993)* de Glória Patrícia Lerma Ballesteros, defendida em 1998. Apesar das referidas dissertações não estarem disponíveis no acervo digital, consideramos pertinente mencionar essas produções de mulheres que foram pioneiras em tratar a temática racial no PPGSS-UFPE.

Acerca dos trabalhos disponíveis no repositório digital, dentre as 282 dissertações de mestrado, encontramos dez (10) que tratam da temática racial (Tabela 1) entre o período de 1999 e 2024.

³² Descrição retirada do site institucional da UFPE, disponível em: <https://www.ufpe.br/sib/attena>. Acesso em: 03 ago. 2024.

³³ Conforme o Planejamento Estratégico (2021-2024) um dos objetivos do PPGSS seria “digitalizar o acervo de teses e dissertações defendidas no PPGSS até 2002”, incluindo as dissertações do período de 1980 a 2002, acreditamos que futuramente, outros trabalhos poderão analisar esse intervalo de tempo. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ppgss/planejamento-estrategico>. Acesso em: 31 jul. 2024.

Tabela 1. Relação de dissertações do PPGSS-UFPE que abordam a temática racial entre 1999 a 2024.

TÍTULO	AUTOR	ANO
É PRECISO TER RAÇA: As formas de organizações Informais no cotidiano das Mulheres negras da favela Bola de Ouro – Território de maioria negra	Valdenice José Raimundo	2003
As políticas afirmativas de educação superior no Brasil: um estudo sobre as formas de aceitação / negação do negro e da negra na Universidade do Estado da Bahia-UNEB	Márcia da Silva Clemente	2005
Globalização neoliberal e lutas populares no Haiti: crítica à modernidade, sociedade civil e movimentos sociais no estado de crise social haitiano	Franck Seguy	2009
Lutas e resistências nas “terras de preto”: o caso de Santiago do Iguape	Milena Freitas Machado	2015
Entre pedras, prostituição e lamas: um estudo sobre as experiências das usuárias de crack em Santo Amaro, Recife/PE	Mércia Cristina da Silva Assis	2017
Racismo e subjetividade: o desenlace social da subjetividade dos indivíduos negros	Laís Gonçalves de Jesus	2017
“Ainda guardo o direito de algum antepassado da cor”: tendências das demarcações de terras	Iris Pontes Soares	2019
Uma quimera do desenvolvimento: análise das contradições do ProSAVANA em Moçambique	Ana Caroline Neves Nascimento	2020
Estupro de vulnerável e gravidez: a reprodução do círculo das violências contra crianças e adolescentes negras em Pernambuco	Marina Figueiredo Assunção	2024
“Pedagogia na troca de informação”: uma análise sobre a construção do debate racial e de gênero na produção de materiais elaborados pela Política de Educação Permanente no SUAS (2017-2023)	Thuanye Maria Duarte Rocha	2024

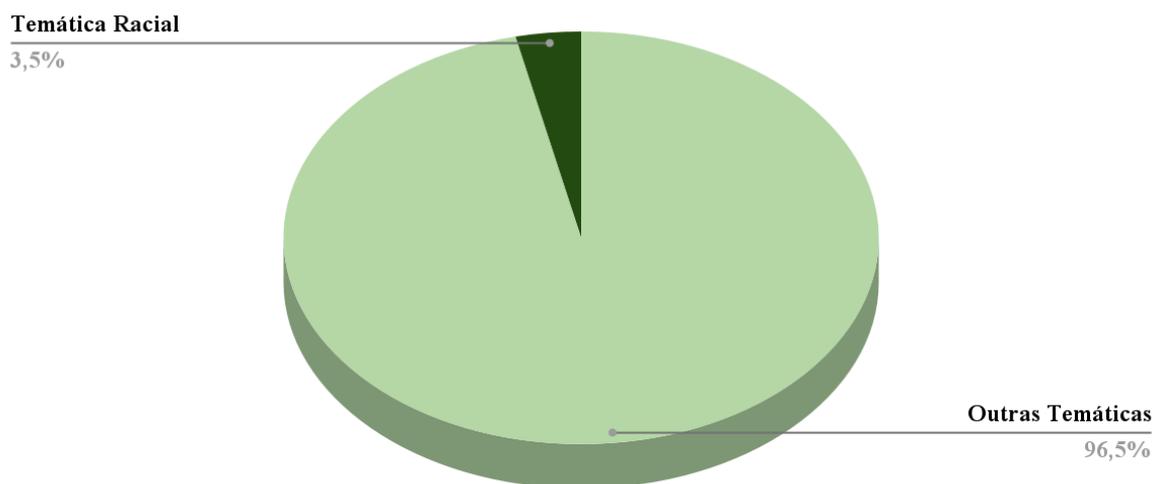
Fonte: Elaboração própria.

Esse número é inquietante, os trabalhos que tratam sobre temáticas pertinentes e/ou relevantes para a discussão racial representam apenas 3,5% (Gráfico 1) das dissertações produzidas no Programa no período estudado. Para analisar os resultados encontrados nos apoiamos na produção de León-Díaz (2016), já mencionada previamente neste trabalho, para identificar avanços e continuidades de 2016 até aqui. Em sua pesquisa, a autora encontrou quatro (04) dissertações da UFPE, assim, verificamos que desde então seis (06) novas

dissertações sobre a temática racial foram defendidas, um aumento relevante, mas ainda ínfimo se comparado a quantidade de trabalhos produzidos no PPGSS.

Gráfico 1. Percentual de dissertações do PPGSS-UFPE que abordam a temática racial.

Dissertações que abordam temática racial



Fonte: Elaboração própria.

Dentre os resultados obtidos, nove (09) dos dez (10) trabalhos são escritos por mulheres, percebemos também a prevalência de mulheres que lideram a orientação dos trabalhos, sendo nove (09) trabalhos orientados por professoras doutoras. Identificamos, ainda, que uma única professora tem sido responsável por quatro (04) das dez (10) orientações³⁴, algo que nos leva a refletir acerca da importância da contratação de docentes pesquisadores na área das relações étnico-raciais para orientar trabalhos referentes à temática racial. Essa realidade é a mesma encontrada por León-Díaz (2016), confirmando a existência de um protagonismo feminino na produção acerca das questões raciais.

A respeito da temporalidade na produção de dissertações, os primeiros trabalhos que abordam a temática racial datam do início dos anos 2000, com um crescimento a partir de 2015, algo que parece ser resultado da generalização da Lei de Cotas e da adoção de políticas de ações afirmativas nas universidades. Atribuimos esse aumento também à ampliação da

³⁴ Com relação às orientações de mestrado temos Mônica Rodrigues Costa, responsável por quatro (04) orientações, Maria de Fátima Gomes de Lucena com duas (02), Rosa Maria Cortês de Lima, Vitória Régia Fernandes Gehlen e Maria das Graças e Silva cada uma com uma orientação e Marco Antonio Mondaini de Souza também com uma orientação.

visibilidade acerca da questão racial no Brasil e, conseqüentemente, no Serviço Social, visto que a partir desse período temos um enfoque nas discussões de valorização da identidade, cultura e arte negra, que passam a atingir a população de forma mais expressiva.

Com relação às abordagens teórico-metodológicas utilizadas nas dissertações, existe a prevalência de utilização da teoria social crítica marxista e do materialismo histórico-dialético como principal forma de análise e apreensão da realidade. Ainda assim, destacamos que os trabalhos de Raimundo (2003), Assunção (2024) e Rocha (2024) utilizam também a epistemologia feminista negra para conferir suporte e adensar a compreensão da totalidade dos objetos e/ou sujeitos estudados.

Evidenciamos a escolha metodológica feita por Assunção (2024) a qual declara que sua pesquisa está “ancorada no método de análise do materialismo histórico dialético e de fundamentação teórica centrada no feminismo marxista e negro” (2024, p. 104). Verificamos que a maioria das/os autoras/es partilham da perspectiva trazida por Jesus (2017), e compreendem que seus objetos de estudo abordados não partiram de “quaisquer relações, mas de relações de produção sociais pensadas e refletidas a partir das processualidades do capitalismo e as particularidades que as explicam”. (Jesus, 2017, p. 13). Apenas um trabalho não expressa uma posição teórico-metodológica clara com relação à teoria social crítica de tradição marxista estritamente. Ao longo de seu trabalho aponta utilizar o fazer etnográfico como metodologia e não apenas como método (Machado, 2015), para a autora:

Pensar a etnografia para além do método foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho, por se tratar também de teoria, ela deu subsídio para o referencial teórico e o diálogo com os autores pós-coloniais e, sobretudo as reflexões de Carvalho acerca da possibilidade de realizar uma etnografia na perspectiva dos sujeitos historicamente subalternizados e invisibilizados (Machado, 2015, p. 52).

Além disso, ela evidencia a preferência pelas abordagens pós-coloniais que dão subsídio para sua apreensão contra-hegemônica da comunidade quilombola estudada.

[...] optei pela abordagem dos estudos pós-coloniais, que abarcam a reflexão acerca dos subalternos e buscam construir outras compreensões acerca das condições históricas e políticas que este segmento populacional foi submetido. Há um posicionamento crítico dos estudos pós-coloniais as construções hegemônicas e eurocêntricas que perpassam os lugares sociais ocupados por esse grupo populacional na sociedade (Machado, 2015, p. 18).

Desse modo, percebemos que apesar do marxismo ser teoria hegemônica no Serviço Social para explicação e apreensão da realidade, ainda existem outras abordagens sendo trabalhadas no interior da categoria. Isso é perceptível também no trabalho de Assis (2017) a qual trata a interseccionalidade como ferramenta metodológica imprescindível para abordar as

dimensões de gênero, raça e classe que perpassam as experiências de mulheres usuárias de crack em Santo Amaro (PE).

Ademais, é também de nosso interesse identificar quais temas são estudados pelas dissertações, assim identificamos cinco (05) eixos temáticos³⁵, que foram arranjados a partir das palavras-chave de cada trabalho e leitura de seus resumos e introduções.

- I. **Movimentos Sociais:** nesse eixo agrupamos os trabalhos que tratam de processos organizativos, mobilizações sociais e/ou lutas populares.
 - A. É PRECISO TER RAÇA: As formas de organizações Informais no cotidiano das Mulheres negras da favela Bola de Ouro Território de maioria negra;
 - B. Globalização neoliberal e lutas populares no Haiti: crítica à modernidade, sociedade civil e movimentos sociais no estado de crise social haitiano;
 - C. Lutas e resistências nas “terras de preto”: o caso de Santiago do Iguape.
- II. **Educação:** este eixo reúne as dissertações que tratam de temas ligados ao campo da educação.
 - A. As políticas afirmativas de educação superior no Brasil: um estudo sobre as formas de aceitação / negação do negro e da negra na Universidade do Estado da Bahia-UNEB;
 - B. “Pedagoginga na troca de informação”: uma análise sobre a construção do debate racial e de gênero na produção de materiais elaborados pela Política de Educação Permanente no SUAS (2017-2023).
- III. **Questão urbana, rural e meio ambiente:** nesse eixo agrupamos os trabalhos que abordam questões referentes ao âmbito urbano, agrário e/ou conflitos socioambientais.
 - A. “Ainda guardo o direito de algum antepassado da cor”: tendências das demarcações de terras;
 - B. Uma quimera do desenvolvimento: análise das contradições do ProSAVANA em Moçambique.
- IV. **Relações de gênero:** esse eixo inclui as produções que discutem acerca das relações sociais de gênero, sexualidade e violências.
 - A. Entre pedras, prostituição e lamas: um estudo sobre as experiências das usuárias de crack em Santo Amaro, Recife/PE;

³⁵ Os eixos temáticos foram arranjados a partir das reflexões de Yamamoto (2004), Silva e Carvalho (2005) e Sposati (2007).

- B. Estupro de vulnerável e gravidez: a reprodução do círculo das violências contra crianças e adolescentes negras em Pernambuco.
- V. **Racismo – Subjetividade:** este eixo reúne a dissertação que trata do racismo a partir de uma particularidade, nesse caso, a subjetividade.
 - A. Racismo e subjetividade: o desenlace social da subjetividade dos indivíduos negros;

Preferimos agrupar os trabalhos por temática ao invés de pelo sujeito estudado, por entender que mesmo tratando do mesmo grupo, as intenções, objetivos e desenvolvimento da pesquisa deságuam em temáticas diferentes. Nesse sentido, três (03) trabalhos tratam sobre mulheres/meninas negras e dois (02) acerca de comunidades quilombolas, isso permite que vejamos como diferentes temas e problemáticas podem ser abordadas através de suas experiências e trajetórias.

Prosseguindo com a exposição dos resultados encontrados, dentre as 167 teses encontradas, onze (11) versam sobre a temática racial (Tabela 2) entre 1999 – ano de criação do programa de doutorado – e 2024.

Tabela 2. Relação de teses do PPGSS-UFPE que abordam a temática racial entre 1999 a 2024.

TÍTULO	AUTOR	ANO
Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras	Simone Maria de Souza	2009
A negritude da pobreza no espaço urbano: um olhar sobre a dinâmica vivida pela juventude negra moradora de áreas segregadas no Estado de Pernambuco	Valdenice José Raimundo	2010
Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil	Tereza Cristina Santos Martins	2012
Rupturas e continuidades no Sistema Nacional de Saúde da África do Sul pós-apartheid: uma análise crítica do discurso político	Evandro Alves Barbosa Filho	2016
Entraves na concretização das políticas e direito à saúde para pessoas com anemia falciforme	Laise Maria Formiga Moura Barroso	2017
Estratégias decoloniais dos direitos à saúde sexual e reprodutiva das pessoas trans afroindígenas: análises críticas às políticas do corpo a partir do site da Associação LAMBDA/Moçambique	Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	2018
O ensino superior na Guiné-Bissau: elementos estruturais, conjunturais e suas implicações no desenvolvimento das universidades guineenses	Arnaldo Sucuma	2018
Violência obstétrica: as disputas discursivas e a luta das mulheres	Tatiane Michele Melo de Lima	2019
Novas manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contradiscursos das ativistas digitais negras	Flávia da Silva Clemente	2019
Questão urbana e injustiças territoriais: a (in) mobilidade das mulheres negras nas cidades	Mércia Maria Alves da Silva	2023
Tudo que ‘nóis’ têm é ‘nóis’: violência e cuidado na trajetória de travestis negras	Henrique da Costa Silva	2023

Fonte: Elaboração própria.

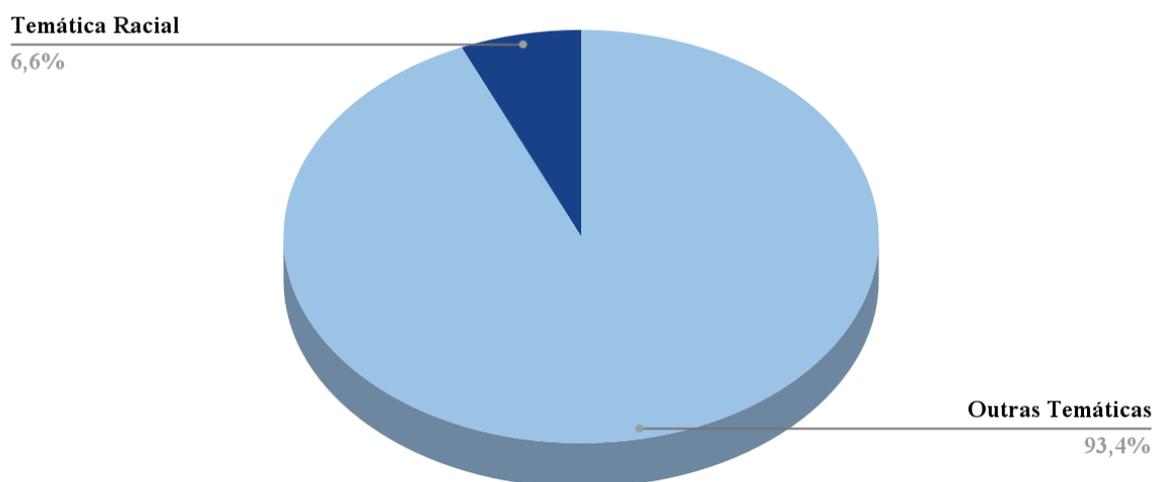
O número de publicações representa 6,6% (Gráfico 2) das teses defendidas no PPGSS-UFPE no referido período. León-Díaz (2016) identifica três (03) teses em sua pesquisa, desde então, oito (08) teses relacionadas à temática racial foram publicadas, um avanço considerável. Chamamos atenção para a tese *Interface entre Racismo e Meio Ambiente*

na *Configuração Sócio-Espacial da Ilha de Deus em Recife* de Teresa Cristina Vital de Sousa defendida em 2011, seu registro consta na pesquisa de León-Díaz (2016) e também na Plataforma Sucupira, no entanto, não aparece no repositório digital do PPGSS-UFPE, logo não temos acesso ao arquivo do trabalho. Nossa intenção é demonstrar que apesar de não ser contabilizada nos achados do acervo digital, reconhecemos a sua publicação como uma produção importante para a trajetória negra do Programa.

Seguindo essa perspectiva, destacamos também a tese emblemática *INDÍGENAS PANKARARU NO SERTÃO DE PERNAMBUCO: vida, deslocamentos e trabalho* de Elizangela Cardoso de Araújo Silva, defendida em 2020, a qual representa um ponto importante na produção de conhecimento indígena. Apesar da presente pesquisa voltar-se para as temáticas raciais particularmente negras, julgamos pertinente trazer reconhecimento para a produção de Elizangela Silva, que tem sido uma referência indígena importante no Serviço Social nos últimos anos, e com a qual tive o privilégio de ter algumas aulas durante a graduação.

Gráfico 2. Percentual de teses do PPGSS-UFPE que abordam a temática racial.

Teses que abordam a temática racial



Fonte: Elaboração própria.

Novamente encontramos uma prevalência feminina nas autorias dos trabalhos, com sete (07) mulheres e quatro (04) homens, nove (09) trabalhos foram orientadas por mulheres –

04 destas teses sendo orientadas pela mesma docente – e dois (02) trabalhos orientados por um professor doutor do Programa³⁶. Com relação à temporalidade, a mesma tendência é encontrada na publicação de teses sobre temáticas raciais, observa-se um crescimento expressivo pós-2015, assim, identificamos esse ano como o ponto de inflexão para a abordagem das questões raciais no PPGSS-UFPE.

Por sua vez, as escolhas teórico-metodológicas utilizadas nas teses são expressas de forma diferente das dissertações, ainda identificamos que a teoria social crítica e o materialismo histórico-dialético se fazem presente ao longo dos trabalhos, no entanto, observamos uma maior pluralidade e abertura na escolha das abordagens. É perceptível um esforço maior de aproximar a tradição marxista das discussões de raça e gênero, de modo que uma não sufoque a outra, por exemplo:

Com esta tese, ainda, temos o intuito de contribuir na luta dos trabalhadores e trabalhadoras pelo socialismo, reafirmando a necessidade de colocar o trabalho como central na luta política e econômica. E defendemos a necessidade de incorporar os debates sobre a divisão “racial” e sexual do trabalho e sobre as questões de “raça” e gênero, haja vista que nas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras só tem sido priorizado o debate sobre as classes sociais (Souza, 2009, p. 16).

Essa perspectiva demonstra um avanço para os estudos raciais e anticapitalistas, compreender que “as relações sociais de raça e classe se envolvem e se determinam” (Raimundo, 2010, p. 109) tem sido fundamental para a apreensão da realidade em sua totalidade. O argumento trazido em nosso capítulo acerca da questão social e da questão racial já tinha suas expressões no PPGSS-UFPE através de Raimundo (2010, p. 32) que declarava “não se pode negar a classe, no entanto, deve-se considerar o gênero e a raça como elementos constituintes das relações sociais”. E ainda, Martins (2012) tem sido uma referência importante na difusão da impossibilidade de separar as lutas antirracista e anticapitalista:

Parto do pressuposto da indissociabilidade entre relações sociais de produção, raça/racismo e formações sociais específicas. Daí a impossibilidade de apreender as múltiplas determinações desses fenômenos sociais se examiná-los em si mesmos, sem as devidas mediações com os processos sócio-históricos concretos (Martins, 2012, p. 16).

Encontramos ainda no trabalho de Evandro Barbosa Filho (2016) a preferência por adotar a teoria materialista do Estado elaborada por Joachim Hirsch (2010) para abordar as

³⁶ Para as orientações de doutorado temos: Mônica Rodrigues Costa com 04 orientações, Ana Cristina de Souza Vieira com 02 orientações, Marco Antonio Mondaini de Souza também com 02 orientações e Maria de Fátima Gomes de Lucena, Vitória Régia Fernandes Gehlen e Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá cada uma com uma orientação.

contradições do Sistema Nacional de Saúde da África do Sul. Para o autor a escolha dessa abordagem é a que melhor compreende as particularidades do seu objeto de estudo, afirmando que:

[...] ao tratar do discurso político do Estado sul-africano pós-*apartheid*, o foco não são as formas institucionais do Estado ou uma caracterização do sistema político do país, mas uma leitura sobre as relações de poder que tecem o complexo processo de reprodução social capitalista sul-africano e que agem como determinações do pior quadro sanitário entre os países classificados como emergentes (Barbosa Filho, 2016, p. 25)

A pesquisa desenvolvida nesta tese se baseia ainda nos estudos críticos de discurso de matriz bakhtiniana, e conforme Barbosa Filho (2016):

o conjunto das obras do Círculo de Bakhtin fomentou a criação de uma análise/teoria dialógica do discurso ou uma teoria social do signo que atribui centralidade às relações de produção e a todas as formas políticas, ideológicas, discursivas e culturais em última instância determinadas pela relação entre as classes fundamentais e o papel do Estado, nesse processo de reprodução social e discursiva da ordem burguesa. Essa perspectiva social/dialógica do discurso vem fundamentando estudos linguísticos e literários e, também, das ciências humanas e sociais de maneira geral. (Barbosa Filho, 2016, p. 66-67)

Essa filosofia recupera as dimensões histórica, social e cultural da linguagem, que para o autor são essenciais na análise das rupturas e continuidades da saúde pós-*apartheid* no país em questão. Também com relação aos estudos críticos do discurso, Clemente (2019) faz a escolha de utilizar as contribuições de Van Dijk acerca das relações entre discurso, mídia e racismo, essenciais para sua análise de manifestações sexistas e racistas no meio digital e como ativistas negras produzem contradiscursos através de blogs. Para a autora, os estudos de Dijk “possibilitam a compreensão das formas discursivas utilizadas para manutenção dos privilégios raciais brancos” (Clemente, 2019, p. 137). Portanto, percebemos que apesar de não abandonar o caráter crítico e contra-hegemônico fundamental para o Serviço Social, existe uma abertura maior para explorar caminhos teórico-metodológicos que forneçam subsídios mais profundos para o estudo desenvolvido.

Isso é notável também na produção de Souza Jr. (2018) que se volta para “correntes epistemológicas que acionam a intercomunicação entre os saberes e conhecimentos étnico-raciais que resistem ao capital hetero/homossexual e suas normatividades dentre os poderes capilares” (p. 26). Sua pesquisa mantém a compreensão de que as relações sociais capitalistas impactam diretamente a vida de pessoas trans afro-indígenas, mas entende também que o pensamento decolonial e estudos transfeministas fornecem um maior subsídio teórico para fundamentar as experiências e trajetórias desses corpos. Para o autor, essa é também uma posição ético-política, que visa tensionar o espaço acadêmico:

Como resistência contínua do ser afroindígena, o pensamento decolonial trata de um campo de (re)produção de conhecimento contrário às “colonialidades”, tal como um movimento epistemológico sempre libertário que visa desfazer a injustiça cognitiva e contesta a produção do conhecimento universal como o único sistema-mundo real, possível e legítimo. Para tanto, **afirma-se que a produção dos conhecimentos não-hegemônicos e tensionamentos dos saberes que não são exclusivamente acadêmicos, refere-se à uma outra tendência política e epistemológica que envolve vários atores políticos que favorecem as condições que viabilizem o pensamento crítico aos discursos ocidentais, questionando o autoritarismo dos modelos modernos e a centralidade das explicações hegemônicas** (Souza Jr., 2018, p. 56, grifos nossos).

Com uma linha de pensamento semelhante, Silva (2023) ao tratar sobre a violência e o cuidado na trajetória de travestis negras, informa que sua ética “anticapitalista, antirracista, antitransfóbica e por consequência anti-colonial” (p. 16), necessita de diálogos com o marxismo mas também com uma epistemologia contra-colonial que consiga fornecer as estratégias teóricas e políticas necessárias para analisar, enfrentar e superar as problemáticas que atingem travestis negras. Acreditamos que sua posição é uma que ressoa com muitos e muitas pesquisadoras/es que trabalham com questões de gênero e/ou sexualidades interseccionadas com raça, que precisam redobrar esforços para alinhar suas perspectivas ético-políticas e teóricas.

[...] de nenhuma maneira, advogo por associações epistemológicas, política e ética irresponsáveis que coloquem em risco a tarefa contínua, urgente e cada vez mais necessária de enfrentar os horrores do sistema capitalista, que se atualiza e reproduz violências. Tampouco, desejo que anulemos as disputas, tensões e embates fundamentais para o conhecimento científico, que se coloca além da explicação e intervenção na realidade. Nesse sentido, desalinhamentos, antagonismos e discrepâncias são ainda categorias importantes de serem demarcadas; sobretudo diante de um tempo/espço que a todo o momento nos convida à sedução de respostas fáceis, individualistas e pragmáticas (Silva, 2023, p. 32).

Silva (2023) propõe uma forma de navegar esses embates de maneira extremamente interessante, para ele não se trata de indiscriminadamente escolher teorias fundamentalmente antagônicas, mas sim a formação de, em suas palavras, uma coalizão crítica capaz de produzir “análises e enfrentamentos profundos ao projeto de morte do sistema capitalista colonial de gênero” (Silva, 2023, p. 16). Partindo dessa perspectiva, o autor reitera seu compromisso com o combate a todas as formas de opressão e exploração:

Assim, reivindico produções científicas que enfrentem, denunciando e analisando desde os seus fundamentos, as diversas, complexas e profundas formas de opressão, exploração e dominação que constituem nossa teia social. No entanto, proponho alternativas ao sistema de identidade cristalizada, numa coalizão crítica estratégica que contribua para o enfrentamento do racismo, da transfobia, do colonialismo e do capitalismo. **Uma aliança epistemológica e política que permita diálogos sem deixar de demarcar e me posicionar acerca das tensões entre campos críticos e de oposição radical ao capitalismo racista e colonial; que reconheça o**

capitalismo enquanto um sistema global, sem nos impedir de observar as particularidades de sua conformação e reprodução desde a América Latina (Silva, 2023, p. 33, grifos nossos)

Por fim, observamos que nas teses existe uma prevalência da adoção da perspectiva interseccional e do feminismo negro em metade dos trabalhos produzidos. Acreditamos que essas produções partilham da colocação de Clemente (2019), a qual indica que ao adotar os estudos de feministas negras colaboram com “a ruptura do silêncio a que as intelectuais negras são submetidas” (p. 77). Para Mércia Silva (2023), as contribuições interseccionais do feminismo negro proporcionou uma nova compreensão do ir e vir e como a vida produtiva, a reprodução social e a mobilidade urbana, podem tomar formas particulares nas vidas de mulheres negras. E para Lima (2019), sua posição teórico-metodológica assume como indispensável as articulações das estruturas do capitalismo, racismo e patriarcado:

Desta forma, tomei como desafio entrelaçar os fios teóricos das contribuições de teóricas feministas materialistas e, principalmente, do feminismo negro e aquelas que constroem um campo anticolonial (LUCIANA BALLESTRIN, 2017) ou contracolonial (VÍVIAN SANTOS, 2018), bem como da produção sobre medicalização social e violência obstétrica do campo da saúde, antropologia e direito, a partir do método de análise materialista dialético. Esse alinhavo, aparentemente, pode não compor uma imagem coerente em relação à condução da análise a partir de epistemologias diversas, mas uma análise mais acurada dá conta de que há mais proximidades e possibilidades de interlocução do que aparenta (Lima, 2019, p. 32).

Essa diversidade metodológica impacta também na possibilidade de agrupar esses trabalhos em eixos temáticos abrangentes, tarefa que já foi desafiadora para as dissertações. Ainda assim, realizamos a tentativa de dividir as teses em 06 eixos temáticos, 04 dos quais são os mesmos utilizados para as dissertações anteriormente, e dois novos que acreditamos comportar as particularidades desses trabalhos.

I. Movimentos Sociais

- A. Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras;

II. Educação

- A. O ensino superior na Guiné-Bissau: elementos estruturais, conjunturais e suas implicações no desenvolvimento das universidades guineenses;

III. Questão urbana, rural e meio ambiente

- A. A negritude da pobreza no espaço urbano: um olhar sobre a dinâmica vivida pela juventude negra moradora de áreas segregadas no Estado de Pernambuco;

- B. Questão urbana e injustiças territoriais: a (in)mobilidade das mulheres negras nas cidades;

IV. Relações de gênero

- A. Violência obstétrica: as disputas discursivas e a luta das mulheres;
- B. Tudo que ‘nóis’ têm é ‘nóis’: violência e cuidado na trajetória de travestis negras;
- C. Novas manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contradiscursos das ativistas digitais negras;

V. Racismo – Mercado de Trabalho: este eixo reúne a tese que trata especificamente de uma particularidade do racismo, nesse caso, no âmbito do mercado de trabalho.

- A. Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil;

VI. Política Social – Saúde: nesse eixo agrupamos os trabalhos que tratam de temáticas relacionadas à saúde da população negra e/ou sistemas de saúde.

- A. Rupturas e continuidades no Sistema Nacional de Saúde da África do Sul pós-*apartheid*: uma análise crítica do discurso político;
- B. Entraves na concretização das políticas e direito à saúde para pessoas com anemia falciforme;
- C. Estratégias decoloniais dos direitos à saúde sexual e reprodutiva das pessoas trans afroindígenas: análises críticas às políticas do corpo a partir do site da Associação LAMBDA/Moçambique.

Acerca dos sujeitos que são foco dos estudos produzidos, quatro (04) trabalhos se voltam para as experiências de mulheres negras, e dois (02) tratam de pessoas trans e travestis racializadas, esses trabalhos, em particular, representam um avanço necessário na direção de articulação dos estudos de gênero e/ou sexualidades com as produções raciais. Apesar do número de publicações ser insuficiente se comparado a quantidade total de trabalhos produzidos no programa, é certo que cada um dos trabalhos desenvolvidos e analisados aqui configuram um passo para uma produção de conhecimento que visa romper com a lógica racista presente no ambiente universitário.

4.2.1 “Nada que vale a pena é fácil”³⁷: reflexões sobre a produção de conhecimento

Dentre as 449 dissertações e teses disponíveis no repositório digital do PPGSS-UFPE encontramos 21 produções que abordaram temáticas raciais, esse baixo número de publicações é uma tendência já indicada por León-Díaz (2016). A autora em sua pesquisa de abrangência nacional, encontrou 3.874 trabalhos no período de 1971 a 2013 em 28 programas de pós-graduação em Serviço Social, dos quais apenas 84 tratavam das questões raciais.

Semelhantemente, Duriguetto (2017) analisou a produção acadêmica em PPGs entre 1985-2011 em busca de trabalhos que tratam sobre lutas, organizações e movimentos sociais dos trabalhadores, e encontrou apenas 36 trabalhos incluídos no Grupo Temático *Gênero, Raça/Etnia e Geração*. Segundo a autora, 38% correspondiam a produções relacionadas ao movimento feminista, e somente 11% eram de movimentos ligados à questão étnico-racial, revelando “que a questão racial é pouco visibilizada no processo de trabalho do assistente social, o que denota uma lacuna que necessita maior investimento teórico e interventivo da profissão” (Duriguetto, 2017, p. 518).

Nesse sentido, entendemos que esse silenciamento e/ou tangenciamento da questão racial na produção teórica profissional faz parte de um projeto maior de epistemicídio, o qual “mata / anula / invisibiliza” (Vassalo, 2018) a produção de conhecimento negro. Esse processo tem origem nas formas de inferiorização e negação da identidade, cultura e racionalidade negra, elementos legitimados e propagados pela lógica racista que está presente desde a escravidão, mas que se atualiza e se adensa durante o período pós-abolição. Carneiro (2005), referência no assunto nos indica que:

[...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, **um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo.** Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc (Carneiro, 2005, p. 97, grifos nossos).

O espaço acadêmico, especialmente, a pós-graduação ainda se configura como espaço que reproduz o racismo estrutural da sociedade. Sabemos que a academia não é o único local

³⁷ Trecho retirado da música *Área 51* (2019) do rapper Black Alien, a citação é complementar ao trecho utilizado para nomear o tópico 3.1.1, o verso completo diz: “não ir pra frente é retrocesso, nada que vale a pena é fácil”.

de produção do saber, mas a universidade possui um papel social na construção do conhecimento, ao “legitimar internamente a invisibilidade da Questão Racial” (Vassalo, 2018, p. 47), permite que esse silenciamento se espraie para o resto da sociedade. À medida que pessoas negras passam a ocupar esses espaços, o racismo institucional se torna mais aparente, “as dificuldades, questionamentos e dúvidas sobre a capacidade dessas pessoas de produzir conhecimento estão sempre presentes” (Clemente, 2019, p. 74-75).

Por isso, conforme observado, existe um esforço de pessoas negras em utilizar as epistemologias produzidas por outros/as intelectuais negro/as, além de contribuir para uma apreensão da realidade com as mediações necessárias para o estudo, é também uma forma de romper com a colonialidade do saber. Para Ferrugem (2022, p. 80), “a práxis feminista negra pretende deslocar a produção de saber e, logo, de poder, historicamente reconhecido na produção pelos sujeitos brancos, homens, cisheteronormativos e proprietários reconhecidos como universais”. Assim, ao produzir, e referenciar, epistemologias situadas racialmente, autoras/es negras/os tensionam a lógica hegemônica de que o conhecimento precisa negar o lugar social para ser objetivo e/ou científico.

Retomamos que a intenção não é substituir ou refutar completamente as teorias clássicas, mas sim demonstrar que as produções de feministas negras produzem reflexões que necessitam de maior reconhecimento. Sobre isso, concordamos com Clemente (2019) quando nos diz:

[...] o feminismo colabora para reconhecermos que a ciência está em disputa. Os conhecimentos já estabelecidos também disputam com os novos conhecimentos, mas, principalmente, **quais são os sujeitos que estão autorizados a proferir verdades científicas e quais são aqueles que ainda precisam lutar para serem reconhecidos?** Não temos dúvidas que as mulheres negras disputam o reconhecimento de suas produções. Eu afirmo que não numa perspectiva meritocrática, mas sim, de expressar as preocupações e os impactos gerados pela desigualdade de raça, gênero e classe em suas realidades (Clemente, 2019, p. 74).

Sua indagação nos leva a refletir sobre a dificuldade que pesquisadores/as negros/as enfrentam para justificar seus pontos de vista teórico-metodológicos, em todos os trabalhos aqui analisados, observamos a dedicação de um esforço maior para fundamentar o uso de epistemologias feministas e/ou decoloniais. Essa ocorrência também é notada por León-Díaz (2016), indicando que a maioria dos trabalhos encontrados assumem o marxismo como principal teoria social explicativa, e que apesar de reinterpretar conceitos como a “questão social” para articular categorias de raça e classe, o fazem a partir de textos clássicos para o Serviço Social. Segundo a autora, “mencionar esses referentes do Serviço Social é uma forma

de garantir que a temática seja aceita numa área, caracterizada pelo estudo de temas econômicos e conjunturais da estrutura capitalista” (León-Díaz, 2016, p. 205).

Apesar disso, a professora colombiana traz um apontamento que também identificamos nos trabalhos apurados nesta pesquisa: a despeito do aparente “desinteresse” pelo estudo das questões raciais, ela indica a existência de uma tendência, no qual as pesquisadoras/es negras/os “em vez de criticar e se distanciar da hegemonia busca traçar novas relações e dialogar com os clássicos marxistas para não perder o elo com o Serviço Social” (León-Díaz, 2016, p. 206). Observamos que os/as intelectuais negros/as da nossa categoria se mostram resilientes e comprometidos na articulação das lutas antirracista, antissexista e anticapitalista.

Isso é demonstrado à medida que identificamos que nenhuma das dissertações e teses enxerga o debate étnico-racial dissociada das relações sociais capitalistas, e mesmo ao utilizar abordagens teórico-metodológicas além do marxismo, jamais fazem uso de conteúdo ou pressupostos que vão de encontro ao caráter emancipatório da profissão. Em verdade, o que notamos é um esforço em “garantir a continuidade dos avanços para o projeto de formação profissional do Serviço Social brasileiro” (Martins *et al*, 2020, p. 152), construindo possibilidades para a categoria enquanto área do conhecimento.

Desse modo, ainda que as produções acerca da questão racial sejam diminutas no vasto arcabouço teórico do Serviço Social, cada uma delas representa um avanço em direção a uma formação e prática profissional antirracista. Acreditamos estar vivenciando um momento em que a produção acerca dessas temáticas apresenta uma tendência de crescimento, reconhecemos os esforços das entidades representativas como a ABEPSS e o conjunto CFESS/CRESS em se comprometer com a importância da discussão racial para estudantes, profissionais, docentes e pesquisadores.

Todos os trabalhos desenvolvidos demonstram também uma riqueza nas temáticas abordadas, desmistificando o que significa estudar raça ou racismo e revelando como essas categorias podem atravessar nossas vidas das mais diferentes maneiras. Cada novo artigo, monografia, dissertação e tese produzida, representa um passo para o processo de visibilização das estruturas raciais que alicerçam a sociedade brasileira, e o Serviço Social se configura como uma área do conhecimento imprescindível para construir uma direção social que visa a libertação de qualquer forma de opressão, exploração e dominação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Dizem que só falo das mesmas coisas
É a prova que nada mudou
Nem eu, nem o mundo
— Deus e o Diabo na terra do Sol, Djonga*

A pesquisa desenvolvida demonstrou que a questão racial ainda é tangenciada na produção acadêmica do Serviço Social, uma informação que não é nova e apesar dos avanços alcançados, continua a ser pertinente. As instituições universitárias não se encontram fora da dinâmica capitalista, racista e neoliberal, pelo contrário, por vezes tendem a perpetuar esses pressupostos em suas estruturas. O Serviço Social como profissão e área do conhecimento que segue uma direção contra-hegemônica, ao estar inserido nesse ambiente, não está imune a reproduzir direta ou indiretamente algumas dessas premissas. O racismo estrutural permeia todos os âmbitos da sociedade, assim, é sempre necessário um esforço intencional para combater o racismo na academia e na produção intelectual.

Pesquisadoras/es negras/os que contribuem para a produção de conhecimento sobre as temáticas raciais, conseguem abordar e problematizar “novas” questões negligenciadas por longos anos. Ao reivindicar nosso direito como produtores de conhecimento, não só é possível desnaturalizar o cânone, mas desvelar que ele sempre teve um marcador racial localizado, era branco, europeu e burguês. Desse modo, a intencionalidade da epistemologia feminista negra, utilizada ao longo deste trabalho, é demonstrar que todo conhecimento é localizado e parcial, e ao reconhecer essa parcialidade produz espaço para poder ser ampliado a partir de novas construções.

Para o Serviço Social, o tratamento da questão racial como tópico e não como conteúdo transversal durante a formação, revela a existência de uma dificuldade em compreender a indissociabilidade da questão racial e da questão social nos marcos da sociabilidade brasileira. Acreditamos ser necessário pensar numa formação profissional e produção do saber que aborde as desigualdades raciais e de gênero, não como expressões da questão social, mas como eixos estruturantes dela. Enquanto categoria compromissada com o enfrentamento das estruturas capitalistas, racistas e patriarcais, a implementação de uma educação antirracista é fundamental para construir uma prática profissional que consiga lidar com o racismo estrutural e institucional que se faz presente na realidade.

Ressaltamos também que esse é um compromisso que deve ser adotado por toda a categoria, sejam estudantes, docentes e/ou profissionais, não é apenas uma responsabilidade

de negras e negros lidar com a complexidade das problemáticas racistas. É preciso de um movimento duplo: a) valorizar a produção de pesquisadoras/es negras/os, incluí-las nas bibliografias de formação, convidá-las/os para debates, palestras, rodas de diálogos, incentivar a pesquisa e publicação desses materiais; e ainda b) enquanto pessoa não-negra é importante tratar de temáticas raciais em seus espaços e construir uma relação de solidariedade com a luta antirracista. Pensar num projeto de formação do Serviço Social na pós-graduação demanda defender um projeto que reflète os valores da profissão, seja na implementação de cotas/reservas de vagas para a contratação de docentes e a seleção de discentes, bem como, pensar em como as relações são estabelecidas nesses espaços e, ainda, qual a finalidade do conhecimento produzido.

Ao mesmo tempo, jamais queremos perder de vista a relação entre as lutas antirracista e anticapitalista, compreendemos os limites das políticas de promoção de igualdade racial, elas são reflexos de anos de luta e reivindicações do movimento negro. Ainda assim, seu limite colide com os mesmos limites das políticas sociais em uma sociabilidade capitalista, logo, tendem a contribuir para as relações sociais de produção. Faz parte da lógica do capital direcionar o movimento negro para uma luta contra ações e/ou comportamentos individuais que deságuam em políticas específicas sem de fato modificar as estruturas da sociedade capitalista. Entretanto, a intenção não é desqualificar a importância de nossa luta por políticas sociais e/ou de promoção da igualdade racial, mas apenas ressaltar que esse não pode ser nosso fim, não podemos acabar em um ciclo de reprodução da ordem de exploração.

Para isso, o Serviço Social e a tradição marxista precisam se demonstrar abertos as estratégias antirracistas desenvolvidas pelo movimento negro e pela epistemologia feminista negra, o antagonismo entre o marxismo e as pautas ditas “identitárias” tendem apenas a fragilizar ambos âmbitos de luta. Como observado nas dissertações e teses revisadas nesta pesquisa, a grande maioria das/os as/os autoras/es conseguem fazer o movimento de articulação entre as questões raciais abordadas e situá-la nas contradições da sociabilidade capitalista, demonstrando caminhos de possibilidade para pensar as mais diversas temáticas com lentes da teoria social crítica.

Saudamos o compromisso das/os intelectuais negras/os do PPGSS-UFPE com o Serviço Social e com a luta antirracista, existe um empenho em trabalhar com os autores clássicos de nossa categoria, ao mesmo tempo, notamos também o esforço intencional de trazer autores/as negros/as para as produções. Esse movimento comprova que não se tem a intenção de substituir os conhecimentos já produzidos, mas sim de uma ampliação das epistemologias e paradigmas utilizados para a produção de saberes. O feminismo negro nos

fornece contribuições capazes de enriquecer nossa compreensão sobre o mundo e sobre as experiências de grupos historicamente subalternizados, assim, não é contraditório pensar que a produção intelectual negra oferece possibilidades para uma apreensão crítica da realidade.

Nesse sentido, as oposições entre racismo, sexismo e marxismo precisam ser repensadas para que qualquer mudança estrutural seja alcançada, para tanto, a formação profissional e a produção de conhecimento a nível de pós-graduação se colocam como espaços basilares para pensar um Serviço Social antirracista.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.080>. Acesso em: 06 jul. 2023.

AKOTIRENE, C. Cruzando o Atlântico em memória da interseccionalidade. *In*: AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. cap. 1, p. 13-33. Disponível em: <https://bit.ly/interseccionalidade-carla-akotirene>. Acesso em: 04 jul. 2024.

ALMEIDA, M. S. Entrevista com a Professora Magali da Silva Almeida. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 231-239, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18263/9504>. Acesso em: 05 jul. 2024.

ALMEIDA, S. Raça e Racismo. *In*: ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. cap. 1, p. 17-37. Disponível em: <https://bit.ly/Racismo-Estrutural-Silvio-Almeida>. Acesso em: 19 jun. 2024.

AMARAL, A. S.; PERUZZO, J. F. A Pós-Graduação em Serviço Social na UFPE: o Nordeste que se espraia no Brasil. *In*: MOTA, A. E.; VIEIRA, A. C.; AMARAL, A. (org.). **Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação**. São Paulo: Cortez, 2021. Parte III, Cap. 7, p. 339-356.

ARCOVERDE, A. C. B. Serviço Social e Questão Social na Globalização. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 102-124, 2008. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/6>. Acesso em: 03 jul. 2024.

ASSIS, M. C. S. **ENTRE PEDRAS, PROSTITUIÇÃO E LAMAS**: um estudo sobre as experiências das usuárias de crack em Santo Amaro, Recife/PE. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32291>. Acesso em: 02 ago. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate. **Temporalis**, Brasília, ano 18, n. 36, p. 417-419, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/23062/pdf>. Acesso em: 06 jul. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Relatório da pesquisa sobre “A inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da pós-graduação na área de Serviço Social nos últimos cinco anos (2017-2022)”**. ABEPSS, online, p. 1-34, 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/pesquisa-com-os-ppgs-da-area-97>. Acesso em: 30 jul. 2024.

ASSUNÇÃO, M. F. **ESTUPRO DE VULNERÁVEL E GRAVIDEZ**: a reprodução do círculo das violências contra crianças e adolescentes negras em Pernambuco. 2024. 147 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife,

2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/56322>. Acesso em: 02 ago. 2024.

BARBOSA, G. P. **Educação das relações étnico-raciais no currículo da pós-graduação em serviço social**: uma aproximação dos programas de pós-graduação do estado de São Paulo. 2023. 110 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39487>. Acesso em: 27 jul. 2024.

BARBOSA FILHO, E. A. **RUPTURAS E CONTINUIDADES NO SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE DA ÁFRICA DO SUL PÓS-APARTHEID**: uma análise crítica do discurso político. 2016. 387 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28237>. Acesso em: 31 jul. 2024.

BORGES, A.; BERNARDINO-COSTA, J. Dessenhizar a academia: ações afirmativas na pós-graduação. **Revista Mana** [online], v. 28, n. 3, p. 1-30, 2022. Disponível em: <https://revista-mana.org/dossie/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

BORGES, R. Feminismo negros e marxismo: quem deve a quem? *In*: ALMEIDA, S. (org.). **Marxismo e questão racial**: Dossiê Margem Esquerda. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. cap. 4, p. 49-61.

BOSCHETTI, Ivanete. Tensões e Possibilidades da Política de Assistência Social em contexto de crise do capital. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 2, p. 16–29, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/12800>. Acesso em: 1 ago. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, 9 jan. 2003.

BRASIL. **Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, 20 jul. 2010.

BRASIL. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 29 ago. 2012.

BRASIL. **Lei n.º 14.532, de 11 de janeiro de 2023**. Altera a Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. Brasília, 11 jan. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1988**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, 5 jan. 1989.

BRASIL. **Lei n.º 9.459, de 13 de maio de 1997**. Altera os arts. 1º e 20 da Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Brasília, 13 maio 1997.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de dezembro de 2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, 13 dez. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114723.htm. Acesso em: 23 jul. 2024.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em: 03 jul. 2024.

CLEMENTE, F. S. **Novas manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contradiscursos das ativistas digitais negras**. 2019. 411 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34218>. Acesso em: 14 jun. 2024.

COHN, C. Uma década de presença indígena na UFSCar. **Campos - Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 15-34, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/57360>. Acesso em: 20 jul. 2024.

COLLINS, P. H. A política do pensamento feminista negro. *In*: COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. cap. 1, p. 31-66. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4951628>. Acesso em: 04 jul. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de ética do/a Assistente Social**. Brasília, 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 06 jul. 2023.

CORREIA, A. N. S. O silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social brasileiro. *In*: MARTINS, T. C. S.; SILVA, N. F. (org.). **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social**. São Cristóvão, SE: UFS, 2020. cap. 5, p. 115-137. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/racismo-estrutural-202006251609458647220.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024

CRENSHAW, K.. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p.

171–188, jan. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 02 jul. 2024.

CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 43, p. 1241-1299, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039>. Acesso em: 04 jul. 2024.

DAVIS, A. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Portal Geledés**, São Paulo, 12 jul. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 03 jul. 2024.

DEVULSKY, A. Estado, racismo e materialismo. In: ALMEIDA, S. (org.). **Marxismo e questão racial**: Dossiê Margem Esquerda. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. cap. 1, p. 11-21.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. Acesso em: 19 jun. 2024.

DURIGUETTO, M. L. Produção do conhecimento dos cursos de Pós-Graduação em Serviço Social sobre lutas, organizações, movimentos sociais e serviço social. **Temporalis**, Brasília, v. 17, n. 34, p. 511-538, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17148>. Acesso em: 19 jul. 2024.

ESPINOSA MIÑOSO, Y. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El Cotidiano**, México, n. 184, p. 7-12, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32530724004>. Acesso em: 05 jul. 2024.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, C. C. O.; SILVA, G. P.; PEREIRA, J. A. T.; LIMA, J. C. C. Enfrentamento do racismo pela ABEPSS: a ação estudantil em defesa das cotas na pós-graduação. In: MARTINS, T. C. S.; SILVA, N. F. (org.). **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social**. São Cristóvão, SE: UFS, 2020. cap. 5, p. 115-137. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/racismo-estrutural-202006251609458647220.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

FERREIRA, C. M. **O negro na gênese do serviço social (Brasil, 1936-1947)**. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/30/teses/759425.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2024.

FERRUGEM, D. **A racialização como estruturante da questão social**: entre silêncios e insurgências na produção de conhecimento em serviço social. 2022. 130 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10518>. Acesso em: 29 jun. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. L.; MUNANGA, K. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, N. L. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. *In*: SANTOS, B. S. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. cap. 12, p. 419-441. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2024.

GOMES, N. L. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.htm>. Acesso em: 20 jun. 2024.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 03, p. 514-522, Sep.-Dec. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514>. Acesso em: 03 jul. 2023.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *In*: GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios**, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. cap. 8, p. 115-125. Disponível em: <https://bit.ly/por-um-feminismo-afro-latino-americano>. Acesso em: 19 jun. 2024.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios**, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. cap. 9, p. 126-136. Disponível em: <https://bit.ly/por-um-feminismo-afro-latino-americano>. Acesso em: 03 jul. 2024.

GOUVÊA, M. M.; MASTRAPAOLO, J. Capitalismo, racismo, patriarcado, dependência: por uma teoria unitária materialista, histórico-dialética. *In*: **Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2019: Marxismo sem tabus - Enfrentando opressões**. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2019/AnaisMM2019/MC27/MC271.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2024.

GUEDES, C. R. **A imagem social de mulheres negras universitárias: a silhueta esculpida durante o processo de formação**. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/11260>. Acesso em: 10 jun. 2024.

GUERRA, Y. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, Brasília, v. 11, n. 22, p. 125-158, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2141>. Acesso em: 19 jul. 2024.

HONORATO, G.; ZUCCARELLI, C.; CARVALHAES, F.; KLITZKE, M.; COELHO, R. Trajetória das desigualdades raciais na educação superior e o acesso às universidades federais sob a Lei de Cotas. *In*: HERINGER, R.; CARREIRA, D. (org.). **10 anos da Lei de Cotas: Conquistas e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Educação: Ação Educativa, 2022. cap. 1, p. 35-67. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/22264>. Acesso em: 21 jun. 2024.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IANNI, O. **Escravidão e racismo**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos e pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 48. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 02 jul. 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Educação 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf. Acesso em: 02 jul. 2024.

JESUS, L. G. **Racismo e subjetividade**: o desenlace social da subjetividade dos indivíduos negros. 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29498>. Acesso em: 15 jun. 2024.

JESUS, V. M. **Do silêncio ao estatuto da igualdade racial**: os caminhos da igualdade no direito brasileiro. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.2.2013.tde-12022014-112336>. Acesso em: 20 jun. 2024.

KONDER, L. O que é dialética. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LEÓN-DÍAZ, R. E. Os reverses da ausência: as “questões raciais” na produção acadêmica do Serviço Social no Brasil (1936-2013). 2016. 368 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/19433>. Acesso em: 28 jun. 2024.

LIMA, T. M. M. **VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA**: as disputas discursivas e a luta das mulheres. 2019. 214 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33886>. Acesso em: 01 ago. 2024.

LIMA, W. S. **Raça no Serviço Social**: uma análise de como raça, racismo e etnia estão presentes na produção científica do Serviço Social brasileiro. 2023. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/51539>. Acesso em: 27 jun. 2024

LORDE, A. Textos escolhidos de Audre Lorde. **Difusão Herética**: edições lesbofeministas independentes, 2017. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/biblioteca/detalhes/38062>. Acesso em: 03 jul. 2024.

LÖWY, M. O positivismo ou o princípio do Barão de Münchhausen. In: LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000. cap. 1, p. 15-62.

MACHADO, M. F. **Lutas e resistências nas “terras de preto”**: o caso de Santiago do Iguape. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/22590>. Acesso em: 31 jul. 2024.

MAIA, K. S.; ZAMORA, M. H. N. O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 265-286, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2910/291057852005/html/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

MARTINS, T. C. S.; SANTOS, J.; SANTOS, A. C. T.; CAVALCANTE, I. G. “Questão Social” na formação profissional: como compreendê-la sem as determinações étnico-raciais. In: MARTINS, T. C. S.; SILVA, N. F. (org.). **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social**. São Cristóvão, SE: UFS, 2020. cap. 6, p. 139-160. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/racismo-estrutural-202006251609458647220.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MARTINS, T. C. S. Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. **Revista Inscrita**, Brasília, ano 10, n. 14, p. 13-19, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/cfess/docs/inscrida14-cfess-site/13>. Acesso em: 05 jul. 2024.

MARTINS, T. C. S. **Racismo no mercado de trabalho**: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil. 2012. 222 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10708>. Acesso em: 02 ago. 2024.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução de Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 21 jun. 2024.

MOREIRA, T. W. F. **Serviço social e luta antirracista**: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo. 2019. 182 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/handle/handle/22945>. Acesso em: 13 jun. 2024.

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. 2, maio/ago. 2020, p. 199-212. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p199>. Acesso em: 06 jul. 2024

MOTA, A. E. Notas sobre o Serviço Social em Pernambuco e a renovação do Serviço Social brasileiro. *In*: MOTA, A. E.; VIEIRA, A. C.; AMARAL, A. (org.). **Serviço Social no Nordeste**: das origens à renovação. São Paulo: Cortez, 2021. Parte III, Cap. 2, p. 264-281.

MOURA, C. Cem Anos de Abolição do Escravismo no Brasil. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 15, p. 3-8, 1988. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/principios/pdf/015.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

MOURA, C. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 14, p. 124-137, 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>. Acesso em: 13 jun. 2024.

MOURA, C. **História do Negro Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala**: quilombos, insurreições e guerrilhas. 3. ed. São Paulo: Lech, 1981.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional *versus* identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. *In*: 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nooes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

NASCIMENTO, E. L. Desvelando outra história: o protagonismo afro-brasileiro (São Paulo e Rio de Janeiro 1914-1960). *In*: NASCIMENTO, E. L. **O Sortilégio da Cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003. cap. 5, p. 221-280.

NETTO, J. P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Brasília: Capacitação em Serviço Social e Política Social (CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB), 1999. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-etnicopolitico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2024.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. *In*: **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-49, 2001. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 04 jul. 2024

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. *In*: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CEAD/UnB, 2009. Unidade

VI, cap. 6.1, p. 667-696. Disponível em: <https://acervo.uniarp.edu.br/?livro=servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais>. Acesso em: 24 jul. 2024.

NETTO, J. P. **Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão de seu ensino**. In: Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. Cadernos ABESS, n. 04, Cortez: São Paulo, 1991, p. 76-95. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-marxismo-e-seus-rebatimentos-no-servico-social-jose-paulo-netto-joao-antonio-de-paula-201609020231020166010.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2024

OLIVEIRA, D. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. In: ALMEIDA, S. (org.). **Marxismo e Questão Racial**: Dossiê Margem Esquerda. São Paulo: Boitempo, 2021. cap. 2, p. 23-35.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (PPGSS/UFPE). **Planejamento Estratégico 2021-2024**. UFPE, Recife, 2023. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ppgss/planejamento-estrategico>. Acesso em: 31 jul. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Buenos Aires, p. 117-142, 2005. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/14118>. Acesso em: 17 jun. 2024.

RAIMUNDO, V. J. **A Negritude da Pobreza no Espaço Urbano**: um olhar sobre a dinâmica vivida pela juventude negra moradora de áreas segregadas no Estado de Pernambuco. 2010. 158 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9485>. Acesso em: 01 ago. 2024.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **Pele alvo**: a bala não erra o negro. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), 2023. Disponível em: https://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2023/11/RELATORIO_REDE-DE-OBS_PELE-ALVO3_final.pdf. Acesso em: 3 jul. 2024.

ROCHA, B. G.; SILVA, E. A. **CFESS e o combate ao racismo**: discussões, reflexões e enfrentamentos. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/51954>. Acesso em: 06 jul. 2024.

ROCHA, R. F. A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e sua relação com a educação antirracista. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014. Parte II, Cap. 8, p. 295-311.

SANTOS, M. A. Do racismo ao antirracismo racista: desafios para a educação. **Portal Geledés**, 29 jan. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/do-racismo-ao-antirracismo-racista-desafios-para-a-educacao/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SILVA, H. C. “**TUDO QUE ‘NÓIS’ TÊM É ‘NÓIS’**”: violência e cuidado na trajetória de travestis negras. 2023. 191 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/52461>. Acesso em: 03 ago. 2024.

SILVA, J. F. S. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 282-297, 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2319>. Acesso em: 18 jul. 2024.

SILVA, M. M. A. **QUESTÃO URBANA E INJUSTIÇAS TERRITORIAIS**: a (in)mobilidade das mulheres negras nas cidades. 2023. 275 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/55106>. Acesso em: 03 ago. 2024.

SILVA, M. O. S. *et al.* Esforço de construção de um projeto profissional a partir da ruptura. *In*: SILVA, M. O. S. (coord.). **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. cap. 2, p. 97-216.

SOUZA, S. M. **MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)**: as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras. 2009. 150 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9236>. Acesso em: 31 jul. 2024.

SOUZA JR., P. F. M. **ESTRATÉGIAS DECOLONIAIS DOS DIREITOS À SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DAS PESSOAS TRANS AFROINDÍGENAS**: análises críticas às políticas do corpo a partir do site da Associação LAMBDA/Moçambique. 2018. 207 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40125>. Acesso em: 02 ago. 2024.

SPOSATI, A. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 15-25, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300002>. Acesso em: 27 jul. 2024.

VASSALO, V. G. **Descolonização do currículo**: a questão racial na formação acadêmica do assistente social. 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/22039>. Acesso em: 12 jun. 2024.

VIEIRA, A. C. Mediações históricas da formação profissional em Pernambuco: atuação da igreja e do Estado (1940-1970). *In*: MOTA, A. E.; VIEIRA, A. C.; AMARAL, A. (org.). **Serviço Social no Nordeste**: das origens à renovação. São Paulo: Cortez, 2021. Parte III, Cap. 1, p. 249-263.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Lista alfabética de dissertações sobre a questão racial

ASSIS, M. C. S. **ENTRE PEDRAS, PROSTITUIÇÃO E LAMAS**: um estudo sobre as experiências das usuárias de crack em Santo Amaro, Recife/PE. Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Rosa Maria Cortês de Lima. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

ASSUNÇÃO, M. F. **ESTUPRO DE VULNERÁVEL E GRAVIDEZ**: a reprodução do círculo das violências contra crianças e adolescentes negras em Pernambuco. Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Mônica Rodrigues Costa. 2024. 147 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

CLEMENTE, M. S. **As Políticas Afirmativas de Educação Superior no Brasil**: um estudo sobre as formas de aceitação/negação do Negro e da Negra na Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima Gomes de Lucena. 2005. 138 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

JESUS, L. G. **RACISMO E SUBJETIVIDADE**: o desenlace social da subjetividade dos indivíduos negros.. Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Mônica Rodrigues Costa. 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MACHADO, M. F. **Lutas e resistências nas “terras de preto”**: o caso de Santiago do Iguape. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mônica Rodrigues Costa. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

NASCIMENTO, A. C. N. **UMA QUIMERA DO DESENVOLVIMENTO**: análise das contradições do ProSAVANA em Moçambique. Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Mondaini de Souza. 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

RAIMUNDO, V. J. **É PRECISO TER RAÇA**: as formas de organizações informais no cotidiano das *Mulheres Negras* da favela Bola de Ouro – Território de maioria negra. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Vitória Régia Fernandes Gehlen. 2003. 113 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ROCHA, T. M. D. **“PEDAGOGINGA NA TROCA DE INFORMAÇÃO”**: uma análise sobre a construção do debate racial e de gênero na produção de materiais elaborados pela Política de Educação Permanente no SUAS (2017-2023). Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Mônica Rodrigues Costa. 2024. 200 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

SEGUY, F. **Globalização neoliberal e lutas populares no Haiti**: crítica à modernidade, sociedade civil e movimento sociais no estado de crise social haitiano. Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima Gomes de Lucena. 2009. 219 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SOARES, I. P. **“AINDA GUARDO O DIREITO DE ALGUM ANTEPASSADO DA COR”**: tendências das demarcações de terras quilombolas no Brasil. Orientador: Profª. Drª. Maria das Graças e Silva. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

APÊNDICE B - Lista alfabética de teses sobre a questão racial

BARBOSA FILHO, E. A. **RUPTURAS E CONTINUIDADES NO SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE DA ÁFRICA DO SUL PÓS-APARTHEID**: uma análise crítica do discurso político. Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Ana Cristina de Souza Vieira. 2016. 387 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

BARROSO, L. M. F. M. **ENTRAVES NA CONCRETIZAÇÃO DAS POLÍTICAS E DIREITO À SAÚDE PARA AS PESSOAS COM ANEMIA FALCIFORME**. Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Ana Cristina de Souza Vieira. 2017. 178 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

CLEMENTE, F. S. **NOVAS MANIFESTAÇÕES DE RACISMO E SEXISMO CONTRA MULHERES NEGRAS E CONTRADISCURSOS DAS ATIVISTAS DIGITAIS NEGRAS**. Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Mônica Rodrigues Costa. 2019. 411 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

LIMA, T. M. M. **VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA**: as disputas discursivas e a luta das mulheres. Orientador: Prof^ª. Dra. Mônica Rodrigues Costa. 2019. 214 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

MARTINS, T. C. S. **Racismo no mercado de trabalho**: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil. Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima Gomes de Lucena. 2012. 222 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

RAIMUNDO, V. J. **A Negritude da Pobreza no Espaço Urbano**: um olhar sobre a dinâmica vivida pela juventude negra moradora de áreas segregadas no Estado de Pernambuco. Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Vitória Régia Fernandes Gehlen. 2010. 158 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SILVA, H. C. **“TUDO QUE ‘NÓIS’ TÊM É ‘NÓIS’”**: violência e cuidado na trajetória de travestis negras. Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Mônica Rodrigues Costa. 2023. 191 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

SILVA, M. M. A. **QUESTÃO URBANA E INJUSTIÇAS TERRITORIAIS**: a (in)mobilidade das mulheres negras nas cidades. Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Mônica Rodrigues Costa. 2023. 275 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

SOUZA, S. M. **MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)**: as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras. Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá. 2009. 150 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SOUZA JR., P. F. M. **ESTRATÉGIAS DECOLONIAIS DOS DIREITOS À SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DAS PESSOAS TRANS AFROINDÍGENAS**: análises críticas às políticas do corpo a partir do site da Associação LAMBDA/Moçambique. Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Mondaini de Souza. 2018. 207 f. Tese (Doutorado em

Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SUCUMA, A. **O ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU**: elementos estruturais, conjunturais e suas implicações no desenvolvimento das universidades guineenses. Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Mondaini de Souza. 2018. 207 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.